

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

TATIANA MARIA TRINDADE PEREIRA

PARQUE ARY BARROSO:
MEMÓRIA E RELAÇÃO COM O ESPAÇO PÚBLICO

Niterói
2022



Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P436p Pereira, Tatiana Maria Trindade
PARQUE ARY BARROSO: memória e relação com o espaço público / Tatiana Maria Trindade Pereira. - 2022.
128 f.: il.

Orientador: Mauro Henrique de Barros Amoroso.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2022.

1. Subúrbio. 2. Espaço Público. 3. Memória Social. 4. Cultura. 5. Produção intelectual. I. Amoroso, Mauro Henrique de Barros, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX

TATIANA MARIA TRINDADE PEREIRA

PARQUE ARY BARROSO:
memória e relação com o espaço público.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Área de concentração: Linha 1 - Políticas, espacialidades, relações e conflitos socioculturais.

Orientador: Professor Doutor Mauro Henrique de Barros Amoroso

Banca Examinadora:

Professor Doutor Mauro Henrique de Barros Amoroso
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades,
Universidade Federal Fluminense;

Professora Doutora Ana Lucia Silva Enne
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades,
Universidade Federal Fluminense;

Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça
Departamento de História
Universidade Federal Fluminense.

Professor Doutor João Luiz Guerreiro Mendes
Departamento de Produção Cultural
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Nº156

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois às 10:00, em sessão remota (on-line), excepcionalmente, em decorrência da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES, reuniu-se a Comissão Examinadora designada na forma regimental pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação / Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades, para julgar a dissertação, orientada pelo(a) professor(a) Mauro Henrique de Barros Amoroso, apresentada pelo(a) aluno(a): *Tatiana Maria Trindade Pereira*, sob o título: *“Parque Ary Barroso: memória e relação com o espaço público”*. Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades, área de concentração em Cultura e Territorialidades. Aberta a sessão pública, o(a) candidato(a) teve a oportunidade de expor o trabalho. Em seguida, o(a) candidato(a) foi arguido oralmente pelos membros da Banca, que, após deliberação, decidiu pela:

- Aprovação.
- Aprovação “com restrições”; “com exigências”; “com sugestões da banca”; “condicionada” (vide verso).
- Reprovação.

Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade, foi lavrada a presente ata, lida e julgada, conforme vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso (Orientador - Presidente da Banca)
(UFF)



Prof.ª. Dr.ª Ana Lucia Silva Enne
(UFF)



Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
(UFF)



Prof. Dr. João Luiz Guerreiro Mendes
(IFRJ)

Obs. 1 : esta ata constitui exclusivamente um comprovante de defesa de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense, não substituindo, como documento oficial, a declaração de conclusão de Mestrado dada pela Secretaria do PPCULT somente após o cumprimento de todos os demais requisitos e entrega, em até 60 dias após a defesa, de duas cópias impressas e uma em CD dentro das especificidades formais indicadas pela Secretaria.

Obs. 2: justifica-se a participação remota de três membros na banca referente ao artigo 2.º da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES: "Art. 2.º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação".

*Dedico essa dissertação aos moradores e moradoras
do Bairro da Penha, Penha Circular e Complexo da Penha.*

AGRADECIMENTOS

Aos Deuses e Deusas, e todos que cuidam de mim nesse plano, independente de religião.

A minha família por sempre incentivarem e apoiarem meus passos.

Aos amigos e amigas que sempre acreditaram em mim, estimularam e deram toda força para que eu tentasse fazer o processo de seleção do mestrado. Aos que não estão mais tão presentes na minha vida, e aos que eu carrego no bolso desde a infância, escola e faculdade. Principalmente aqueles que contribuíram como interlocutores e interlocutoras dessa pesquisa, que compartilharam e compartilham comigo as delícias e perrengues do que é ou foi morar no subúrbio do Rio de Janeiro. Por terem orgulho de serem suburbanos. Um salve para Juliana Sampaio, André Souza e Orlando Junior.

Aos demais interlocutores e interlocutoras da pesquisa, por contribuírem e compreenderem a importância de manter a memória do Parque Ary Barroso viva e lutar pela sua revitalização.

A turma de 2020 do PPCULT, uma turma que transborda amor e afeto, e que driblou as distâncias da pandemia para conseguirmos criar fortes vínculos. Obrigada pelos isoporsinhos virtuais, e por terem criado o grupo no whatsapp “Cantareira”.

A toda equipe da Casa Fluminense, pelos aprendizados e reflexões sobre política pública para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por serem inspirações e lideranças potentes.

Ao Observatório de Favelas, em especial Gisele Jacob e Ana Paula Gualberto, produtoras incríveis, com quem pude trocar sobre nossas experiências ao atuarmos como produtoras e gestoras da Arena Carioca Dicró. Espaço cultural que tem um lugar especial no meu coração, onde eu amadureci profissionalmente, enquanto pessoa, e enquanto ser político nessa cidade. Era trabalho, mas também era uma grande diversão, eu digo que trabalhar na Arena Dicró, poder produzir cultura no subúrbio, lugar onde nasci e me criei, foi um grande presente!

Ao orientador Mauro Amoroso pelas contribuições e por me guiar ao longo desse processo. Aos membros da banca pela disponibilidade e interesse em contribuir com esta pesquisa, Paulo Knauss, João Guerreiro e Ana Lucia Enne.

*“A gente precisa acabar com essa história de achar que a cultura é extraordinária.
A cultura é ordinária! Cultura é igual feijão com arroz.
É necessidade básica. Tem que estar na mesa.
Tem que estar na cesta básica de todo mundo”*

Gilberto Gil

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar como após a instalação de equipamentos públicos como UPA, UPP, CRAS e Arena Carioca Dicró no Parque Ary Barroso, contribuíram para regular as formas com que os sujeitos ocupam e se relacionam com esse espaço, a partir do resgate das memórias dos moradores do bairro da Penha e adjacências, e suas vivências do cotidiano. A partir da metodologia de história oral, através da experiência de interlocutores e interlocutoras, pude reviver o passado, e resgatar a memória do parque. Proponho também uma reflexão sobre o papel da cultura para pensar soluções criativas que reinventam o cotidiano da cidade.

Palavras-chave: subúrbio, espaço público, cultura, memória, Parque Ary Barroso.

ABSTRACT

This research aims to analyze how after the installation of public facilities such as UPA, UPP, CRAS and Arena Carioca Dicró in Parque Ary Barroso, contributed to regulate the ways in which subjects occupy and relate to this space, based on the rescue of memories of residents of the Penha neighborhood and surroundings, and their experiences of daily. From the methodology of oral history, through the experience of interlocutors, I was able to relive the past, and rescue the memory of the park. I also propose a reflection on the role of culture in thinking about creative solutions that reinvent the daily life of the city.

Keywords: suburb, public space, culture, memory, Parque Ary Barroso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa bairro da Penha.....	18
Figura 2 – Lado da Estação da Penha da Rua Nicarágua.....	27
Figura 3 - Lado da Estação da Penha da Rua Ibiapina / Avenida Braz de Pina.....	28
Figura 4 – Parque Ary Barroso.....	41
Figura 5 – Cascata Parque Ary Barroso.....	42
Figura 6 - Equipamentos Públicos instalados no Parque Ary Barroso.....	45
Figura 7 – Página Facebook “Valores da Penha”	68
Figura 8 – Mapa da Desigualdade 2020 – Habitação – Renda Média.....	107
Figura 9 - Mapa da Desigualdade 2020 – Habitação – População Negra.....	108
Figura 10 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Orçamento Para Cultura.....	108
Figura 11 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Museus.....	109
Figura 12 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Salas de Cinema.....	109
Figura 13 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Acesso À Internet	110
Figura 14 – Mapa Cidade do Rio de Janeiro por Área de Planejamento.....	111
Figura 15 – Quadro de Equipamentos por Área de Planejamento.....	111
Figura 16 – Gráfico Volume Populacional por Área de Planejamento.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADVEC - Assembleia de Deus Vitória em Cristo

APARU - Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana

BRT – Bus Rapid Transit

CEM - Centro de Integração da Serra da Misericórdia

CRAS - Centro de Referência e Assistência Social

DPHAERJ - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro

EDI - Espaços de Desenvolvimento Infantil

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

INEPAC - Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPP - Instituto Pereira Passos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF - Serviços como de Proteção e Atendimento Integral à Família

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SAMU - Serviços de Atendimento Móvel de Urgência

SECONSERVA - Secretaria Municipal de Conservação

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

UPP - Coordenadoria da Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
TEORIA E METODOLOGIA	12
CAPÍTULO 1 - PRÓXIMA ESTAÇÃO: PENHA	18
1.1 CONCEITO CARIOCA DE SUBÚRBIO	19
1.2 TREM COMO PONTO DE REFERÊNCIA: CONFIGURAÇÃO URBANA E VIVÊNCIAS DO COTIDIANO	22
1.3 PARQUE ARY BARROSO, UM ESPAÇO TOMBADO E NÃO PRESERVADO	33
1.4 - A DÁDIVA DA VIDA DO ESPAÇO PÚBLICO	39
CAPÍTULO 2 - DO LADO DE CÁ OU DO LADO DE LÁ DA LINHA DO TREM, PEGA VISÃO DO SUBÚRBIO!	56
2.1 REDE COMUNITÁRIA TAMO JUNTO DA PENHA	56
2.2 - E O PODER PÚBLICO?	72
2.3 ALÔ, ALÔ, REALENGO. AQUELE ABRAÇO	79
CAPÍTULO 3 - ESSE RAMAL FAZ INTEGRAÇÃO COM A CULTURA	82
3.1 CULTURA PARA PENSAR A CIDADE	83
3.2 ARENA CARIOCA DICRÓ COMO FIO CONDUTOR E FERRAMENTA DE TÁTICAS NO TERRITÓRIO	88
3.3 CULTURA COMO ARTIGO DE PRIMEIRA NECESSIDADE	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

“Parque Ary Barroso: memórias e relação com o espaço público” é uma pesquisa tem o objetivo de analisar como os equipamentos de serviços públicos instalados no Parque Ary Barroso, após o ano de 2008, contribuíram para regular as formas com que os sujeitos ocupam e se relacionam com esse espaço, a partir do resgate das memórias dos moradores do bairro da Penha e adjacências, e suas vivências do cotidiano.

O Parque Ary Barroso é um parque localizado no bairro da Penha Circular, tombado em 1965, pela antiga Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro - DPHAERJ, hoje Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural - INEPAC. Atualmente encontram-se instalados quatro equipamentos de serviços públicos, um da saúde - Unidade de Pronto Atendimento – UPA; um da segurança - Coordenadoria da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP; um da cultura - Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira Dicró; e um da assistência social - Centro de Referência e Assistência Social - CRAS Deputado João Fassarella contribuindo e impondo uma nova dinâmica territorial. Minha hipótese é de que quem exerce o maior poder para regular o uso do espaço é a UPP, órgão de segurança que militariza o espaço, caracterizado por manter abusos e exercer controles ostensivo no cotidiano da cidade, principalmente das favelas. No parque, por exemplo, é quem determina qual o portão estará aberto para trânsito das pessoas, dentre outras intervenções simbólicas nos outros equipamentos, principalmente na Arena Carioca Dicró. O parque, que tinha um portão principal de entrada numa das maiores avenidas do bairro, referenciado como a Quinta da Boa Vista da Zona da Leopoldina, primeiro parque urbano do subúrbio da Leopoldina, um importante espaço de lazer e convivência para os moradores, se transforma em estacionamento, depósito de sucata de carros da polícia, com pouca iluminação, e rara manutenção da área verde. Apesar dessa realidade, alguns moradores insistem na utilização desse espaço e lutam pela revitalização do mesmo.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro apresento a configuração urbana do bairro da Penha, Penha Circular e Complexo da Penha, sua formação histórica e populacional, os espaços de lazer do bairro, a construção do parque, seu processo de tombamento, e sua arquitetura atual, após a instalação dos equipamentos públicos, e as dinâmicas territoriais entre os mesmos. Como base para o desenvolvimento deste capítulo se fez necessário contextualizar o conceito carioca de subúrbio, e utilizar bibliografia sobre

patrimônio e o papel do INEPAC. No segundo capítulo, a partir da experiência da Rede Tamo Junto da Penha, faço uma reflexão sobre as possíveis articulações para a revitalização do parque, a partir das estratégias e táticas adotadas individualmente e coletivamente por alguns dos membros da rede, perante a ausência do poder público. Por fim, no capítulo 3 defendo a cultura como insistência, e central para pensar soluções culturais criativas que reinventam o cotidiano da cidade, e como ponto de conexão e reencantamento dos frequentadores pelo parque. Os relatos dos entrevistados irão atravessar todos os capítulos.

Espera-se com essa pesquisa contribuir para incidir politicamente e somar na luta pela revitalização do Parque Ary Barroso. Em 2021, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro lançou o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (2021-2024)¹, com o subtítulo “Um Plano Para a Retomada e o Futuro do Rio”, em que foram apresentadas 93 metas, 54 iniciativas, 223 projetos e quase 14 bilhões de reais de investimentos, para serem executados nos próximos quatro anos de governo, com os seguintes temas transversais: Cooperação e Paz; Igualdade e Equidade; Mudanças Climáticas e Resiliência; Desenvolvimento Econômico, Competitividade e Inovação; Longevidade, Bem Estar e Território Conectado. Um dos pontos positivos é a destinação de 70% dos investimentos para as Zonas Norte e Oeste. Uma das metas a ser destacada e que dialoga com esta pesquisa é a meta 3 do tema “Longevidade, Bem Estar e Território Conectado” que visa requalificar 20% das praças, parques infantis e espaços públicos residuais da cidade até 2024, com intervenções inovadoras alinhadas ao pós-pandemia. Creio que é necessário não só requalificar o espaço público como também adotar medidas de manutenção.

Enquanto moradora do subúrbio carioca, minha infância e adolescência foi marcada por intenso convívio social entre apartamento, rua, igreja, praça, e escola, num perímetro urbano que ia basicamente de Brás de Pina a Bonsucesso. Já adulta, circular pela cidade e suas fronteiras passou a fazer parte do meu cotidiano. Uma rotina que era clássica quando mais jovem, era ir à missa das dezoito horas e em seguida, para encerrar o domingo, sempre íamos em grupo comer um cachorro-quente na praça Santa Emiliana, mais conhecida como Praça do IAPI, por ficar localizada exatamente no conjunto residencial IAPI da Penha². Poderia iniciar

¹ O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro deve ser elaborado no primeiro ano de governo, em até 180 dias, com consulta pública durante 30 dias, conforme prevê a Lei Orgânica. O Plano deve apresentar os objetivos do governo, as diretrizes setoriais, as iniciativas estratégicas, os indicadores e metas para cada uma das áreas do resultado da administração pública, assim como sua conexão com o Plano Plurianual (PPA). Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (2021-2024). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/>> Acesso em: 12 de ago de 2021.

² O Conjunto Residencial do IAPI da Penha foi construído entre os anos de 1947 e 1949, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), órgão estatal de previdência social criado na década de 1930.

essa dissertação falando sobre diversas outras vivências que atravessaram minha vida pelas ruas da Penha e de Olaria, bairros onde morei. Mas vou me ater a esmiuçar a minha relação com o Parque Ary Barroso, objeto da minha pesquisa.

O Parque Ary Barroso, foi criado em 1964, no terreno da antiga Chácara das Palmeiras, localizado no bairro da Penha Circular, extensão do bairro da Penha, conhecido por esse nome pois os trens usavam uma linha circular no local atual para fazer a manobra das locomotivas. As terras pertenciam ao empreendedor português Francisco Lobo Júnior, grande incentivador do desenvolvimento da região. Foi projetado como um bosque, com cascatas e lagos, aproveitando a topografia existente em um terreno originalmente de vegetação esparsa e rarefeita. Além de plantarem 130 espécies distintas de árvores floríferas com épocas alternadas de floração.³

Quando criança recorro de minha mãe me levar lá acho que uma ou no máximo duas vezes, era muito mais comum ir à Praça do IAPI, por ser mais perto de casa, e por ser considerado pela minha mãe menos perigoso. Eu nasci em 1986. Ser uma criança criada em apartamento, de uma típica família classe média suburbana, na década de 90, significou dentre muitas coisas, ter minha liberdade muitas vezes cerceada, para além do que era possível oferecer de liberdade durante a infância. Não era muito comum ir brincar na rua, eu brincava na escada do prédio ou no terraço com o meu irmão. Quando a gente ia brincar na rua, era sempre acompanhada da minha mãe, com alguma vizinha e seus filhos. Minha mãe, dona de casa, por mais tranquila que ela fosse, o medo de acontecer alguma coisa na rua sempre andava ao seu lado. Logo, ela escolhia os lugares que a deixavam mais segura para nos levar.

Minha mãe foi uma criança que teve uma infância e adolescência desbravada pelas ruas da Penha, e o Parque Ary Barroso, tem um lugar afetivo em suas lembranças. Ela, muito mais do que eu e meu irmão, frequentou bastante o parque. E por mais que ela quisesse relembrar essas histórias nos levando lá para passarmos a tarde brincando nos brinquedos, como escorrega, balanço, gangorra, brincar de pique-pega, queimado e uma variedade de brincadeiras de rua, ela não se sentia mais tão à vontade de frequentar aquele espaço. Na década de 90 para além dos frequentes assaltos que se ouvia falar que ocorriam no parque, era discriminado pela presença dos usuários de drogas, prostituição e por ser local de rituais das religiões de matriz africana, sem contar as diversas histórias, que podiam ser mito ou não, do “tarado do parque”.

A minha relação com o Parque Ary Barroso é retomada, dessa vez de forma mais contínua e com menos representações atreladas a violência, insegurança ou medo, quando vou

³ INEPAC. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/343> Acesso em: 25 de out. de 2020.

trabalhar como produtora cultural na Arena Carioca Dicró, entre 2014 e 2016, e há um reencantamento pelo parque. Antes de trabalhar na Arena, eu já frequentava sua programação cultural, em 2012, que me deixou muito animada quando soube que um equipamento cultural público foi construído dentro do parque. Durante meu trabalho por lá, eu participei da Rede Tamo Junto da Penha, representando institucionalmente a Arena Carioca Dicró que é co-gerida pelo Observatório de Favelas e a Secretaria Municipal de Cultura. A Rede era um espaço que reunia diferentes atores e atrizes sociais da Penha, alguns com maior participação que outros, dentre moradores, professores e diretoras das escolas municipais, organizações sociais e coletivos locais, profissionais da saúde que trabalhavam nas Clínicas da Família do bairro, representantes do CRAS - Centro de Referência e Assistência Social, representantes da UPP Social, e até mesmo relações públicas das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP do Complexo da Penha. O objetivo da Rede para além da troca e fortalecimento das atividades de seus integrantes, era lutar pela revitalização do Parque Ary Barroso. Um dos eventos mais marcantes que realizamos enquanto rede foi o “Ary Em Movimento”, como desdobramento conseguimos instalar novos brinquedos como escorrega e gangorra, consertar o balanço, pintar as mesas e bancos, além de abrir o portão principal de entrada do parque, pelo menos no dia do evento.

Até aqui narrei o meu relato a partir de minha trajetória de vida como forma de resgatar e manter viva a memória do parque. Ao longo dos capítulos irei narrar outros momentos da minha trajetória, e outros relatos apresentados por interlocutores e interlocutoras desta pesquisa. Antes de prosseguir para o capítulo 1 farei uma breve apresentação da parte teórica-metodológica que irá embasar a pesquisa.

TEORIA E METODOLOGIA

Diante do exposto, alguns autores irão embasar a análise das relações, formas e usos de ocupar, ressignificar e se apropriar desse espaço social. Espaço aqui é o espaço como lugar praticado, de Michel de Certeau (1998).

A partir do estudo de multiterritorialidades de Rogério Haesbaert (2008), compreendemos que o Parque Ary Barroso é um território múltiplo, ou como o autor prefere chamar uma multiterritorialidade de articulação entre territórios-zona e territórios-rede. O parque sofreu um processo de desterritorialização, desde a sua criação, antes entendido como território-zona de espaço de lazer, e espaço de convivência. Entendo aqui desterritorialização como a construção de novos territórios, como defende o autor (2008). Esses novos territórios são o território da segurança pública, representado pela Coordenação da Unidade de Polícia

Pacificadora - UPP, o território da cultura, representado pela Arena Carioca Carlos Roberto Dicró, o território da saúde, representado pela Unidade de Pronto Atendimento - UPA, o território da assistência social, representado pelo Centro de Referência e Assistência Social - CRAS Deputado João Fassarella, e o território do lazer, representado pela espaço de área verde do parque, e de brinquedos. Configurando assim o espaço público como um centro de integração dos equipamentos sociais que organizam as experiências territoriais singulares.

No cotidiano do espaço público esses equipamentos não são territórios isolados, são corpos vivos. Nessa dinâmica territorial, um equipamento tenta sobrepor-se ao outro, como no caso da polícia que interfere no próprio ir e vir do parque, ou na lógica de funcionamento da Arena Dicró, impedindo por exemplo a realização de certos eventos. Outro como no caso do CRAS travam uma relação de diálogo com a Arena Dicró. Já a UPA se mantém no espaço de forma mais isolada. Inclusive para entrar na UPA não é necessário entrar no parque.

Para compreender essa configuração da construção social dos espaços públicos e dos usos dele a partir do planejamento urbano utilizarei o trabalho de Jane Jacobs sobre cidade. A autora se preocupa e está interessada em saber como funcionam as cidades e na aparência das coisas, e menos em como as cidades deveriam funcionar, e não ignorar o entendimento desse funcionamento, como pensam a maioria dos planejadores urbanos e arquitetos. (JACOBS, 2011). Além dela, acrescento à análise, as contribuições de Richard Sennett que pensa sobre a relação conflituosa entre o vivido e o construído e suas descontinuidades, entre o habitar e construir, o que ele chama de *cit* - modo de vida, e *ville* - cidade. O questionamento central do autor deve representar a sociedade tal como ela ou se pode tentar mudá-la. Como resposta ele propõe uma ética da cidade aberta. Ele vai tentar compreender as dificuldades do habitar, que passam pela convivência com os outros, ao qual se torna um peso na cidade moderna e fechada, isso gera uma exclusão e rejeição dos diferentes resultando em segregações espaciais. A cidade aberta é capaz de proporcionar um espaço permeável de encontros, ao mesmo tempo complexo. (SENNETT, 2018).

Michel de Certeau defende que a apropriação do lugar se dá a partir das táticas e estratégias. O espaço aqui é o lugar praticado, e os relatos são as práticas que organizam o espaço, portanto o autor vai ser importante para entender a produção do espaço social e o uso dos espaços a partir dos relatos, das subjetividades e memórias dos entrevistados. Tão importante quanto a norma, a estrutura, o instituído, que é o mundo das estratégias, é o mundo dos sujeitos que se apropriam e que reinventam seu cotidiano, que através de práticas e modos de fazer com aquilo que é dado pela ordem, reorganizam e muda o mundo (DE CERTEAU, 1998).

Nessa disputa e negociação, as dimensões de memória e identidade são fundamentais para significar ou ressignificar o espaço vivido. Como salienta Michael Pollak, a princípio a memória parece ser um fenômeno individual, mas o mesmo traz o conceito de Maurice Halbwachs⁴, que nas décadas de 1920 e 1930, já havia destacado que a memória deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, submetido a transformações. Halbwachs reforça a importância dos diferentes pontos de referência - monumentos, patrimônio histórico, paisagens, datas e personagens históricos, tradições e costumes, regras de interação, folclore e música, tradições culinárias - que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. “Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar os diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo” (POLLACK, 1989, p.1). O autor não vê a memória coletiva como imposição ou dominação, e reforça o lado positivo da memória comum. Para ele, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional é a forma mais completa da memória coletiva. Há também uma “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Pollack ao reconhecer que essa memória coletiva tem um caráter potencialmente problemático, traz uma outra perspectiva, uma abordagem construtivista que está interessada nos processos e nos atores que constituem e formalizam as memórias, ou seja como que os fatos sociais se tornam coisas. Ao analisar os excluídos, marginalizados e minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que se opõem à memória nacional (“memória oficial”). Diferente do que Halbwachs pregava, essa abordagem acentua o caráter opressor da memória nacional. As memórias subterrâneas seguem em silêncio e afloram em momentos de crise. A memória entra em disputa (POLLACK, 1989).

Para Pollack, a memória, seja individual ou coletiva, apresenta três elementos constitutivos: os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, o que ele chama de “vividos por tabela”; as pessoas e personagens, e os lugares. A primeira característica da memória é que ela é seletiva e em parte herdada. A memória também sofre flutuações em função do momento em que se é articulada, e é um fenômeno construído social e individualmente. Logo pode-se dizer que há

⁴ A Memória Coletiva, de Maurice Halbwachs, trouxe uma importante contribuição aos estudos de memória na área das ciências sociais, como a sociologia, a psicologia, a história, dentre outras. O autor criou a categoria de “memória coletiva”, considerando os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. A partir desta categoria a memória deixa de ter apenas a dimensão individual.

uma ligação consciente entre memória e o sentimento de identidade, em seu sentido mais superficial, ou seja, o sentido da imagem de si, para si e para os outros (POLLACK, 1992).

Na construção da identidade há três elementos essenciais: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência.

“a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLACK, 1992, p.204).

Os conceitos de táticas e estratégias de Michel De Certeau (1998) e de memória e identidade social de Michael Pollack (1992) são essenciais para pensar a atuação dos grupos, rede, organizações e indivíduos que lutam pela causa do parque. Mantendo viva a memória dele, valorizando as heranças culturais e tradições locais.

Resgatar a memória do Parque Ary Barroso reforça o sentimento dos moradores de pertencimento, de que aquele espaço de convivência é seu por direito e que ele precisa ser cuidado e zelado.

Para tal utilizarei a história oral como metodologia que está centrada no indivíduo. Que tem como paradigma o modo de pensar hermenêutico e a ideia do indivíduo como valor. O modo de pensar hermenêutico consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo. Uma entrevista possibilita vivenciar as experiências do outro, compreender as expressões de sua vivência. Apesar dessa compreensão nunca ser completa e sempre apresentar novas possibilidades. E a ideia do indivíduo como valor está relacionado à compreensão hermenêutica, compreender é tornar a vivenciar, pressupõe o indivíduo como locus nas vivências. É o fascínio do vivido, o fascínio com a experiência do outro. Ou seja, a história oral permite reviver o passado através da experiência do interlocutor, sua peculiaridade é “a recuperação do vivido conforme o concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2004, p.16).

Neste trabalho, as vivências do cotidiano dos interlocutores, e o resgate da memória do Parque Ary Barroso, visam responder o principal questionamento da pesquisa, que é entender como os equipamentos públicos instalados no parque regulam as formas de ocupar o mesmo. “As entrevistas têm valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam ” (ALBERTI, 2004, p.19). Outras fontes, como reportagens de jornais que narraram o período da ocupação militar no Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, documentos textuais, sites institucionais, redes sociais, publicações e legislações que abordam as quatro instituições instaladas no parque – Unidade de Pronto Atendimento – UPA;

Coordenadoria da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP; CRAS - Centro de Referência e Assistência Social e Arena Carioca Dicró, também serão utilizadas.

Dada a situação da pandemia da COVID-19, desde março de 2020, que teve consequências imediatas e duradouras, a nível social, econômico, político e cultural, poderia apresentar um grande desafio para pesquisa, partindo do princípio que “histórias orais são produzidas e veiculadas por um corpo e percebidas pelos sentidos de outro”. (MAGALHÃES e SANTHIAGO, 2020, p.3).

No entanto, conforme analisaram os autores, em recente artigo que refletem sobre a metodologia da história oral e entrevistas à distância,

“Relações sociais, pessoais ou institucionais vêm mudando substancialmente com os relacionamentos online ou mediados por máquinas. A presença física não é mais um critério de definição do que se considera uma relação social.” (MAGALHÃES e SANTHIAGO, 2020, p.2)

Segundo os autores, ainda há muitas questões a serem respondidas, entretanto as entrevistas virtuais parecem ser proveitosas, “desde que as condições de sua produção sejam discutidas metodologicamente em termos de como elas impactaram o resultado final do relato.” (MAGALHÃES e SANTHIAGO, 2020, p.15).

Foram realizadas nove entrevistas, sendo oito on-line, pelas plataformas Jitsi e Zoom, que foram gravadas e duraram cerca de uma hora cada, e uma presencial. A troca com os interlocutores e as interlocutoras que foram entrevistados on-line foi bem produtiva. Os interlocutores e as interlocutoras foram: Ana Paula Gualberto, mulher preta de 37 anos, produtora cultural; André Luiz Silva Souza, homem pardo de 35 anos, pedagogo; Arthur Lucena, homem preto de 36 anos, comunicador; Bruna Pereira da Silva, mulher preta de 19 anos, estudante; Fernando Sousa, homem branco de 39 anos, cineasta; Gisele Jacob dos Santos, mulher preta de 35 anos, gestora cultural; Juliana do Carmo Sampaio, mulher parda de 35 anos, jornalista; Karolynne do Nascimento Duarte, mulher preta de 38 anos, arquiteta e urbanista; e Orlando Fernandes Junior, homem pardo de 36 anos, professor universitário. As entrevistas foram realizadas entre o período de 2020 e 2022, e as idades aqui apresentadas são referentes a época em que a entrevista foi feita. Acho relevante ressaltar o gênero, raça e idade, pois dependendo de que lugar se fala isso influencia na construção da narrativa sobre o parque e na relação com o mesmo.

As entrevistas foram feitas com pessoas que moram ou já moraram na Penha e no Complexo da Penha, que atuam ou atuaram de forma ativa na luta pela revitalização do Parque

Ary Barroso, e funcionárias da Arena Carioca Dicró. A pesquisa tinha a pretensão de entrevistar pelo menos um funcionário de cada equipamento instalado, e gestores que fazem parte de órgãos responsáveis direta ou indiretamente pelo parque, como a Fundação Parques e Jardins, a Comlurb e o INEPAC, no entanto, pela dificuldade de ir à campo não houve tempo suficiente para fazer essa articulação.

Como mencionado no início desta introdução, minha relação com o parque na minha trajetória atravessa minha atuação enquanto produtora cultural. Essa pesquisa é fruto também dessa atuação a partir das minhas experiências nas organizações sociais em que trabalhei e trabalho. Fruto dessa minha atuação enquanto funcionária do Observatório de Favelas, e atualmente enquanto parte da equipe da Casa Fluminense, organização social que atua no monitoramento e construção coletiva de políticas públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável. Toda minha análise e reflexão estão conectadas aos aprendizados institucionais adquiridos ao longo desses onze anos de produção cultural.

A linha do trem está muito presente no imaginário suburbano, molda sua paisagem urbana, e é ponto de referência de onde o suburbano fala. Irei incorporar os lados da linha férrea no processo de escrita como ponto de referência ao apresentar dados, além de incorporar como forma de montagem do trabalho e na narrativa do texto. Próxima estação: Penha.

CAPÍTULO 1 - PRÓXIMA ESTAÇÃO: PENHA

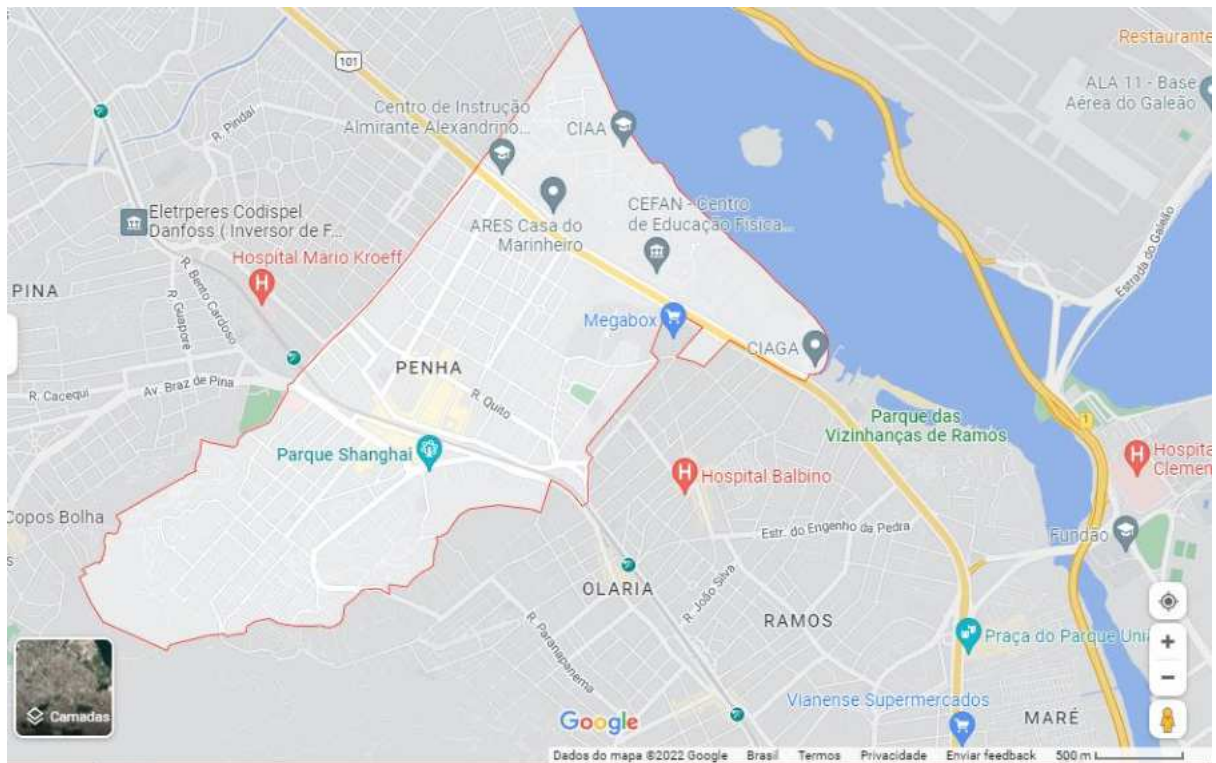


Figura 1 – Mapa Bairro da Penha

Neste capítulo apresentarei os relatos dos moradores do bairro da Penha, Penha Circular e Complexo da Penha, para compreender as formas e usos do espaço, a pluralidade e a diversidade dos relatos, gênero, raça, e idade, são muito relevantes. Os entrevistados foram: Ana Paula Gualberto, mulher preta de 37 anos, produtora cultural; André Luiz Silva Souza, homem pardo de 35 anos, pedagogo; Bruna Pereira da Silva, mulher preta de 19 anos, estudante; Juliana do Carmo Sampaio, mulher parda de 35 anos, jornalista; e Orlando Fernandes Junior, homem pardo de 36 anos, professor universitário. André, Orlando e Juliana são meus amigos de infância e adolescência. André e Orlando são amigos de escola.

O que cabe a esta pesquisa para compreender melhor como se deu o processo de abandono do poder público a este bem tombado é refletir e analisar mais sobre o período a partir do momento em que o CRAS, a UPA, a base militar do exército, na sequência a coordenadoria do UPP, e a Arena Carioca Dicró foram instalados no parque a partir de 2007 e qual foi o papel do Estado nessa construção. Porém, para situar o leitor apresentarei o bairro da Penha, sua formação histórica e populacional, além do contexto histórico de construção do Parque Ary Barroso, seu processo de tombamento, e sua arquitetura atual, após a instalação dos equipamentos, e as dinâmicas territoriais entre os mesmos.

1.1 CONCEITO CARIOCA DE SUBÚRBIO

O bairro da Penha foi emancipado, em 22 de julho de 1919 pelo Decreto nº 1.376, da Freguesia de Irajá, que tem sua origem a partir das terras da Fazenda Grande da Penha que foram cedidas ao Capitão Baltazar Abreu Cardoso⁵. Lá ele construiu uma pequena capela dedicada à Nossa Senhora, como agradecimento após ter se livrado do ataque por uma cobra, ele ergue no alto do penhasco uma imagem da santa por volta de 1635. Como tradição, o capitão subia o penhasco não só para ver suas plantações, como também para agradecer e rezar, logo outras pessoas começaram a fazer o mesmo. A devoção se espalhou e o capitão doou suas terras à Nossa Senhora da Penha, que passou a ser administrada pela Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Penha, que substituiu a capela por uma igreja com uma torre e novos sinos.⁶

Antes de apresentar as principais características do bairro da Penha, sua constituição como um bairro do subúrbio e a relação dos entrevistados com o bairro, é necessário contextualizar o conceito carioca de subúrbio apresentado pelo autor Nélson da Nóbrega Fernandes (2011) em que ele conclui que houve um raptó ideológico da categoria subúrbio. A noção de raptó ideológico que o autor utiliza é o que Henri Lefebvre denomina como uma mudança abrupta do significado original das categorias e conceitos. Logo, “o conceito carioca de subúrbio é constituído por uma reinterpretação da palavra subúrbio” (FERNANDES, 2011, p.48). Seu trabalho será fundamental para entender a estrutura urbana da cidade, e dos processos de suburbanização e estruturação do espaço carioca.

É necessário desnaturalizar que a ocupação proletária dos subúrbios é uma consequência do transporte ferroviário, sem considerar a complexidade e diversidade dos agentes e processos sociais envolvidos na produção do espaço urbano. A evolução da palavra subúrbio está integrada com o desenvolvimento histórico da cidade, as transformações capitalistas da estrutura urbana e da segregação socioespacial (FERNANDES, 2011).

Subúrbio é uma palavra polissêmica. Nas cidades antigas e medievais, os subúrbios eram valorizados; na cidade romana, subúrbio é lugar de refúgio, local de produção agrícola; na cidade moderna, subúrbio é representado como um espaço destinado para as elites e classes médias, um refúgio da cidade insalubre. Até que com a industrialização do século XX, os subúrbios são invadidos por indústrias e pela classe trabalhadora (FERNANDES, 2011).

⁵ Série Bairros Cariocas. Multirio, 2015. Disponível em <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1004-penha-terra-de-fe-e-de-musicalidade>> Acesso em: 08 de ago de 21.

⁶ História dos Bairros. Armazenzinho - Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://apps.data.rio/armazenzinho/historia-dos-bairros/>> Acesso em: 08 de ago de 21.

Até o final do século XIX no Brasil, período do Segundo Império e da sociedade escravista, o subúrbio representava uma realidade de classes médias e superiores, características de uma fase da evolução da estrutura da cidade capitalista. O status social daquele espaço era o lugar de residência, um lugar salubre. A população mais pobre costumava ocupar o Centro, onde se concentravam as possibilidades de trabalho urbano (FERNANDES, 2011).

O povoamento do bairro da Penha, por exemplo, se deu a partir de 1670, a região tinha um caráter religioso, rural e de comércio, tanto pela Igreja da Penha quanto pelo porto da praia de Maria Angu, que foram estratégicos para o seu crescimento. No final do século XIX foi inaugurada a Estrada de Ferro Leopoldina, importante obra que facilitou a mobilidade para chegar ao bairro. Em seguida, no início do século XX chegaram os bondes elétricos.⁷ Os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias exclusivamente rurais. O primeiro trecho, da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858, ligava a Freguesia de Santana a Queimados. A ocupação ao longo da ferrovia foi imediata, surgindo pequenos vilarejos, e a possibilidade de moradias mais baratas. A partir de 1880, foram inauguradas a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, que ligava o Quintal Imperial do Caju à represa do Rio D'Ouro na Baixada Fluminense, porém serviu mais para transporte de material; e a Estrada do Norte, futura Leopoldina Railway, em 1886, que ligava São Francisco Xavier à Mirity, atual Duque de Caxias. Esse trecho interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas e Vigário Geral. Com a grande acessibilidade ao Centro, proporcionada por esse trecho, esse perímetro urbano se desenvolveu em ritmo acelerado. Há um pleno crescimento dos principais subúrbios, mas que não passavam de núcleos dormitórios. Apesar do aumento demográfico nas freguesias rurais, o mesmo aconteceu com as freguesias centrais e periféricas ao centro, e as freguesias urbanas (ABREU, 1987).

No entanto, como defende Nelson da Nóbrega Fernandes, a instalação dos trens não foi pensada para solucionar os problemas de transporte dos pobres do Rio de Janeiro, e para incentivar a ocupação das indústrias pelo subúrbio. A presença de poucas fábricas e as altas passagens do trem fragilizam a premissa “ferrovias-fábricas-operários” (FERNANDES, 2011).

A produção do conceito carioca de subúrbio⁸ se inicia com a Reforma Pereira Passos, um projeto das elites republicanas em retirar das classes subalternas o direito à cidade. O crescimento acelerado da cidade, a onda imigratória, e as especulações dos loteamentos vastos

⁷ Série Bairros Cariocas. Multirio, 2015. Disponível em <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1004-penha-terra-de-fe-e-de-musicalidade>> Acesso em: 08 de ago de 21.

⁸ Categoria de Lysia Maria Cavalcanti e Maria Therezinha Segadas Soares utilizado por Nelson da Nóbrega Fernandes.

e baratos sem infraestrutura durante o século XX são os fatores para a ocupação do proletariado no subúrbio (FERNANDES, 2011).

A transformação urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos ficou conhecida como “Bota-abaixo”, com aterramentos, demolições de cortiços, e a construção do novo porto da cidade. Esse fator contribuiu para o crescimento desordenado em núcleos da Região da Leopoldina, em que o bairro da Penha faz parte, assim como de vários outros núcleos do subúrbio carioca, e para a mudança de um perfil rural para o urbano. A Reforma Pereira Passos tinha a intenção de transformar a cidade colônia em cidade moderna e implantar grandes avenidas largas e arejadas, áreas de praças, jardins públicos, chafariz, monumentos com abundante arborização. A arborização das ruas cariocas representava um elemento estético e higienizador, um dos ícones da nova civilização e da nova cidade no início do século XX. A demolição dos inúmeros cortiços no Centro do Rio de Janeiro contribuiu para a ocupação habitacional da Região da Leopoldina. A camada mais pobre, removida do centro da cidade, teve que sair em busca de terrenos e moradias mais baratas, promovendo uma intensa ocupação ao longo dos ramais ferroviários. Na década de 1930, a crescente industrialização contribuiu para a configuração de uma população da Zona da Leopoldina predominantemente proletária, e de migrantes vindos do campo, e um aumento da classe média. Era uma região mista de uso residencial e comercial.⁹ É exatamente durante o Estado Novo que o conceito carioca de subúrbio é concretizado e a palavra subúrbio ganha um sentido de desprestígio social, e passa a ser representação única e exclusiva dos bairros e subúrbios ferroviários ocupados por classes médias e baixas (FERNANDES, 2011).

Até a Festa da Penha não era vista mais com bons olhos pela elite. Essa festa que no início da década de 1920, reunia os diversos estratos sociais da cidade, frequentada pela burguesia urbana, negros, indígenas e nordestinos atraídos por música, danças e comidas tradicionais da população negra. Ponto de encontro dos grandes artistas da música popular brasileira, do choro e do samba, como Donga que lançou “Pelo Telefone” na Festa da Penha¹⁰. A partir deste período o subúrbio representava o lugar em que todos que não podiam ou não deviam habitar a cidade, ou seja, que não cabiam na ordem social dominante, deveriam ser mandados para lá (FERNANDES, 2011).

⁹ Plano Diretor Da Floresta Urbana da Penha, elaborado pelo grupo de trabalho instituído pela XI Região Administrativa, conforme estabelecido na Lei Complementar 111/2011 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

¹⁰ Série Bairros Cariocas. Multirio, 2015. Disponível em <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1004-penha-terra-de-fe-e-de-musicalidade>> Acesso em: 08 de ago de 21.

Os anos que se sucederam após a Segunda Guerra Mundial são marcados pela mudança de novos empreendimentos industriais para os subúrbios, a criação da Avenida Brasil ligando o bairro à cidade, e o Conjunto Residencial do IAPI da Penha. Muitos espaços de lazer, praças e avenidas, como o Grêmio Recreativo Esportivo dos Industriários da Penha - GREIP, a Praça Santa Emiliania e a Avenida Presidente Vargas, surgiram nesse novo processo de urbanização da cidade e sua expansão para a periferia¹¹.

Um dos planos urbanísticos, o Plano Agache, apesar de ser um plano elitista, e de ter sido ignorado pela República Velha, reivindicava que os governos adotassem políticas urbanas e construíssem habitações nos subúrbios para as camadas populares. “O subúrbio deveria cumprir um duplo papel de ao mesmo tempo segregar e integrar os trabalhadores na cidade capitalista” (FERNANDES, 2011, p.156).

O governo Vargas apesar de demonstrar esforços em intervir de forma mais direta na promoção da habitação proletária suburbana, e de tentar modificar a lógica de desvalorização material e simbólica do subúrbio ferroviário, um dos seus grandes efeitos foi a promoção da favela no subúrbio. O censo de 1948 mostra o explosivo crescimento das favelas espalhadas pela cidade (FERNANDES, 2011).

Entendemos até aqui que a ocupação proletária no subúrbio não foi uma causa efeito da instalação dos trens e fábricas, porém ao longo dos anos o subúrbio passou a ser síntese do trinômio trem - subúrbio - proletário. Mais de um século depois de um surpreendente crescimento da cidade e do aparecimento de outras zonas de subúrbios ferroviários mais distantes e mais precários como a Zona Oeste e a Baixada Fluminense (FERNANDES, 2011), a produção social e a representação do subúrbio em torno da linha do trem é cada vez mais expressiva.

1.2 TREM COMO PONTO DE REFERÊNCIA: CONFIGURAÇÃO URBANA E VIVÊNCIAS DO COTIDIANO

Apesar da heterogeneidade dos subúrbios eles apresentam alguns pontos em comum que formam sua identidade suburbana, como a linha férrea que molda sua paisagem urbana.

¹¹ Plano Diretor Da Floresta Urbana da Penha, elaborado pelo grupo de trabalho instituído pela XI Região Administrativa, conforme estabelecido na Lei Complementar 111/2011 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

Analisar os efeitos desse aspecto urbano na vivência cotidiana, nos usos e formas de ocupar os espaços públicos e sua sociabilidade é um ponto importante para esta pesquisa.

Cerca de 2 milhões de pessoas deixam seus municípios de residência para acessar oportunidades de lazer, estudo e trabalho nas áreas mais privilegiadas da capital fluminense. É o mesmo número de pessoas que visita a orla de Copacabana na virada do ano, equivalente a um réveillon por dia (CASA FLUMINENSE, VIA CENSO/IBGE, 2010, p.1). Esse modelo de desenvolvimento urbano e econômico praticado no Rio de Janeiro é extremamente desigual, pautado nas estruturas sociais e batizado no racismo estrutural brasileiro. A diferença orçamentária para o investimento em infraestrutura privilegia as áreas mais turísticas, no período anterior às Olimpíadas de 2016, por exemplo, foram investidos 8,5 bilhões de reais para a construção do Metrô Ipanema-Barra, enquanto que os trens receberam o investimento de 1,2 bilhões de reais. Essa discrepância fica ainda maior quando segundo os dados das próprias concessionárias verificamos que a Supervia recebe diariamente cerca de 600 mil passageiros, o dobro da capacidade da Linha 4. (ALBERGARIA; NUNES; MIHESSEN 2019, p.63-65)

“O subúrbio, como curral eleitoral, é atendido com obras de maquiagem, em estações específicas, “olímpicas”, que vão cumprir qualquer outro papel que não a redução dessas desigualdades e a melhoria das condições de vida do morador que depende do trem diariamente.” (ALBERGARIA; NUNES; MIHESSEN, 2019, p. 65)

Portanto, sem querer romantizar, a ideia do trem como um elemento da identidade suburbana, por conta dessas desigualdades, mas compreendendo que ao longo dos anos esse foi um dos principais meios de transporte das populações suburbanas, faveladas e periféricas, o trem se consolidou também como um espaço de sociabilidade. Desde de ser uma referência geográfica para os bairros e municípios, quanto lugar em que a arte, os ambulantes, as festas de aniversários, e a religião se deslocam. São nesses trajetos sobre os trilhos em que a vida cotidiana suburbana se traduz, seja numa poesia do MC Estudante, no pagode do último vagão, no Trem do Samba, num bordão dos ambulantes, ou numa palavra da Bíblia. Talvez seja por isso que o trem cria uma memória que foi determinante para o surgimento do subúrbio.

A geografia do subúrbio da Leopoldina é marcada pela linearidade e fragmentação do tecido urbano. Essa área está comprimida entre os morros da Serra da Misericórdia e a orla da Baía de Guanabara. Os aspectos de maior impacto na fragmentação e linearidade da região é a presença da linha do trem e a delimitação das zonas industriais que passou ocupar uma larga faixa paralela à Avenida Brasil. Mais recentemente o BRT instalado paralelo a linha do trem reforçou essa fragmentação (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019).

Na Penha, ambos os lados da linha do trem apresentam atividades de comércio e serviços, residências e espaços de sociabilidade, no entanto verifica-se diferentes usos e formas de vivenciar os diferentes lados da linha férrea. De um lado, a Rua Nicarágua margeia a linha do trem, e de outro a Avenida Braz de Pina e Rua Ibiapina são as vias paralelas às Estações Penha Circular e Penha. O Parque Ary Barroso está localizado na Avenida Braz de Pina. Minha hipótese é que o perfil sócio econômico nos diferentes lados também influencia nas formas, usos e vivências no espaço público.

Para compreensão dessa dinâmica territorial vamos partir da configuração populacional e habitacional no pós-guerra. Como já mencionado na introdução, o Conjunto Residencial do IAPI da Penha foi construído entre os anos de 1947 e 1949, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), órgão estatal de previdência social criado na década de 1930. Esse conjunto habitacional representou a primeira grande ação estatal para produção de moradias populares, iniciada no primeiro governo Getúlio Vargas e que se estendeu até 1960. A ação do Estado nesse período também vinha responder às demandas da população, que sofria com a precariedade dos serviços urbanos, e com a predominância da dinâmica capitalista (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019).

Cabe lembrar aqui que esse foi um período da ocupação de zonas industriais no subúrbio. Em 1920, se instalou na Penha, o Curtume Carioca, que veio a ser um dos maiores complexos industriais da região da Leopoldina. Uma das maiores indústrias de couro da América Latina, até a década de 1950, cuja oferta de empregos diretos e indiretos atraiu grande contingente populacional para o bairro (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019).

Junto a abundante industrialização do bairro, e a eletrificação da ferrovia permitindo a chegada mais rápida ao centro da cidade, a região tornava-se mais atrativa por outros segmentos populacionais que desejavam se instalar ali. O bairro passa a atrair os olhares do poder público que promove ações de assistência à saúde, como a construção do Hospital Getúlio Vargas, inicialmente nomeado Hospital da Penha. Configurando assim de um lado das estações ferroviárias da Penha e Penha Circular, o Curtume Carioca; e do outro lado, o hospital. Do mesmo lado da linha do trem do Curtume, é instalado o conjunto habitacional no final da década de 1940, impactando ainda mais a paisagem (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019).

O Conjunto da Penha era formado por agrupamentos de edifícios em meio à área arborizada. O bloco tinha quatro pavimentos e duas unidades por andar, com unidades habitacionais compostas por sala, com 2 ou 3 quartos, caracterizando uma forma de morar recorrente nos bairros populares das grandes cidades brasileiras. (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019).

“Para o lazer, uma praça no centro do conjunto configurou um grande espaço público, simbolizando a presença do Estado na geração das relações de sociabilidade. O recurso urbanístico priorizava as áreas públicas na concepção de um habitat integral, que apesar de distintas eram entendidas como complementação do espaço privado. O pano de fundo dessa grande praça era desenhado pela escola e pelo ginásio, grandes protagonistas da nova cena urbana que se forjava. Assim representavam o caráter laico da ação do Estado, responsável pela construção e ainda pela gestão do conjunto habitacional. Dessa maneira, a escola sinalizava novos tempos, mantendo na paisagem o diálogo com a igreja no alto do morro, que registrava a ordem dos tempos passados” (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019, p.129)

Essa composição: fábrica, estação ferroviária, escola, família operária, sua casa e praça pública, projetava assim um modelo de cidade a partir do subúrbio do Rio de Janeiro. No entanto, “o Estado não conseguiu direcionar todo o processo de ocupação urbana e acabou por impulsionar a lógica especulativa, sendo por vezes ele próprio agente direto dessa dinâmica” (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019, p.132).

Do outro lado das estações, onde estão localizados o Hospital Getúlio Vargas e o Parque Ary Barroso, é visto o surgimento e expansão das favelas na segunda metade do século XX ao longo da encosta da Serra da Misericórdia, um maciço rochoso situada na Zona Norte, que em 2001 foi decretada como APARU - Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana, que abrange 19 bairros e 54 favelas dentre elas o Complexo da Penha. (SIMAS, 2007).

O Complexo da Penha é formado por onze favelas: Morro da Fé, Morro do Sereno, Rua Frey Gaspar nº 279, Morro da Caixa D'Água, Morro do Caracol, Parque Proletário do Grotão, Vila Proletária da Penha, Rua Mira, Morro do Cariri e Vila Cruzeiro, juntos concentram um pouco mais de 48 mil pessoas, 13 mil domicílios e ocupam uma área de mais de 1 milhão e duzentos metros quadrados, segundo dados Censo 2010 do IBGE.¹²

A maioria das favelas foram ocupadas a partir da década de 1930. Os terrenos ou estavam vazios, ou eram propriedade particular que foi desmatada ou foram ocupados através da venda de lotes de terras. Com exceção do Parque Proletário do Grotão, que surgiu no ano de 1979, sua população é originária das favelas do Morro do Caracol, da Vila Cruzeiro, do Parque Proletário da Penha e do Morro da Caixa de Água. A área ocupada era da posse da pedreira Elcatroni, falida desde 1969. A parte plana foi a primeira a ser ocupada, após várias intervenções policiais com mandados de despejo contra os ocupantes, os moradores conseguiram, com a ajuda de um padre, enfim se instalarem. A associação foi fundada em julho de 1980, tendo sido aproveitado parte das instalações de uma enorme quadra utilizada por

¹² Caderno Panoramas - Região de Planejamento | Ramos - RP3.1, Inhaúma - RP3.4, Penha - RP3.5. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, 2018.

funcionários da antiga pedreira. Moradores da Vila Proletária vieram removidos de áreas do Cais do Porto, do Morro da Favela, do Beco do Saci, em São Cristóvão, e do Parque Arara, no Caju. No Morro do Caracol a maior parte dos moradores eram nordestinos e nortistas.¹³

Os dados sobre o perfil econômico dos domicílios particulares são informações importantes para compreender as condições de vida e o grau de vulnerabilidade em que vivem as pessoas nos bairros da Penha, Penha Circular e no Complexo da Penha. O Caderno Panoramas traz informações apresentadas no Censo 2010 sobre o rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares. Vale destacar que quando os dados foram levantados o salário mínimo era de R\$510,00. No Complexo da Penha 6,7% da população apresenta uma faixa de renda que corresponde aproximadamente à linha da pobreza, enquanto que na Região Administrativa da Penha é de 2,8%. Essa desigualdade se repete na faixa de renda maior que 2 salários mínimos, enquanto 24,2% dos domicílios da RA da Penha possuem rendimento maior que 2 salários mínimos, no Morro da Caixa D'Água essa porcentagem corresponde a 1,3% dos domicílios. A XI Região Administrativa da Penha, abrange os bairros de Brás de Pina, Penha e Penha Circular. (CADERNO PANORAMAS - REGIÃO DE PLANEJAMENTO | RAMOS - RP3.1, INHAÚMA - RP3.4, PENHA - RP3.5, 2018, p. 22-23)

Além da configuração populacional, habitacional e econômica para conhecer as múltiplas vivências no bairro tendo a linha do trem como ponto de referência, é interessante apresentar também a distribuição de serviços, equipamentos e espaços de sociabilidade em ambos os lados das estações ferroviárias.

Em ambos os lados há uma intensa atividade comercial, “do lado” da Rua Nicarágua, entre as ruas perpendiculares há bancos, salão de beleza, lojas, farmácias e lanchonetes. Mas o principal corredor comercial da Penha é a Rua dos Romeiros, que fica “no outro lado” da estação em que a Rua Ibiapina margeia a linha do trem. No que diz respeito aos serviços básicos sociais como saúde e educação, os dois principais hospitais são o Hospital Getúlio Vargas e Hospital Mário Kroeff, além de quarenta equipamentos municipais de educação espalhados pelos bairros da Penha e Penha Circular.

Os espaços de sociabilidade no subúrbio são múltiplos, uma praça, um parque, uma rua, uma calçada, embaixo do viaduto, um bar, uma quadra, um quintal. Nesse território em disputa, que se modifica muitas das vezes pelas forças da especulação imobiliária, um espaço de complexidade, é através do afeto, do imprevisto que o suburbano é capaz de ressignificar a relação com os diferentes espaços (DOS SANTOS; MATTOSO; GUILHON, 2019).

¹³ SABREN - Sistema de Assentamento de Baixa Renda. Disponível em: <<https://www.data.rio/apps/sabren/explore>> Acesso em: 08 de Ago 21



Figura 02 - Lado da Estação da Penha da Rua Nicarágua

“No lado” da Estação de Trem da Penha (1) da Rua Nicarágua, além da Praça Santa Emilianiana (2), localizada no Conjunto Residencial do IAPI da Penha, já mencionado anteriormente, outras praças, ruas e estabelecimentos atraem e concentram um fluxo de pessoas. Como a Praça Panamericana (3), a feira de domingo da Rua Belizário Pena (4), os quiosques da Rua Patagônia (5), chamada por mim e pelas amigas por “Baixo Penha”. Preciso fazer um parêntese aqui sobre os antigos galpões desativados do Curtume Carioca, que nos anos 90 foi inaugurado o Trapiche Carioca¹⁴, primeiro shopping do bairro para vendas exclusivas de produtos vindo direto da fábrica e a baixo custo. O formato misturava características de galeria e de shopping. O espaço se resumia em 3 ou 4 longos corredores com 161 estandes, uma praça de alimentação que nos finais de semana tinha música ao vivo, e uma área vazia que no auge dos patins roller no final dos anos 90 serviu como pista de patinação. Este é mais um lugar que frequentei bastante na infância e início da adolescência. Hoje o local é ocupado pela Igreja ADVEC - Assembleia de Deus Vitória em Cristo (6) e pelos condomínios residenciais Viva Penha e Nova Penha Clube (7).

¹⁴ Penha ganha templo de consumo com Trapiche Carioca. Disponível em: <<https://jornaisantigos.wordpress.com/2019/09/01/penha-ganha-templo-de-consumo-com-trapiche-carioca/>> Acesso em 24 de jul de 2021.

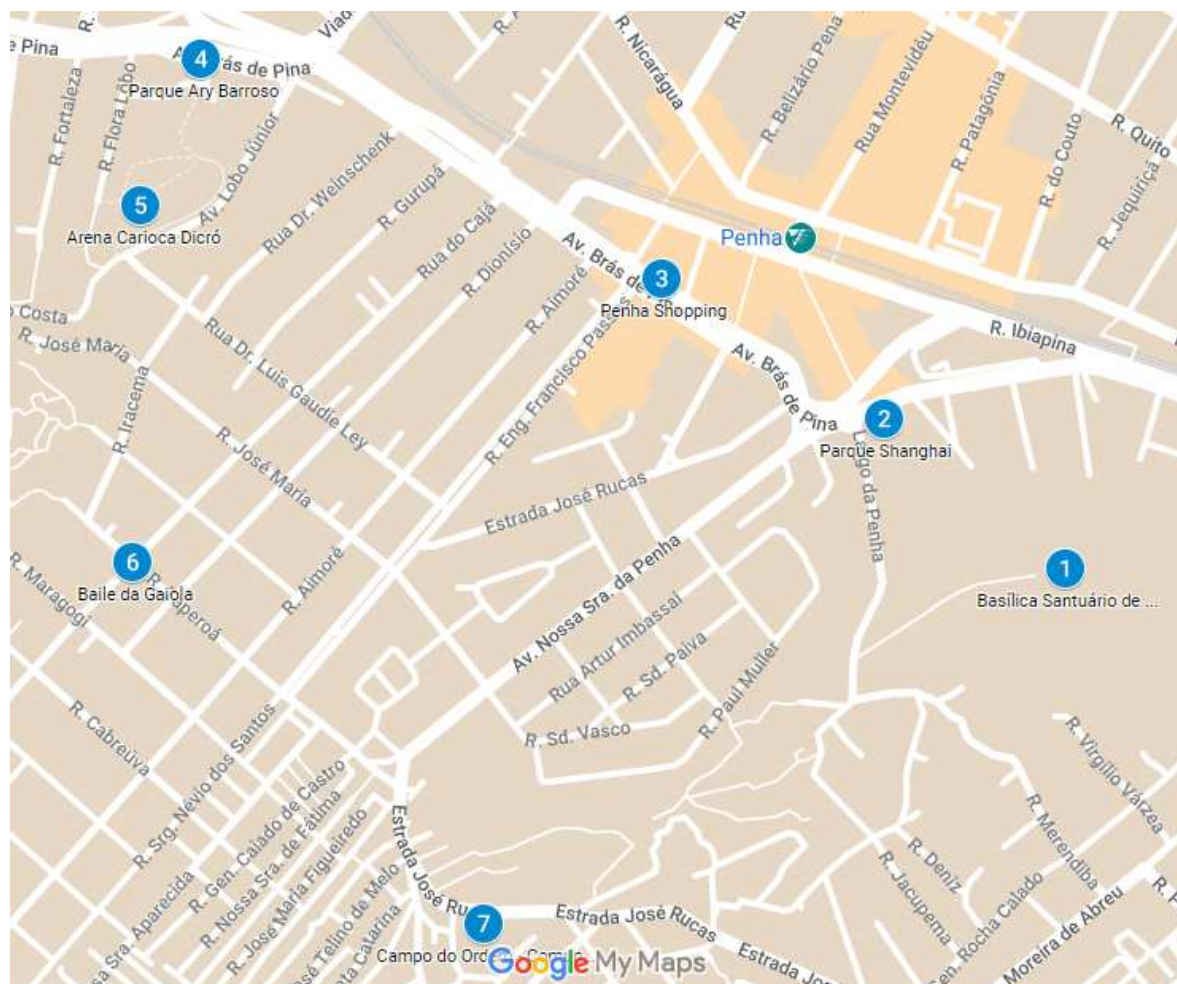


Figura 03 - Lado da Estação da Penha da Rua Ibiapina / Avenida Braz de Pina

Já “no outro lado” da linha do trem, temos a principal atração turística do bairro a Basílica Santuário da Penha (1), que recebe devotos vindos de todo lugar do Brasil e do exterior, o Parque Shanghai (2), um parque de diversões, o Penha Shopping (3), o Parque Ary Barroso (4) que dentro dele foi instalado o único equipamento cultural da prefeitura do bairro, a Arena Carioca Dicró (5), e na Rua do Cajá, no ano de 2018, no auge do sucesso, o Baile da Gaiola (6)¹⁵, produzido pelo DJ Rennan da Penha, reunia milhares de pessoas pelas ruas e becos da Penha, mas em 2019 o baile foi interrompido em meio a tiros durante o carnaval. Após a retomada cultural, durante a pandemia, o baile retorna com um novo nome, Baile das Estrelas, que acontece na mesma rua. A decisão tomada pelo dj pela mudança de nome foi devido ao estigma que o antigo nome carregava e por conta da repressão policial¹⁶. O Campo do Ordem

¹⁵ A Chave da Gaiola: o funk como arte libertadora de corpos na favela. Rio On Watch, Rio de Janeiro, 12 de fev de 2021. Disponível em: <<https://riononwatch.org.br/?p=53519>> Acesso em 24 de jul de 2021.

¹⁶ Rennan da Penha fala sobre novo baile e fim da Gaiola: ‘Repressão da polícia’. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 25 de nov de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/rennan-da-penha-fala-sobre-novo-baile-fim-da-gaiola-repressao-da-policia-25290121>> Acesso em 07 de mai de 2022

na Vila Cruzeiro (7) também é um tradicional espaço de lazer, conhecido por ser o local em que jogava na infância e adolescência o ex-jogador de futebol Adriano Imperador, o campo foi reformado recentemente em 2018¹⁷.

A apresentação dessa configuração urbana do bairro da Penha, do seu espaço físico, é importante para entendermos a produção do espaço social e o uso dos espaços a partir das subjetividades e memórias dos entrevistados. Como mencionado na introdução, o espaço aqui é entendido como lugar praticado, onde os relatos são essas práticas que organizam o espaço (DE CERTAU, 1998).

As entrevistas seguiram o mesmo roteiro, com modificações na elaboração das perguntas conforme os entrevistados apresentavam seus relatos. Porém, a primeira parte da entrevista tinha como objetivo saber desde quando moravam no bairro, se a família tinha histórico com o bairro, e como era a vivência no bairro da infância à fase adulta; onde estudou, como eram os momentos de lazer e que lugares costumavam frequentar.

Podemos verificar que a questão de gênero atravessa as formas e usos de ocupar os espaços e vivenciar o cotidiano. Mesmo que não tenha sido mencionado explicitamente nos depoimentos, percebemos que os homens tinham maior liberdade para desfrutar e explorar as opções de espaços de convivência que a Penha oferece.

André Luiz Silva Souza, homem pardo de 35 anos, pedagogo, é morador da Penha há mais ou menos 30 anos, passando por diferentes endereços. Seus pais são nordestinos, do Maranhão, e antes de ir morar na Penha, moravam no bairro de Cascadura, também no subúrbio do Rio de Janeiro.

“Sim .. então no início na Penha eu morei, até uns 7 anos, tipo uns 3 anos que eu morei na Conde, na Conde de Agrolongo¹⁸ ... Ah primeiro o que você falou, a relação da família, eram zero relações com o bairro da Penha, minha origem é toda nordestina, minha mãe e meu pai são maranhenses, então a gente caiu na Penha por acaso. Porque morava em Cascadura antes, enfim, e aí a gente veio morar na Penha não sei exatamente o porque, tipo uma casa legal que eles encontraram, mas tipo zero relação com o bairro, afetiva com alguém, ou parentesco, tipo nada.” (André Luiz Silva Souza, 30/11/2020)

¹⁷ Prefeitura Inaugura área de lazer reformada na Vila Cruzeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 29 de set de 2018. Disponível em: <<http://www.pcrj.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8493971>> Acesso em 24 de jul de 2021.

¹⁸ A Rua Conde de Agrolongo é uma das principais ruas da Penha, é uma rua longa, com bastante fluxo de carros e pessoas, o início dela faz esquina com a Rua Nicarágua, rua da estação da linha do trem, e termina na Avenida Brasil. É uma rua bem mista, tem bastante residências, comércio, e também é onde fica localizada a Escola Municipal Conde de Agrolongo, numa ponta, e na outra ponta quase chegando a Avenida Brasil, o Colégio Estadual Heitor Lira. Outro ponto de referência é o Clube do Cortume Carioca, onde rolavam bailes de carnaval, festas, e tinha uma quadra esportiva, ponto de encontro frequente de grupos de amigos para jogar futebol.

Orlando Fernandes Junior, homem pardo de 36 anos, professor universitário, morador da Penha, desde criança, ou como ele prefere, da Grande Penha, mora atualmente próximo ao condomínio residencial do IAPI da Penha, mas antes de fixar moradia nesse endereço atual chegou a morar com seus pais em outros lugares do bairro ou adjacências.

“Sim, eu moro aqui, na verdade eu moro , desde que me conheço eu moro nos bairros que formam a Penha, a Grande Penha, gosto de pensar assim. Quando eu nasci, meus pais já moravam ali no bairro de Olaria, perto do Cacique de Ramos, na rua , agora eu esqueci o nome da rua , na rua Lidia? É Lúcia, alguma coisa assim. Aí depois eles foram pra Penha ... pra Vila da Penha, ai lá eu fiquei até 1990 mais ou menos, ai depois me mudei para a Praça Portugal, na Penha Circular. Então, são várias Penhas né. E aí de 2005 até agora, eu moro aqui na Penha mesmo, perto do bairro do IAPI. Então assim, essa história mais ou menos que eu tenho com os bairros da Penha, transitando entre um e outro.” (Orlando Fernandes Junior, 27/11/2020)

Olaria e Vila da Penha são bairros muito próximos à Penha, e é muito comum a Vila da Penha ser confundida com a Penha. É interessante perceber como o IAPI é referenciado por ele como um bairro, no entanto como já apresentamos o IAPI é um conjunto residencial localizado na Penha.

Um ponto a destacar nos dois relatos, é que tanto André quanto Orlando conseguiam transitar entre os dois lados da linha do trem, e como eles fazem uso das expressões “do outro lado”, “do lado de cá”, “do lado de lá”, “do mesmo lado” como ponto de referência para narrar suas vivências.

“Ai eu morei uns 3 anos ali na Conde e depois ... meu pai é falecido né ... meu pai faleceu quando eu era criança, e a gente veio para ‘o outro lado da linha do trem’ ... ‘o lado de cá’ né, de cá onde estou hoje (risos) o lado da Igreja, o lado do Guanabara, que na minha época era Sendas, ai vim pra Rua do Cajá, que já é mais próximo, quer dizer, da onde eu morava na Conde para onde eu passei a morar na Rua do Cajá, talvez a distância para o parque por exemplo fosse a mesma, mas eu sentia muito mais próximo morando ‘do lado de cá’ da linha do trem que o mesmo lado do parque do que quando eu morava ‘do outro lado’, porque acho que é só por conta disso, eu estou ‘do mesmo lado’ da linha do trem que o parque tá, mas talvez a distância fosse a mesma no final das contas. (Incompreensível - 6m13) ... na Rua do Cajá mais pra dentro da favela mesmo, minha infância até minha vida adulta, ai depois mudei de rua, mas pro lado, pra outra Rua Gonçalves Magalhães, que corta a Rua do Cajá, mas ai era lá no final da Cajá mesmo, ai eu morei lá até os meus vinte e tantos anos. Eu fiquei dos meus vintes poucos anos lá pra dentro do Grotão, onde o 679 faz ponto final. Ai depois que eu tinha 20 e tantos anos, não sei a idade ao certo que eu morei pra ... pra ... esqueci o nome da rua agora .. São João Bernardo, que é ali na boca da praça do Intercontinental, na entrada da Vila Cruzeiro, ai morei ali uns três anos e agora eu vim para a Gaudie Ley, to aqui também uns três, quatro anos, e a Gaudie Ley é bem mais perto do parque inclusive o final da rua já dá no parque, na lateral do parque, na ladeira né, aquela ladeira que dá lá em cima.” (André Luiz Silva Souza, 30/11/2020)

Essas ruas mencionadas pelo André, são ruas bem próximas e ficam num perímetro entre a Vila Cruzeiro, Morro do Grotão, e Morro da Caixa D'Água. Os principais pontos de referências são o Hospital Getúlio Vargas, o Parque Ary Barroso, o Supermercado Guanabara e a Praça do Intercontinental. A rua do Cajá, começa na Avenida Braz de Pina, e vai até a entrada do Morro do Grotão. Rua que ficou famosa por conta do Baile da Gaiola.

André chegou a mencionar que apesar de morar de um lado da linha do trem, tem muito mais relações afetivas com o outro lado, primeiro por conta da escola, Escola Municipal Mario Kroeff, e segundo por conta da Igreja, a Igreja Nossa Senhora da Cabeça, igreja católica que fica próximo a Avenida Brasil. Muitas das vivências de André e Orlando foram construídas através da escola, Igreja, futebol, brincadeiras de rua, casa dos amigos ou com o transporte, seja de ônibus ou de bicicleta.

“eu acho que o grande passeio que eu tinha de final de semana nem era tanto jogar bola, mas era ir na casa dos meus amigos de bicicleta, então eu ia até o final da Rua do Couto , onde morava meu amigo Diego, tinha meu amigo André, que morava na Rua do Cajá ‘do outro lado’ da Penha, outros amigos em Brás de Pina e assim fui fazendo, e foi nessas andanças assim que a gente foi conhecendo vários lugares do bairro, conhecendo as ruas, as convivências que eu acho que foi bem interessante. Então, antes da entrevista eu já pensava assim, que a gente ia falar disso , ai fiquei tentando lembrar, ai eu lembro assim que eu conheci, andando de bicicleta, lá desde onde era o valão lá que separa a Cidade Alta, que tem a linha do trem, aquela passagem por baixo da linha do trem, até quase aqui Olaria, passava de Olaria assim, tudo andando de bicicleta, final de semana, as ruas mais vazias saia fazendo tudo de bicicleta, conhecendo todo canto e fazendo assim né, lógico que eu já tinha um grupo de amigos um pouquinho maior, também todo mundo com bicicleta e a gente ficava fazendo nossas artes por ai né, e não tinha tempo, podia ser sol, chuva, a gente estava andando por ai né. Isso foi uma lembrança muito boa que eu tenho dessa época.” (Orlando Fernandes Junior, 27/11/2020)

“ai eu tenho muito orgulho de falar que como eu joguei bola e isso é reconhecido aqui no bairro da Penha pra quem é da minha geração (risos) não to falando de qualidade, to falando de quantidade. Eu joguei bola em tudo quanto é lugar que tem pra jogar bola aqui na Penha. Então desde o Campo do Ordem que tem na Vila Cruzeiro, Quadra da Chatuba, Quadra não sei da onde, até quadra do IAPI, Praça Panamericana, campo da que beira a linha do trem ali, que é ‘do outro lado’ da linha do trem, ali no buraco né, tem um campo de futebol ali também¹⁹ ...” (André Luiz Silva Souza, 30/11/2020)

Juliana Sampaio, mulher parda de 35 anos, jornalista, nasceu em Brasília, mas com oito ou nove meses de nascimento veio para o Rio de Janeiro com os pais. Na época seu pai foi transferido a trabalho para a capital do país, mas logo no final da gravidez de sua mãe, ele foi transferido novamente de volta ao Rio de Janeiro. No entanto, sua mãe resolveu esperar o seu nascimento para retornar à cidade carioca. Seus pais são nascidos e criados na Penha, se

¹⁹ Campo conhecido como Beira Linha, porque é colado na linha do trem. A maioria das pessoas na Penha chamam a passagem subterrânea da estação de trem de “buraco”.

conheceram no Centro Cívico Leopoldinense, clube desportivo da área da Leopoldina, onde além de atividades esportivas aconteciam muitos bailes e pequenos shows. Neta de avó baiana, e avô carioca de São Cristóvão, não sabe exatamente por que motivo seus avós foram morar na Penha. Inicialmente, morou em Olaria, mas depois foi morar na Penha. Teve uma infância dentro do condomínio, não era muito de rua. Justifica isso ao fato de ser uma criança criada no final dos anos 80, e por morar numa avenida que não era propício para brincadeiras de rua.

“É estranho porque eu nunca fui uma criança ... é ... já fui uma criança dos anos 80, mais pro final né, então essa coisa de brincar na rua, eu já não tive muito, como meu prédio tinha play, e a casa da minha avó era numa rua fechada, em Bonsucesso, as minhas brincadeiras de criança assim, eram muito nesses ambientes, com o pessoal do prédio e na casa da minha avó, então não tinha muito esse costume de brincar na rua, de ter essa coisa. Eu morava ali na Penha numa avenida né, então era o que dificultava bastante também esse tipo de coisa, não era um lugar muito propício e tal.” (Juliana do Carmo Sampaio, 24/06/2021)

Juliana sempre estudou em escolas particulares localizadas no bairro, praticava atividades extracurriculares como natação, curso de inglês e balé, mas no seu depoimento percebemos poucos vínculos afetivos com o bairro no período da infância e adolescência. Um dos poucos lugares de lazer frequentados durante a infância no bairro era o Parque Shangai, e o cinema do Penha Shopping. Não se recorda muito bem de frequentar outros espaços. Relaciona a boa condição econômica da família na época, e o hábito da mãe gostar de conhecer novos lugares a essa baixa frequência nos espaços de lazer do bairro, além da preferência do pai em frequentar mais a zona sul.

“o meu pai na época ele tinha dinheiro né, então a gente frequentava restaurante todo final de semana, restaurante na zona sul, shoppings na zona sul, passeios mais pela zona sul, Jardim Botânico. A verdade é que a escolha de ir morar na Penha onde eu morei, era um empreendimento novo, um prédio novo, como muitos que vieram ali na região, que ofereciam um apartamento luxuoso, muito próximo do que se via nos novos apartamentos da Zona Sul. Porque a princípio a ideia era comprar um apartamento na Lagoa, e aí a minha mãe não quis porque sempre gostou da região, e além disso pra ela ficaria muito complicado criar duas filhas muito longe dos meus avós, assim, ela não queria isso, então se fosse pra comprar alguma coisa que fosse perto, e aí veio esse prédio né que tinha pouco tempo de ser lançado ali na região, bem grande com bastante espaço, 3 quartos, dependência de empregada, uma cozinha imensa, sala, não sei o que, e aí decidiu-se ir pra lá” (Juliana do Carmo Sampaio, 24/06/2021)

Juliana morava num prédio na Avenida Braz de Pina que fica a 700m do Parque Ary Barroso. Na adolescência a condição econômica familiar já piora, e os espaços de sociabilidade são trocados por casas de amigos, festas de aniversário, shopping perto de casa, e outros lugares

próximos como o Mc Donalds. Já na vida adulta se considera mais bairrista, frequentadora de bares da região e de rodas de samba como do Cacique de Ramos.

Já Bruna Pereira da Silva, 19 anos, estudante, moradora do Complexo da Penha por ter uma grande influência dos pais em incentivar o contato com a cultura, e em reconhecer e aproveitar tudo o que o bairro da Penha pode oferecer, desde a infância o Parque Ary Barroso tem uma valiosa relação de afeto com o espaço. Bruna também é voluntária no projeto social “Arte Transformadora”, que oferece cursos para crianças, adolescentes e idosos, e proporcionam outras atividades fora do Complexo da Penha.

“Então, os meus pais eles sempre me levaram para o lado da cultura, então eles tb visavam muito a eu aproveitar o máximo que eu tenho aonde eu moro, aproveitar tudo o que eu tenho. Então eu sempre estudei perto de casa, sempre estudei do lado de casa da Augusto Motta . O meu horário de lazer, meu momento de lazer, sempre foram ir para o Parque Ary Barroso, Parque Shangai, são tudo lugares dentro da Penha, próximos aonde eu moro, Igreja da Penha, sempre foi coisas aqui perto, perto mesmo, eles sempre ... sempre como é que se diz eles sempre .. Pra eles a importância dos lugares que eu tenho dentro de onde eu moro, dentro da minha comunidade é muito bom.” (Bruna Pereira da Silva, 29/06/2021)

Ao longo desse e nos próximos capítulos os relatos desses entrevistados, interlocutores e interlocutoras da pesquisa, serão relevantes para compreender as relações com o Parque Ary Barroso, e as mudanças significativas na estrutura arquitetônica do espaço.

1.3 PARQUE ARY BARROSO, UM ESPAÇO TOMBADO E NÃO PRESERVADO

O Parque Ary Barroso, é o primeiro parque implantado no subúrbio carioca, considerado um espaço de recreação, criado em 1964, no terreno da antiga Chácara das Palmeiras, localizado no bairro da Penha Circular, extensão do bairro da Penha, conhecido por esse nome pois os trens usavam uma linha circular no local atual para fazer manobra das locomotivas. As terras pertenciam ao empreendedor português Francisco Lobo Júnior, grande incentivador do desenvolvimento da região. Foi projetado como um bosque, com cascatas e lagos, aproveitando a topografia existente em um terreno originalmente de vegetação esparsa e rarefeita. Além de plantar 130 espécies distintas de árvores floríferas com épocas alternadas de floração. O parque foi tombado provisoriamente, um ano depois de sua criação pelo atual Instituto Estadual do

Patrimônio Cultural – INEPAC, na época, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro - DPHAERJ, sob o registro 08.10.1965 Antiga GB²⁰.

O processo de tombamento do parque²¹, que teve acesso por meio da Lei de Acesso À Informação²², enfatiza a importância social e a necessidade de ser preservada às gerações futuras, frente ao interesse de tantos de transformar áreas como essa em conjunto de edifícios que cada vez mais destroem as áreas verdes. Diante desse cenário a proteção só poderia ser feita através do tombamento. O tombamento foi publicado no Diário Oficial no dia 14 de outubro de 1965, e a incumbência da proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual cabia a XI Região Administrativa, porém o licenciamento de obras, anúncios ou cartazes em suas vizinhanças, só poderia ser autorizado pelo antigo DPHAERJ. Apesar de constar no site do atual INEPAC que o parque foi criado em 1964, no processo de tombamento consta a informação de que as obras foram iniciadas em outubro de 1963.

Como complementação à análise levantei algumas matérias nos principais jornais da época que noticiaram informações desde a construção do parque à sua inauguração, e as articulações políticas em torno deste patrimônio.

A promessa era de que a Penha iria ganhar uma réplica da Quinta da Boa Vista²³, ao lado do Viaduto João XXIII e do Hospital Getúlio Vargas, com jardins, bancos, chafariz, lago e animais. O parque foi construído durante o governo de Carlos Lacerda, na época o governador homenageou o compositor brasileiro de música popular Ary Barroso, com o nome do parque, que morreu em fevereiro do mesmo ano, “dizendo que Ari Barroso foi uma ponte entre a música espontânea, que nasce do povo, e a música erudita que volta ao povo”²⁴. Uma de suas primeiras músicas de sucesso foi “Vou À Penha”, outra grande homenagem que o compositor recebeu foi dos ferroviários da Leopoldina, que paralisou as atividades da ferrovia por uma hora em respeito

²⁰ INEPAC. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/343> Acesso em: 25 de out. de 2020

²¹ Número do processo de tombamento 03/300.419/65,Dec."E"857

²² As informações disponíveis no site do INEPAC sobre os Bens Tombados são muito superficiais. Você consegue acessar a lista dos bens tombados, data de tombamento, e número dos processos, no entanto, os documentos desses processos não estão acessíveis ao pesquisador e pesquisadora. Pelo canal de comunicação “Fale Conosco” não tive retorno, sendo assim, necessário recorrer a Lei de Acesso À Informação.

²³ Diário de Notícias. 21 de jun 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04 & pesq=parque%20ari% 20barroso & pasta=ano% 20196 & pagfis=39666> Acesso em: 04 de ago de 2021.

²⁴ Diário de Notícias. 14 de fev de 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=36452> Acesso em 04 de ago de 2021.

ao luto²⁵. No dia 26 de setembro de 1965 às 15h foi inaugurado o Parque Ary Barroso, com participação de estudantes da Escola Normal, sendo uma representante a responsável por cortar a fita da cerimônia de inauguração.²⁶

É relevante, de forma breve, contextualizar o momento político pelo qual o país vivia naquele momento. O ano de inauguração do parque, pós golpe militar, foi marcado pela campanha política a governador do Estado da Guanabara, a disputa ocorreu entre Professor Flexa Ribeiro, udenista, candidato de Carlos Lacerda, e que tinha apoio da Igreja Católica, e Negrão de Lima candidato da aliança PTB-PCB, que representava o medo do retorno dos comunistas e seus aliados corruptos ao poder²⁷. No ano de 1965 a cidade também comemorava seus 400 anos, a inauguração do parque²⁸ e outras inaugurações como a Usina de Lixo de Irajá e a reconstituição da ponte dos Jesuítas em Santa Cruz²⁹ faziam parte do calendário de comemoração. No mesmo dia da inauguração do parque também foi reinaugurado o Parque Lage³⁰, que na época recebeu o nome de Parque do Povo, e foi incorporado ao patrimônio do Estado da Guanabara.

A política cultural de preservação no Brasil inicia-se com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN, que hoje é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, e que foram definidos os critérios norteadores para as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, onde havia uma tendência de preservação dos bens da elite branca, portuguesa e católica. As reflexões e construção dos discursos sobre patrimônio cultural foi muito delimitado no século XX dando origem ao estabelecimento da política de preservação. A preservação dos bens culturais tem sido vista acerca da necessidade da construção de uma identidade nacional, e dos direitos culturais (TEIXEIRA, 2008).

²⁵ Diário de Notícias. 11 de fev de 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=24656> Acesso em: 04 de ago de 2021.

²⁶ Diário de Notícias. 26 de set de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=51997> Acesso em: 05 de ago de 2021.

²⁷ Ibidem, p.2

²⁸ Diário de Notícias, 14 de fev de 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=36452> Acesso em: 05 de ago de 2021

²⁹ Diário de Notícias. 18 de set de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&Pesq=parque%20ari%20barroso&pagfis=51716> Acesso em: 05 de ago de 2021.

³⁰ Diário de Notícias. 26 de set de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&Pesq=parque%20ari%20barroso&pagfis=52003> Acesso em: 05 de ago de 2021

No âmbito do Estado a criação do primeiro órgão de preservação estadual no país, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro/DPHAERJ, regulamentado pelo Decreto nº 346 de 31/12/1964, atravessa a constituição do Estado da Guanabara. Os primeiros bens tombados pelo Estado da Guanabara apresentavam um modelo inovador em que não era valorizado apenas a arquitetura do tombamento, como também todos os elementos paisagísticos e naturais, particularidades que definiam a cidade do Rio de Janeiro (Ibidem, p.6). É possível perceber esse novo modelo nos primeiros bens tombados do órgão como o Parque Lage, a Ladeira da Misericórdia, a Ilha de Brocoió, o Parque da Gávea conhecido como Parque da Cidade, o Campo de Santana, 10 árvores da Ilha de Paquetá, e o próprio Parque Ary Barroso.³¹ Para Simone Teixeira, esses tombamentos expressam “o desejo da cidade do Rio de Janeiro em reter uma identidade que lhe fora própria, demarcando que esta não se confundia com o resto da nação nem tão pouco com a ideia do Estado” (TEIXEIRA, 2008, p.6).

O DPHAERJ torna-se Instituto Estadual do Patrimônio Cultural / INEPAC após a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A atuação do INEPAC busca gerar a ideia de uma identidade comum, a expansão do seu olhar para os demais municípios do Estado, saindo do eixo central do seu território, e sua reestruturação a partir de 1977 ativa o Conselho Estadual de Tombamento (TEIXEIRA, 2008) que tem como principais competências a emissão de parecer prévio sobre os atos de tombamento e destombamento, se pronunciar em casos de demolição, transformação, ou restauração do bem tombado, conceder licença para obras em imóveis próximos à área do bem tombado, entre outras.³² O conselho é consultivo e integra a estrutura da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, composto por 12 membros, sendo 8 de nomeação do Governador do Estado e escolhidos entre as pessoas de notório saber, o Diretor Geral do INEPAC, representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³³.

Em 2010, com a operação policial nas favelas do Complexo do Alemão e Complexo da Penha³⁴, foi liberada a ocupação da base militar no parque, sendo substituída em seguida pela

³¹ Lista de bens tombados do INEPAC. Disponível em <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0>> Acesso em: 06 de ago de 2021.

³² Governo do Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982

³³ INEPAC. Disponível em <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/apresentacao>> Acesso em: 06 de ago de 2021.

³⁴ O Dia D da guerra ao tráfico. O Globo, Rio de Janeiro, 26 de nov. de 2010. Caderno Especial. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ocupacao-do-alemao-em-2010-contou-com-600-homens-blindados-da-marinha-9001633>> Acesso em: 24 de out. de 2020

Coordenadoria da UPP. Além dessa estrutura, foram instaladas uma Unidade de Pronto Atendimento, uma Arena Cultural e o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS João Fassarella. Após a instalação desses novos equipamentos públicos, em um espaço em que antes era predominado por árvores, extensa vegetação, cascatas, quadras e brinquedos infantis como balanço, escorrega e gangorra, percebe-se a construção de uma nova dinâmica territorial dentro de um mesmo espaço.

É competência do Estado, em comum com a União e os municípios, proteger e zelar o patrimônio público³⁵. Porém Carlos Nelson Ferreira dos Santos(1986), chama a atenção para o jeito que a preservação era praticada que consegue desagradar todos os sujeitos envolvidos:

“(...) o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustas, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos” (DOS SANTOS, 1986, p.61)

O autor sinaliza que a sacralidade do monumento só vai funcionar se resultar de um diálogo entre o governo e os cidadãos. Para Dos Santos na cidade os espaços falam, o espaço urbano é cheio de relações metafóricas, falam das formas econômicas, das sociais, dos seus modos de vida, seus afetos.

“(...) a falta de afetividade pelos lugares e pelo que representam é um caminho reto para a pobreza cultural. As pessoas ficam desorientadas quando não conseguem mais entender a linguagem espacial que vivem no cotidiano e que lhes diz, que neste presente particular, há passados respeitáveis e futuros esperançosos.” (DOS SANTOS, 1986, p.61)

Essas relações de afeto dos entrevistados com o Parque Ary Barroso serão melhor desenvolvidas para explicar como os equipamentos públicos ali instalados contribuíram para essa sensação de vazio, de incômodo e do sentimento em não se sentir mais confortável em frequentar mais o espaço. Uma das falas do Orlando demonstra nitidamente esse sentimento, após um tiroteio que aconteceu durante o treinamento de Tai Chi Chuan que ele praticava no parque, nesse episódio a base militar do exército já estava instalada no local:

“E aí eu lembro dessa manhã assim a gente tá fazendo o treinamento correndo né, a gente começava com a corrida e aí tá um soldado parado, assim né chegou meio ali assim ... tipo fazendo ronda né ficando ali, pagando no ... esperando ali né ... tipo não fazendo nada. E aí começou algum tiroteio e outro assim lá na favela a gente escutou

³⁵ Governo do Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982

os barulhos, tá sabia mais ou menos pelo local que tava, que era ali onde estava mais ou menos não ia ter problema, mas assim a gente fez o treinamento, fez ... a gente fez até uma coisa mais leve fez só yoga e tal, e a gente Mas assim uma coisa bateu em mim que eu não me senti mais à vontade no parque isso para mim foi bem significativo não me sentir mais à vontade já tava passando por problemas né de ansiedade de tudo aí me deu uma coisa assim que eu falei cara não vou conseguir mais vir (...)" (Orlando Fernandes Junior, 27/11/2020)

Esse cenário corrobora alguns dos desafios apresentados por André Farias Cavaco e Vivianne Sampaio (2016), arquitetos do INEPAC, referente às rotinas de acompanhamento e fiscalização das paisagens tombadas, considerando o conceito mais recente de paisagem cultural. Um dos desafios impostos pela preservação dos bens naturais são o caráter interdisciplinar e multi-institucional exigido para sua gestão, além das paisagens estarem em constante mudança, tanto de forma natural quanto pelas ações do homem, são organismos vivos, diferente de bens como igrejas, museus e palácios.

A partir das experiências na gestão do Tombamento Litoral Fluminense em Paraty-RJ, que delimitou uma faixa de 50 metros tanto para a preservação do ecossistema quanto das comunidades tradicionais de pescadores, os principais desafios encontrados foram a dinâmica social das comunidades em que muitas famílias se reinventam e adaptam suas atividades econômicas as novas realidades como o crescimento do turismo por exemplo. É preciso entender as comunidades como organismos vivos. As alterações arquitetônicas, as transformações sociais junto com o avanço da tecnologia e o acesso a novos materiais geram transformações físicas nas comunidades. Os autores diferenciam os parâmetros de preservação dos centros históricos tombados onde a ambiência arquitetônica é um dos principais objetivos de preservação, e tombamentos como do Litoral Fluminense onde a garantia da permanência das comunidades tradicionais e a preservação do ecossistema são seus objetivos não se pode considerar um desrespeito ao tombamento as alterações arquitetônicas nas moradias ou novas construções nos trechos tombados. O “congelamento” das configurações arquitetônicas originais, ao invés de preservar, poderiam levar à extinção das comunidades. O que é preciso ser observado é se essas mudanças influenciam ou ameaçam as características da comunidade tradicional. Para esse tipo de tombamento é necessário, novos procedimentos de conservação.

A ocupação de novas áreas, a localização de algumas comunidades em unidades de conservação, a fiscalização deficitária, a questão fundiária, o acesso e transporte a algumas comunidades que se mantêm isoladas, são algumas das dificuldades levantadas pelos autores.

Algumas atividades são realizadas por parceiros e interessados que contribuem para a preservação das comunidades e seu patrimônio, e “o objetivo dos técnicos do INEPAC é acompanhar, incentivar e participar dessas atividades como forma de gestão e preservação do

patrimônio fluminense” (CAVACO e SAMPAIO, 2016, p.14). Só o ato do tombamento não garante preservação, a estrutura do órgão estadual é operativamente incapaz de fiscalizar sozinho as vastas e complexas áreas. Nesse contexto, os autores destacam que as ações em conjunto com os diferentes níveis do governo, das comunidades locais e das organizações da sociedade civil poderiam garantir uma maior fiscalização e preservação do bem tombado.

Silvia Helena Zanirato (2009) defende que para que a proteção patrimonial seja efetiva há de ter um reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens tombados, “quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão” (ZANIRATO, 2009, p.139). É preciso ter nitidez quanto aos usos sociais do patrimônio, ou seja, aos modos socialmente construídos para que a sociedade se identifique, se reconheça com os elementos a serem conservados, e que seja representativo para ela. A autora ratifica a afirmativa de Nestor Canclini de que “os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis para que todos os usem” (ZANIRATO, 2009, p.139). Pois, numa sociedade desigual, a apropriação dos valores será feita de forma desigual.

É importante destacar que a própria legislação no que diz respeito à criação do Conselho Estadual de Tombamento, prevê a articulação deste com o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Educação para contribuir com a integração entre cultura e educação, através de atividades como exposições, cursos, simpósios e conferências afim de assegurar a defesa permanente da memória nacional constituída pelo patrimônio de arte e de história do Estado e do país. Além de incluir no currículo escolar noções de obrigação cívica e cultural de preservar os valores artísticos e históricos do Estado, seus monumentos e paisagens naturais.³⁶

1.4 - A DÁDIVA DA VIDA DO ESPAÇO PÚBLICO

Nessa parte da pesquisa irei compreender como os moradores, e frequentadores do parque construíram suas relações de afeto com o mesmo e suas formas de uso. Iniciarei apresentando a configuração arquitetônica inicial do Parque Ary Barroso, e como ele se transformou após as instalações dos equipamentos públicos. Para tal irei apresentar os relatos dos interlocutores, além de registros fotográficos de arquivos e mapas. Na sequência irei

³⁶ Governo do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981. Artigos 9 e 10.

descrever sobre a chegada dos equipamentos, e esse pacote de políticas sociais que deveriam aproximar mais as pessoas ao parque, ao invés de afastar.

“Então nesse início não sei se você vai se lembrar, o parque ele era basicamente como a Quinta da Boa Vista, você tinha lá os espaços de quadra, os espaços abertos, os gramados, os espaços de brincadeiras de crianças, brincadeira dos mais velhos assim, e os espaços para você fazer a caminhada que também o pessoal da comunidade, do morro lá que eu acho que era a Caixa D'Água também utilizava , assim né pra passagem, e assim isso foi. E assim, é muito interessante essa questão dos espaços né, porque a gente realmente utilizava quase todos os espaços, então os espaços das duas quadras que tinham na entrada, que onde agora é a construção da UPP, a gente tinha as aulas maiores, os alunos do projeto Tai Chi Chuan , e as outras atrás tinha uma quadra de vôlei, a parte administrativa, uma parte de academia assim, com aqueles exercícios de rua, barra outras coisas né, e ai à esquerda onde agora é a UPA também era uma pracinha de criança com os brinquedos, banquinhos, mesa, tinha mais brinquedo em cima e ai você tinha o gramado, tinha uma parte que você tinha o laguinho desativado e ai você tinha as outras partes lá cima né.” (Orlando Fernandes Junior, 27/11/2020)

Como consta no processo de tombamento do parque, o terreno tinha cerca de 50.000 m², acidentado e em aclave, tentou-se respeitar ao máximo as características do terreno, aproveitando-se de sua topografia. O terreno tinha uma vegetação pobre e esparsa, sendo aproveitada apenas o gramão nativo, capim de burro e algumas poucas árvores que existiam. Para dar ao parque um permanente colorido criou-se um bosque com árvores floríferas, foram plantadas 130 espécies diferentes como “flanboyants”, ipês, cássias, suinãs, dentre outras. Aos caminhos curvilíneos e em paralelepípedo, em que alguns trechos são mais largos, formaram-se locais de estar, com bancos e árvores de sombras. Além de um conjunto esportivo com três quadras, arquibancadas e administração, localizados nos pontos mais baixos do terreno, ou seja, no nível da rua principal, em dois planos, para permitir uma perfeita integração destes elementos com o restante do parque. Por fim, aproveitando a presença de grotões, lagos e cascatas completam o parque. As cascatas lançavam-se de 18m de altura, atingindo sucessivamente os lagos em três lances³⁷.

³⁷ Número do processo de tombamento 03/300.419/65,Dec."E"857, p.3



Figura 4 – Parque Ary Barroso / Fonte: Ofício INEPAC s/n 2020

Como já mencionado anteriormente, o processo enfatiza a importância social do parque para a população suburbana e a necessidade de ser preservada às gerações futuras, frente ao interesse de tantos de transformar áreas como essa em conjunto de edifícios que cada vez mais destroem as áreas verdes. Havia também uma certeza de que o parque iria se tornar um ponto de atração para os moradores do subúrbio. De fato isso ocorreu como podemos verificar nos relatos.

“(...) eu comecei a frequentar criança mesmo, mas era com família assim, era coisa de lazer mesmo, sabe no final de semana, não era todo final de semana, mas um final de semana ou outro a gente ia para o parque, e como eu era pequeno e era coisa de família eu ia para as quadras jogar bola, eu não lembro quantas quadras tinham, mas tinham umas três, quatro quadras .. sei lá ... mas a gente ia meio que acampar né, levava umas comidas, levava a canga, eu lembro que ficava cheio o parque, ficava muito cheio final de semana, tinha cachoeira ... cachoeira né ... uma queda d’água e tal, e fica muito cheio, pessoal ia pescar, era sinistro, e é maior doideira pensar que isso já aconteceu lá e como que tá o parque hoje. Mas eu lembro muito disso, de não fazer parte disso, assim de não estar lá tomando banho e de ir pescar, mas de tá vendo tudo isso acontecer, tá ali do lado vendo um monte de criança pulando na água, um monte de criança pulando da pedra na água, e uns coroa pescando, e agora eu vejo lá e ... como que as pessoas pescavam? Mas compravam um anzol ali mesmo, vendia no parque, tinham uns caras vendendo, e compravam um anzol, amarrava numa linha, jogava lá e ficava esperando. E aí basicamente a gente ocupava os gramados, como é tipo a Quinta da Boa Vista, você vai lá pega um pedaço de grama lá, faz teu barraquinho e passa a tarde lá, com a família, então várias “famíliinhas” tinham lá sua canga, tinha umas áreas lá que tinha ... como ali é uma ladeira né , é o princípio do morro, a base do morro, então lá não é tudo plano, tinha as ladeiras, tinham as brincadeiras lá de escorregar no papelão, arrumava o papelão lá na hora, ou tinha gente que já levava o papelão, já chegava lá com o papelão para ficar descendo as ladeiras com o papelão.” (André Luiz de Souza, 30/11/2020)

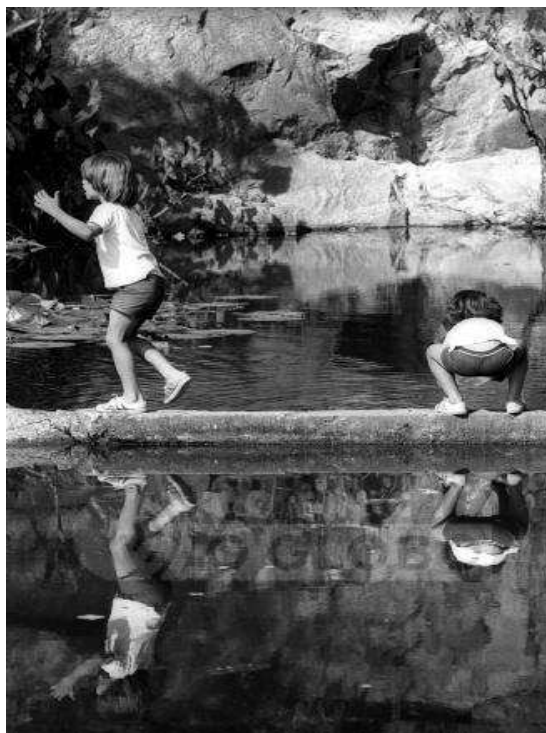


Figura 5 – Cascata Parque Ary Barroso - Fonte: Rio de Janeiro 04/06/1972. Parque Ary Barroso na Penha. Foto José Santos. Agência O Globo.

“O meu horário de lazer, meu momento de lazer, sempre foram ir para o Parque Ary Barroso, Parque Shangai, são tudo lugares dentro da Penha, próximos aonde eu moro, Igreja da Penha, sempre foi coisas aqui perto, perto mesmo, eles sempre ... sempre como é que se diz eles sempre .. Pra eles a importância dos lugares que eu tenho dentro de onde eu moro, dentro da minha comunidade é muito bom. Pelo fato (incompreensível) de achar aonde a gente mora não tem nada, que não tem ... agora realmente não tem né, mas antes tinha, o parque ele era um lugar sensacional, todo final de semana aquele parque estava cheio, tava muito lotado o parque ary barroso, então ele sempre preferiram degustar daqui da onde eu moro do que me levar pra fora.” (Bruna Pereira da Silva, 30/06/2021)

Importante pontuar que mesmo Bruna, que é a mais nova, e viveu sua infância no início dos anos 2000, relata ainda uma alta frequência de pessoas no parque. Apesar de já ser um período em que os entrevistados e entrevistadas indicam um aumento da violência no bairro, a imagem do parque como um lugar perigoso e o início da negligência pelo poder público.

“Ai depois, mais velho, mais para o final do ensino fundamental ... mais velho oh ... final do ensino fundamental, deve ser os 12 anos, 13 anos, 14 anos né (risos) que ai o parque já tava na parte né ... início de decadência , então ele já não era muito frequentado, porque esse finalzinho do meu ensino fundamental, é o final da década de noventa ... noventa e nove, dois mil e tal , ela já tava numa decadência assim, que já não era tão frequentado, que não era tão cuidado, mas ele ainda estava lá disponível, acho que pelo aumento da violência na área e tal, acho que as pessoas meio que ficava ... tem essa né .. ah o parque Ary Barroso ... ai viram aquele ... aquele chavão né ... aquele imaginário coletivo que é “não, o parque é perigoso” ... ai tinha as histórias de estupro ... “ah teve um estupro ai dentro, é perigoso , não passa ali de noite” , ai já

não tava tão frequentado, mas ele tava lá ainda, aberto, disponível para todo mundo, e ai eu ia jogar bola lá nas quadras que tem lá, mas era tipo saindo da escola, de uniforme da escola, com a galerinha e tal, mas era só para jogar bola nas quadras que tem lá. E tinha também a galera lá de cima, do morro, que o parque é q desce, q descia para jogar bola ali nas quadras, então as quadras ainda ficavam cheias, mas o parque em si, as partes de gramado, a queda d'água lá acho que já não funcionava mais, já estava seca e tudo, ai eu frequentei muito para jogar bola.” (André Luiz de Souza, 30/11/2020)

“(…) mais ou menos isso, final da década de 80, início da década de 90, então a gente sempre tinha essa referência do Parque Ary Barroso, nessa época ainda tinham algumas atividades de maneiras mais espontâneas, era um lugar que a galera passeava pra pegar um ar puro e tal, essas coisas assim, não tinham uma frequência tão grande como era na década de 70 e 80 que é o que eu ouço a galera falando. Digo... Assim, óbvio que eu era muito nova, mais tendo essa percepção hoje, me lembrando parece que estava iniciando um processo de negligência com relação ao parque que se aprofundou já mais na minha adolescência quando eu tinha uns 13, 14 anos, eu comecei a fazer capoeira e ai o Parque Ary Barroso, era às vezes um lugar que a galera se organizava para ir treinar quando não tinha aula, aos finais de semana né. Só que ai nessa época ... ou eu to falando .. é, finalzinho da década de 90 já, 98, 99, já era um lugar que tipo assim você tinha que se organizar com uma quantidade de pessoas maneira para você vir durante o dia, e tinha uma galera que realmente não ficava a vontade entendeu, sentiam um pouco de medo.” (Ana Paula Gualberto, 14/07/2021)

Ana Paula Gualberto, mulher preta, tem 37 anos, é moradora de Irajá, e foi produtora cultural da Arena Carioca Dicró.

É consensual nos relatos que a dinâmica da utilização do parque mudou com a chegada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que ao invés de significar maior proteção e segurança para o público que frequentava o parque, e que reclamava do aumento da violência, afastou. Não só a UPP, anteriormente o exército já ocupava com bases não fixas o parque, como também a construção da UPA e da Arena Dicró já modificou a dinâmica dos usos e formas do público ocupar o parque. Um trecho importante da entrevista de Orlando Fernandes Junior, exemplifica bem essa mudança.

“Mas assim eu gosto de falar que teve um momento que foi significativo para mim que eu parei assim realmente de frequentar o parque quando teve a implementação da UPP lá né, então isso foi bem interessante porque assim a gente sempre teve esse convívio pacífico com tudo que acontecia no parque né, mais ou menos aí eu não lembro se foi 2007/2008 quando teve uma grande epidemia assim de dengue né, teve a construção daquela da.. do ..da UPA né. É isso, a UPA ali então ela tomou a parte de entrada à esquerda dessa parte das crianças só a parte de cima, então isso já teve uma limitação assim da estrutura né então eu já sabia que dava para fazer a corrida a gente não podia mais dar aquela volta toda por dentro, já tinha que até uma parte que já estava separado, mas mesmo assim a gente continua usando bastante o parque. Até a gente achou bom, porque aquela parte da frente à noite, fica um pouco mais movimentada, mas assim foi quando ao UPP se instalou lá né, que na verdade foi até a primeira coisa foi com o exército né, então eles implementaram lá aquelas bases que não eram fixas ainda e aí começaram a fazer o patrulhamento dentro do parque, fecharam o portão principal da Avenida Brás de Pina e só ficou portão da Rua Flora Lobo né. E aí assim eu lembro da gente ir numa semana, na segunda semana e o que foi acontecendo que eles foram aumentando o efetivo então foi indo mais militares

para lá, eles foram ocupando mais, e assim, e aí até o momento que eles começaram a fazer patrulha nesse gramado né, que é a parte principal aonde tem a Arena né, a Arena Dicro que depois foi construída, mas antes quando tinha só o gramado aquilo ali, a gente fazia tudo ali. E aí eu lembro dessa manhã assim a gente tá fazendo o treinamento correndo né a gente começava com a corrida e aí tá um soldado parado assim né chegou meio ali assim tipo fazendo ronda né ficando ali, pagando no ... esperando ali né ... tipo não fazendo nada. E aí começou algum tiroteio outro assim lá na favela a gente escutou os barulhos, tá não sabia mais ou menos pelo local que tava que era ali onde estava mais ou menos não ia ter problema, mas assim a gente fez o treinamento, fez ... a gente fez até uma coisa mais leve fez só yoga e tal, e a gente ... mas assim uma coisa bateu em mim que eu não me senti mais à vontade no parque isso para mim foi bem significativo não me sentir mais à vontade já tava passando por problemas né de ansiedade de tudo aí me deu uma coisa assim que eu falei cara não vou conseguir mais vir, e aí depois eu lembro né que aí teve a reforma, teve a obra da Arena Dicro e aí aquele espaço foi revitalizado digamos assim, que aí eu fui algumas vezes algumas exposições até contigo lá né que você marcou fui algumas apresentações eu gostei assim do espaço, mas eu já senti que já tinha se transformado bastante né, e a última vez que assim né, depois né quando a gente já foi, já quem já era UPP com a polícia militar que já tava lá foi também com evento com jovens da igreja assim que a gente foi levar ele para lá, a ideia era ir para Igreja da Penha mas uma questão logística lá não conseguiu conseguiu o carro suficiente, a gente acabou que paramos ali no Parque Ary Barroso e a gente fez uma vivência com eles ali na naquela praça, naquela pracinha e tal, e aí fui vendo assim que na verdade o gramado já tinha se transformado num grande estacionamento, já não tinha mais grama, era só terra batida mesmo as partes em cima ainda tinham né mas assim você já tava um pouco naquela coisa e assim e foi indo né. Eu acho que para terminar assim a história de lá foi que quando teve aquele incêndio né que também teve uma parte que incendiou ... assim né da minha visão quando eu olho de fora tá abandonando de vez né, então acho que nunca mais assim eu entrei ali né.” (Orlando Fernandes Junior, 27/11/2020)

Para compreender melhor esse novo rearranjo territorial no espaço físico do Parque Ary Barroso (1), irei contextualizar a implementação dos equipamentos, como eles se relacionam entre si, e como se dão as relações dos agentes públicos desses equipamentos no território em que atuam, institucionalmente ou não, com os lugares e com as pessoas. O objetivo aqui não é fazer uma reflexão profunda sobre as políticas públicas de direito básico, com exceção da cultura que entendo como fator central para pensar soluções criativas para o desenvolvimento territorial, que dedicarei o último capítulo para fazer uma análise maior.



Figura 6 - Equipamentos Públicos instalados no Parque Ary Barroso

Começando pelo CRAS Deputado João Fassarella (2), implantado em 2007³⁸, que funciona no antigo prédio do departamento administrativo do parque, é uma unidade de proteção social básica do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e tem o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades sociais, oferecendo serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo. É uma política que trabalha com a base territorial, e tem a família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. Serviços como de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), são ofertados no CRAS, além de receber orientação sobre os benefícios assistenciais disponíveis, como o Bolsa

³⁸ Informação encontrada no CadSuas.

Família, e realizarem a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.³⁹

Uma questão apresentada em entrevista por Dayana de Souza, para a Casa Fluminense, é a intersectorialidade, pois quando se fala em assistência é preciso pensar na sua conexão com a saúde, educação e lazer. Sendo uma política territorial é preciso que os gestores estejam atentos às demandas do cotidiano e da realidade das pessoas. Cada unidade vai trabalhar de maneira específica.⁴⁰

Na sequência, um dos primeiros equipamentos a serem construídos no parque, modificando a arquitetura do espaço físico, foi a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Penha. As UPAs fazem parte de uma política nacional de atenção às urgências, lançada pelo Ministério de Saúde em 2003, junto com outro componente como o SAMU - Serviços de Atendimento Móvel de Urgência. Inicialmente esses componentes foram implementados de forma desarticulada, primeiro o SAMU e depois as UPAs, porém definiu-se a necessidade de uma rede de urgência estruturada, com regionalização e reorganização dos serviços. O Rio de Janeiro foi pioneiro na implementação das UPAs. (O'DWYER G, KONDER MT, RECIPUTTI LP, LOPES MGM, AGOSTINHO DF, ALVES GF, 2017)

A UPA da Penha (3) foi inaugurada em outubro de 2008, na época o governador era Sérgio Cabral e o prefeito César Maia, e o fato da construção ser dentro de um parque tombado causou inicialmente um certo imbróglio entre as diferentes entidades. A questão principal para o prefeito, não era a UPA em si, mas um direito de propriedade. A prefeitura, que faz a administração do parque, através da Fundação Parques e Jardins, chegou a embargar a obra, porém o governo do Estado tinha autorização do INEPAC, que enxergava não haver motivo para polêmica, pois se tratava de um equipamento não definitivo. O diretor do instituto da época, Marcus Monteiro, exigiu à Secretaria de Saúde e Defesa Civil para minimizar os impactos ao parque.⁴¹

Fruto da preparação da cidade do Rio de Janeiro para os megaeventos esportivos - Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 - a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) (4), cuja força policial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

³⁹ Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009

⁴⁰ Entrevista Agenda Rio com Dayana de Souza: o giro que o Rio precisa dar na Assistência Social. Casa Fluminense. 08 de abr de 2020. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/entrevista-agenda-rio-com-dayana-o-giro-que-o-rio-precisa-dar-na-assistencia-social/>> Acesso em: 10 de set de 2022

⁴¹ UPA da Penha é aberta encerrando polêmica entre estado e prefeitura. Extra. Rio de Janeiro, 16 de out de 2008. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/upa-da-penha-aberta-encerrando-polemica-entre-estado-prefeitura-593674.html>> Acesso em: 03 de set 2022.

(PMERJ) atua exclusivamente nas favelas por ela pacificadas, foi lançado em 2008, após a realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro. Os grandes eventos foram apresentados pelas autoridades como um caminho para o crescimento econômico, e oportunidades para todos, tendo como beneficiários principais os mais pobres. A UPP seria uma etapa para o “resgate da cidadania” dos moradores, garantindo seu direito de ir e vir, com a retomada do território, antes monopolizada pelo tráfico. Na espera desse “resgate”, por volta de 22 mil famílias, moradoras de favelas, foram removidas, cedendo espaço para obras de mobilidade, dos equipamentos utilizados nos jogos ou no ordenamento do espaço urbano. (MARTINS E BRUM, 2021)

Importante destacar algumas características da UPP que a diferenciam de outras tentativas de intervenções policiais nas favelas. Primeiro, que tinham consciência de que não iriam acabar “com o tráfico”, mas sim “acabar com a circulação de armas nas mãos de gangues de traficantes”, separando assim o problema do combate à guerra às drogas do problema da territorialização da economia do tráfico. Logo, o foco era a expulsão dos traficantes e a retomada do território. Segundo, é a subordinação da agenda social à ocupação policial. Os programas sociais e iniciativas de inclusão social, são secundários frente a uma tentativa de desconstrução da favela como lugar da criminalidade. A terceira, é o apoio da grande mídia, como peça chave para a visibilidade e montagem do programa. E a quarta, é a mobilização do empresariado. (BURGOS; PEREIRA; CAVALCANTI; BRUM; AMOROSO, 2011)

Conhecido como o Dia D da guerra ao tráfico⁴², no dia 25 de novembro de 2010, seis blindados da Marinha, que transportavam militares e policiais do BOPE, desembarcaram na Vila Cruzeiro, na Penha. A ação foi uma resposta aos vários ataques que aconteciam na cidade desde o domingo da mesma semana, com arrastões, veículos queimados e ataques às forças de segurança. Na época, o governo dizia ser uma reação a implementação das UPPs, que já somavam 13 unidades. Os traficantes recuaram e fugiram para o vizinho Complexo do Alemão, episódio que repercutiu o mundo inteiro com cobertura ao vivo espetacularizada pela TV Globo, rendendo até o prêmio Emmy ao Jornal Nacional. Foi nesse contexto em que inicialmente o Parque Ary Barroso é ocupado pela base militar do exército e na sequência pela Coordenadoria da Unidade de Polícia Pacificadora do Complexo da Penha.

No entanto, antes de seguir com a análise sobre a relação dos agentes de segurança, com os moradores das favelas e do bairro da Penha, frequentadores do parque, e os demais equipamentos públicos, é necessário lembrar da relação da cidade com a favela, e os moradores

⁴² O DIA D DA GUERRA AO TRÁFICO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 de nov. de 2010. Caderno Especial. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ocupacao-do-alemao-em-2010-contou-com-600-homens-blindados-da-marinha-9001633>> Acesso em: 24 de out. de 2020

das favelas. Mesmo com o processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição de 1988, que garantia os direitos civis e políticos, para os moradores das favelas, isso não passou de meras promessas de avanço. Apesar do reconhecimento das favelas como parte do tecido urbano e no direito à moradia, a ditadura parece nunca ter acabado nas favelas. A promessa da eliminação do “entulho autoritário”, proferido no discurso do então presidente eleito pelo voto indireto, Tancredo Neves, nunca foi retirado das favelas, que junto com as autoridades, a sociedade de forma geral jogou esse entulho lá. O avanço do tráfico e o estigma do favelado como marginal clamava por intervenções drásticas das forças de segurança nas favelas cariocas. (MARTINS & BRUM, 2021)

“Assim, apesar de no pós-ditadura os moradores de favelas terem obtido avanços significativos na melhoria em obras e serviços públicos nas favelas, bem como na melhoria das casas, no acesso a bens de consumo, no aumento expressivo da escolaridade - fatores que construíram uma autopercepção de pessoa plena de direitos entre os moradores de favela -, cabe ressaltar que o modo de atuar da polícia ainda é marcado pelo tratamento violento (conhecido como “escracho”) a partir do não reconhecimento dos direitos dos moradores numa sociedade que normaliza o fato de haver locais na cidade em que tais práticas são toleradas e até mesmo incentivadas, inclusive pelas autoridades eleitas na esteira da derrota do projeto petista de poder, em 2018.” (MARTINS & BRUM, 2021)

Logo, a implementação da UPP e o período seguinte, marcada por vítimas da violência do Estado, num falso combate da “guerra às drogas”, tem atingido sobretudo negros, pobres, jovens e moradores de favelas. Sendo difícil efetivar a cidadania na vida do morador de favela do Rio de Janeiro. (MARTINS & BRUM, 2021)

O último equipamento construído foi a Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira - Dicro (5) é um equipamento cultural municipal, inaugurado em junho de 2012, cogerido pelo Observatório de Favelas e a Secretaria Municipal de Cultura. O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil, criado em 2001, com sede no Complexo da Maré e atuação nacional. Trabalha com a elaboração de conceitos, metodologias, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. Atua em cinco áreas distintas: arte e território, educação, comunicação, direito à vida e segurança pública, e políticas urbanas.⁴³

Antes de assumir a gestão da Arena Carioca Dicro, a primeira experiência de gestão de equipamento cultural foi com o Galpão Bela Maré, fundado no ano de 2011, com o objetivo de disputar a narrativa da cidade a partir dessa gestão. Em 2012, o Observatório de Favelas

⁴³ OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Apresentação. Disponível em: <<https://of.org.br/>> Acesso em 03 de set. de 2022.

elaborou e produziu o projeto Solos Culturais, que era um projeto de formação de cem jovens em cinco favelas diferentes em produção cultural e pesquisa social. O projeto aconteceu ao mesmo tempo no Complexo da Penha, no Complexo do Alemão, na Cidade de Deus, na Rocinha e em Manguinhos. É nesse contexto que se inicia a relação da organização com o território da Penha e Complexo da Penha.

Atualmente a Secretaria Municipal de Cultura conta com mais outras 3 Arenas Culturais: Arena Carioca Fernando Torres (Madureira - Zona Norte), Arena Carioca Jovelina Pérola Negra (Pavuna - Zona Norte), e Arena Carioca Abelardo Barbosa - Chacrinha (Pedra de Guaratiba - Zona Oeste). Na época do anúncio da construção da Arena Carioca Dicró, o prefeito Eduardo Paes, referenciava ao projeto como “lona cultural 2.0”⁴⁴, comparando as antigas lonas culturais inauguradas pelo ex-prefeito César Maia. Aqui vale resgatar os objetivos, efeitos e impactos locais das Lonas Culturais para compreender os avanços ou não de modernização na construção de novos equipamentos culturais no subúrbio e periferias da cidade do Rio de Janeiro.

As Lonas Culturais, é fruto da mobilização de agentes culturais das zonas Norte e Oeste, após o fim da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, para reaproveitamento das coberturas dos centros de debate. Servindo assim de estrutura para criação desses espaços de arte e cultura no subúrbio carioca, passando a chamar oficialmente de Lonas Culturais, pelo seu modelo circense (FERRAN, 2007). Hoje existem sete Lonas Culturais: Carlos Zéfiro (Anchieta – Zona Norte), Elza Osborne (Campo Grande – Zona Oeste), Herbert Vianna (Maré – Zona Norte), João Bosco (Vista Alegre – Zona Norte), Sandra de Sá (Santa Cruz – Zona Oeste), Terra (Guadalupe – Zona Norte), Jacob do Bandolim (Jacarepaguá – Zona Oeste), além de três Areninhas Cariocas: Hermeto Pascoal (Bangu – Zona Oeste), Renato Russo (Ilha do Governador – Zona Norte) e Gilberto Gil (Realengo – Zona Oeste), que são lonas que receberam reformas estruturais e ar-condicionado, sendo assim renomeadas.

As lonas foram consideradas um modelo inovador, pelas possibilidades de participação social desde sua construção, a conjugação das políticas urbanas e políticas culturais, a gestão por grupos locais representados por organizações sociais, e o potencial de novas centralidades culturais na cidade (FERRAN, 2007).

⁴⁴ Penha terá arena com cinema ao ar livre, diz prefeito Eduardo Paes. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/12/penha-tera-arena-com-cinema-ao-ar-livre-diz-prefeito-eduardo-paes.html>> Acesso em: 03 de Set de 2022.

Interessante notar que além desses efeitos, as lonas também tiveram um caráter de revitalização urbanística de “reconquista” de praças onde foram inseridas. O agente principal dessa decisão no processo de escolha da praça era a comunidade mediada pela organização da sociedade civil que as representavam. O argumento do estado de abandono da praça, como a falta de um projeto paisagístico, nem mobiliário urbano, a presença de usuário de drogas, falta de iluminação, de guardas municipais, carregada de uma imagem negativa, impossibilitando assim a frequência e a realização de atividades, eram norteadores para a escolha das praças e parques em que as lonas foram construídas. Os subúrbios têm uma tradição cultural de apropriação de espaços públicos para fins de lazer e confraternização (FERRAN, 2007). As semelhanças com o estado de abandono em que se encontrava o Parque Ary Barroso antes da instalação da Arena Dicro, era bem similar, no entanto a decisão pela escolha do local não teve nenhum diálogo com os moradores e frequentadores do parque.

Cabe aqui aprofundar sobre a reflexão da própria construção social dos espaços públicos e dos usos dele a partir do planejamento urbano. Essa falta de diálogo com a comunidade local, do espaço público como um espaço de cidadania, essa imposição de como as cidades deveriam funcionar, e o que deveria ser bom para a população, como fazem e pensam a maioria dos planejadores urbanos e arquitetos, é o ponto crítico apresentado por Jane Jacobs. A autora se preocupa e está interessada em saber como funcionam as cidades e na aparência das coisas, e não em ignorar o entendimento desse funcionamento (JACOBS, 2011).

O espaço público deveria ser um espaço de vida, e não um espaço de morte, ou seja, um espaço que afasta, que expulsa, que é inseguro. As ruas e as calçadas por exemplo são os órgãos mais vitais de uma cidade, a segurança urbana é papel fundamental delas. Para isso não basta o policiamento, ou ruas iluminadas, é preciso ter olhos atentos, ou seja, é preciso ter pessoas. Pessoas atraem pessoas. Não é novidade que quanto mais pessoas temem as ruas, menos elas usam, o que torna as ruas mais inseguras (JACOBS, 2011).

A mesma lógica se dá para os parques, a sua existência por si só não garante um bom desempenho, ou sua popularidade. São as pessoas que dão utilidades aos parques e fazem dele um sucesso, do contrário elas não os usam e os condenam ao fracasso. Os parques precisam da dádiva da vida. Para a autora os parques muitos usados costumam ter quatro elementos: a complexidade, que diz respeito à multiplicidade de motivos que as pessoas têm para frequentar os parques de bairro; a centralidade, os parques geralmente tem um lugar reconhecido por todos como sendo o centro; a presença de luz solar como parte do cenário, com garantias de sombras principalmente no verão; e espaços reduzidos visualmente agradáveis, pois mesmo que estejam em bairros movimentados, podem estar numa localização desagradável (JACOBS, 2011).

Eu diria que o Parque Ary Barroso antes da sua reconfiguração urbana, apresentava todos esses quatro elementos. No que diz respeito a complexidade, tinham as cascatas e lagos, que as pessoas usavam seja para mergulhar e brincar, seja para pescar; tinham as quadras esportivas, para jogar bola; a extensa área verde, para fazer picnic, para as crianças brincarem de escorrega de papelão no gramado; tinha a área de brinquedos com gangorras, escorrega, balanços; e outros usos para as áreas comuns, como correr, jogar capoeira, treinar Tai Chi Chuan, praticar yoga. As quadras esportivas garantiam a centralidade. Apresentava também uma boa entrada de luz solar ao longo do dia mas com bastante árvores, proporcionando assim as sombras e o frescor do ambiente. Por fim no que diz respeito ao seu visual e sua delimitação de espaço, de modo que atraia olhares, o Parque Ary Barroso se comparado ao Parque Madureira ou a Quinta da Boa Vista, ele é um parque pequeno, com o perímetro de um quarteirão, margeado por ruas intensamente movimentadas, principalmente a Avenida Braz de Pina, onde ficava o principal portão de entrada, em que as pessoas se sentiam à vontade para entrar e usufruírem, ao passarem por ali. Hoje, em que esse portão é fechado, e que a área de entrada é na rua lateral residencial, mas que não tem muita passagem de pessoas, e que tem uma guarita da polícia na porta dessa entrada, isso mais expulsa as pessoas do que atrai. A problemática da utilização do parque começa aí. Como argumentado pela autora, é exatamente nos locais onde as pessoas não passam e provavelmente nunca vão passar, que estão os parques mais problemáticos (JACOBS, 2011).

Mesmo com o início da reconfiguração arquitetônica do parque com a chegada dos novos equipamentos público, a vizinhança mantém a complexidade do seu uso. No entanto, apesar dessa insistência, essa reconfiguração alimenta o problema da frequência no parque, expulsando esse público que o utilizava de forma orgânica e natural. Um parque nessa situação é como uma loja num local comercialmente ruim, para ser recuperada é preciso oferecer produtos indispensáveis para atrair os fregueses, o que os comerciantes chamam de “artigos de primeira necessidade”. Na perspectiva de um parque, quais seriam os artigos de primeira necessidade? Para a autora, se um parque não pode ser sustentado pelos usos derivados de uma diversidade natural e intensa da vizinhança, é preciso oferecer um fim específico (JACOBS, 2011).

Para somar a essa análise da construção social do espaço público trago a contribuição de Richard Sennett que pensa sobre a relação conflituosa entre o vivido e o construído e suas discontinuidades, entre o habitar e construir, o que ele chama de *cit * - modo de vida, e *ville* - cidade. O questionamento central do autor deve representar a sociedade tal como ela ou se pode tentar mudá-la. Como resposta ele propõe uma  tica da cidade aberta. Ele vai tentar

compreender as dificuldades do habitar, que passam pela convivência com os outros, ao qual se torna um peso na cidade moderna e fechada, isso gera uma exclusão e rejeição dos diferentes resultando em segregações espaciais. O autor traz como exemplo o Googleplex, edifício tecnológico do Google, que reproduz a cidade inteligente fechada em seu interior, como uma nova forma de gueto, que não estimula o encontro com o diferente, em contraste do que pode ser as cidades inteligentes abertas (SENNETT, 2018).

Sennett nutre de conhecimentos produzidos por geógrafos, antropólogos, e psicólogos para analisar a coprodução entre urbanitas e urbanistas. Ele argumenta sobre a possibilidade de uma cidade na escala humana com predominância do caminhar, do deslocamento, do conhecimento corporificado, de ser safo⁴⁵ na vida urbana e lidar com estranhos possibilita uma forma de habitar na cidade. O autor propõe cinco formas da ville aberta, tornando assim a cité mais complexa, para a partir daí abrir a cidade: a sincronia do espaço público; a porosidade de relações entre as partes da cidade; a interrupção, que marca a cidade de forma modesta a fim de chamar a atenção; a incompletude, comparada às variações de uma música e, a multiplicidade referente à imagem complexa do todo urbano. Essas formas abertas podem trabalhar de forma conjunta, estimulando a construção de sociabilidade. A cidade aberta é capaz de proporcionar um espaço permeável de encontros, ao mesmo tempo complexo (SENNETT, 2018).

As rupturas das formas urbanas para o autor funcionam junto com a ideia de sistemas abertos; no caso das cidades elas a abrem, levantando a problemática da busca da qualidade urbana. Sennett faz uma analogia ao trabalho artesanal, compara a cidade aos três tipos de consertos que podem ser feitos, como restauração, retificação ou reconfiguração. Esse último tipo considera a cidade como um sistema aberto, com limites porosos, sincronidades, incompletude e variação. Com esse conserto, a cidade evolui e se abre. Essa evolução da forma urbana e a apropriação pelas pessoas propõe a ética de uma cidade aberta. (SENNETT, 2018)

Considerando o Parque Ary Barroso essa reconfiguração, essa ruptura com o projeto urbano original, propõe a construção social de um espaço público aberto cheio de conflitos e tensões. Como bem propõe Richard Sennett. Junto com o conceito de espaço público se faz necessário definir o conceito de território, que nesta pesquisa está embasada a partir do estudo de multiterritorialidades de Rogério Haesbaert (2008), em que compreendemos que o Parque Ary Barroso é um território múltiplo, ou como o autor prefere chamar uma multiterritorialidade de articulação entre territórios-zona e territórios-rede. O parque sofreu um processo de desterritorialização, desde a sua criação, antes entendido como território-zona de espaço de

⁴⁵ Expressão utilizada pelo autor para se referir a alguém que sabe se orientar num lugar, que tem conhecimento do espaço em que vive.

lazer, e espaço de convivência. Entendemos aqui desterritorialização como a construção de novos territórios, como defende o autor. Esses novos territórios são o território da segurança pública, representado pela Coordenação da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, o território da cultura, representado pela Arena Carioca Carlos Roberto Dicró, o território da saúde, representado pela Unidade de Pronto Atendimento - UPA, o território da assistência social, representado pelo Centro de Referência e Assistência Social - CRAS João Fassarela, e o território do lazer, representado pela espaço de área verde do parque, e de brinquedos. Configurando assim o espaço público como um centro de integração dos equipamentos sociais que organizam as experiências territoriais singulares. Onde um equipamento tenta sobrepor-se ao outro, como no caso da polícia que interfere no próprio ir e vir do parque, ou na lógica de funcionamento da Arena Dicró, impedindo por exemplo a realização de certos eventos. Outro como no caso do CRAS travam uma relação de diálogo com a Arena Dicró. Já a UPA se mantém no espaço de forma mais isolada. Inclusive para entrar na UPA não é necessário entrar no parque.

Para encerrar este capítulo vou apresentar as dinâmicas das relações entre os equipamentos e a relação dos agentes públicos com o território, os conflitos, tensões e diálogos. No entanto, essas dinâmicas e tensões sociais do espaço também serão tratadas nos próximos capítulos. Como pretendo abordar no terceiro capítulo a cultura como centralidade para pensar a cidade, toda a minha análise dessas dinâmicas vão se dar a partir da relação da Arena Dicró com os demais equipamentos. Como reforçado por Ana Paula Gualberto, o CRAS é o equipamento que a Arena consegue estabelecer uma relação mais próxima, mesmo assim, na visão da produtora ela enxerga como algo clientelista.

“Então, desses equipamentos que estão aqui, o que a gente consegue estabelecer uma relação mais próxima é o CRAS, mesmo. Assim Taty, eu enxergo como uma relação muito clientelista entendeu. Eu acho que tipo assim, é muito uma procura tipo “ah a gente não consegue fazer aqui, vamos fazer lá na Arena?” Entendeu, então tipo, é muito vir aqui para “ah posso usar a sala de vocês para fazer uma reunião?”, “posso usar a sala de vocês para fazer uma atividade com os idosos?”, e ai, a gente tem que organizar nossa equipe, disponibilizar um monte de coisa entendeu, é ... isso pessoalmente me incomoda um pouco. Eu entendo que isso faz parte do nosso trabalho aqui, enquanto produtores ... equipe gestora, enquanto equipe gestora, eu entendo que isso faz parte do nosso trabalho, mas eu também entendo que essa relação clientelista, é, ela vem de uma falta de entendimento muito grande das pessoas que estão do outro lado sobre o que a gente tá fazendo, entendeu então isso é o tipo de coisa me incomoda bastante.” (Ana Paula Gualberto, 14/07/2021)

Como já pontuado anteriormente, uma questão importante para a gestão do CRAS é a intersetorialidade com a saúde, educação e cultura.

Uma das características da gestão da Arena Carioca Dicró foi ter dado outros usos para os espaços previamente determinados do equipamento. Então para além do espaço interno do teatro que tem 380 lugares, mas com a capacidade de receber até 1.000 pessoas, tem também um pátio de espaço de convivência, em que todo seu mobiliário é de material de palete; uma área de alimentação batizada de “Boteco do Parque”; uma extensão de parede que foi transformada numa galeria para exposição, identificada como Galeria L; uma sala que seria para depósito se transformou numa sala multiuso; a parte inferior do palco externo em um quintal com brinquedos para crianças da primeira infância; e o porão do teatro em uma sala de ensaio, com um tablado e espelho de ponta a ponta.

Essa configuração espacial reforça algumas das dinâmicas das relações com os demais equipamentos. Por exemplo, os funcionários da UPA frequentavam mais a Arena para almoçarem no Boteco do Parque. Assim como, os policiais militares achavam que a Arena era uma extensão do quartel. A tensão maior nessa dinâmica de relação era exatamente com a polícia. Desde o portão principal do parque estar fechado, ter uma guarita no portão lateral, relatos de abordagem truculenta com moradores que utilizam o parque para subir para o Morro da Caixa D’água, e até mesmo com atores do Teatro da Laje, primeira companhia que fez residência artística na Arena, cia da Vila Cruzeiro, e com funcionários da própria Arena, como os vigias. Dentro da Arena especificamente eles achavam que podiam fazer da Arena um rancho militar, pediam para usar o banheiro para tomar banho, quando almoçavam no Boteco do Parque, apoiavam o fuzil, e os coletes à prova de bala para secar em cima da biblioteca de palete que tem no Boteco. Institucionalmente o Observatório de Favelas tentou melhorar essa relação, foi acordado com o comandante no período de 2014-2015, que solicitasse aos soldados para que não entrassem com fuzil dentro da Arena por exemplo, foi emitido um ofício assinado pelo comandante e nós prendemos em todas as pilastras do boteco. Mas quando mudava o comandante tudo voltava ao mesmo, e tínhamos que reforçar esses acordos.

Outra arbitrariedade praticada pela polícia foi interromper um evento de funk que aconteceu dentro do teatro da Arena, sem justificativa, e para além deles não terem nenhuma gerência dentro do equipamento cultural.

Antes da pandemia, a cozinheira responsável pelo Boteco do Parque era a Rose, que conseguia travar uma boa relação com os policiais. A Rose era uma pessoa muito afetuosa. Isso garantia para ela um bom retorno financeiro durante o horário de almoço, e que no geral era o momento em que ela mais vendia, pois a frequência de público durante a programação vespertina e noturna da Arena era muito instável. Logo, mesmo com todos os conflitos entre os equipamentos, esse fluxo da presença dos policiais era mantido.

Após narrar as relações e construções de sociabilidade do Parque Ary Barroso, e a instalação dos equipamentos públicos, irei abordar no próximo capítulo as táticas e estratégias utilizadas pelos grupos, redes, instituições e indivíduos na luta pela revitalização do parque.

CAPÍTULO 2 - DO LADO DE CÁ OU DO LADO DE LÁ DA LINHA DO TREM, PEGA VISÃO DO SUBÚRBIO!

Nesse capítulo quero entender como foram e são construídas as possíveis articulações para revitalização do parque no território, e manutenção da memória, a partir das estratégias e táticas adotadas individualmente e coletivamente, por grupos, redes, instituições e indivíduos. Uma rede que irei abordar é a Rede Comunitária Tamo Junto da Penha, em que fiz parte como representante da Arena Carioca Dicró. Em seguida faço uma análise sobre o papel do poder público na gestão do parque, e por fim apresento o caso da luta pela implementação do Parque Realengo Verde como ponto em comum referente às desigualdades de investimentos e da aplicação de políticas públicas nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro.

O sentimento de pertencimento e de identificação é essencial para que as pessoas criem seus afetos e vínculos com um lugar, com um bairro, com um município, com sua comunidade e se sintam motivadas para querer cuidar, ou para gerar mudanças positivas no seu território. Já vimos aqui através dos relatos sobre o Parque Ary Barroso que essa memória e relação de afeto com o parque, e a decepção em como ele se encontra hoje é muito viva. Percebo que há uma necessidade de reconexão com o parque.

2.1 REDE COMUNITÁRIA TAMO JUNTO DA PENHA

Diferentes sujeitos sociais atuam na Penha, e em torno da revitalização do Parque Ary Barroso. Participavam da Rede Comunitária Tamo Junto da Penha professores e diretoras das escolas municipais, organizações sociais e coletivos locais, como por exemplo o CEM - Centro de Integração da Serra da Misericórdia, o Guiadas Urbanas, a Sociedade Amigos do Parque Ary Barroso, Valores da Penha, além de lideranças locais, associação de moradores, profissionais da saúde que trabalhavam nas Clínicas da Família do bairro, representantes do CRAS - Centro de Referência e Assistência Social, representantes da UPP Social, e até mesmo relações públicas das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP do Complexo da Penha. O objetivo da Rede para além da troca e fortalecimento das atividades de seus integrantes, era lutar pela revitalização do Parque Ary Barroso. As reuniões eram mensais, com a proposta de ser realizada a cada mês em um local diferente do bairro, provocando essa itinerância dos integrantes pelos equipamentos. O quórum variava muito de uma reunião para outra, assim como a frequência de cada membro.

Alguns dos interlocutores dessa pesquisa com quem conversei fizeram parte da Rede e trouxeram algumas reflexões sobre o parque, a partir de olhares diferentes. Fernando Sousa, homem branco de 39 anos, fez parte da equipe da UPP Social, tem formação em Ciência Social, e atualmente é co-fundador e diretor executivo da Quiprocó Filmes. Nascido em Teresópolis, morou um tempo em São Gonçalo, estudou em Campos dos Goytacazes e depois foi morar no Rio de Janeiro. Karolynne do Nascimento Duarte, mulher preta de 38 anos, é idealizadora e fundadora do projeto Guiadas Urbanas, arquiteta e urbanista de formação, moradora de Cascadura; e José Arthur Francisco Lucena, mas que prefere ser identificado por Arthur Lucena, tem 36 anos, comunicador, nascido e criado no Complexo da Penha, criador da página de facebook Valores da Penha.

A Rede Comunitária Tamo Junto da Penha é fruto de um processo de articulação iniciado pela equipe da UPP Social da Penha, coordenado na época por João Sividanes, e que depois Fernando Sousa deu continuidade a esse trabalho, quando assumiu a coordenação da mesma equipe em 2012. Período em que o programa já estava perdendo força.

A UPP Social originalmente foi um programa lançado pelo governo do Estado, mas que depois foi transferido para a prefeitura sob a supervisão do Instituto Pereira Passos - IPP que tinha o objetivo de articular melhorias nos serviços públicos ausentes nas favelas ocupadas pelas UPPs. A relação do Fernando com o bairro da Penha inicia neste contexto.

“a minha relação com o bairro da Penha, ela começa, a partir do momento que venho trabalhar com ... no Instituto Pereira Passos, no Programa UPP Social que justamente, é , implementado no contexto das polícias pacificadoras, e era um programa que naquele momento tinha como objetivo né assim, complementar as ações públicas nesses territórios ocupados pela UPP, no sentido de identificar demandas, identificar as necessidades da comunidade e tudo mais de modo que os serviços públicos chegassem da mesma forma nessas favelas, nesses territórios ocupados pela UPP , chegasse da mesma forma que acontece nas outras áreas da cidade do Rio de Janeiro.”
(Fernando Sousa, 24/03/2021)

Fernando entra no Instituto Pereira Passos, em fevereiro de 2011, já para trabalhar no Programa da UPP Social, na equipe da Penha. Inicialmente ficou até junho do mesmo ano, depois foi transferido para o Morro dos Macacos e Morro do São João, e retornou para a equipe da Penha como coordenador em 2012. A partir dessa atuação, enquanto coordenador, Fernando passou a visitar os equipamentos locais, conhecer o bairro da Penha e o Complexo da Penha, a dialogar com os moradores, associação de moradores e identificar as principais demandas do território. Para ele, um diferencial da equipe da UPP Social é que eles estavam presentes fisicamente no território, olhando para o território e dialogando com os diferentes gestores públicos que trabalhavam nos equipamentos públicos locais, não só do parque. Nesse mesmo

período, em que a UPP, UPA, CRAS e Arena Dicro foram instalados no parque, é o mesmo período em que as Clínicas da Família e os Espaços de Desenvolvimento Infantil - EDI chegam no território.

Logo, a equipe entendeu que a Rede poderia ser esse espaço de interlocução e troca entre os diferentes gestores, e um espaço de fortalecimento desses equipamentos nos territórios. Na prática, essa articulação rendeu algumas ações integradas entre equipamentos, como veremos mais adiante.

“Enfim os gestores por vezes, né? Não conhecia o território, estavam chegando no território. Então é, quando eu volto para lá e pego essa iniciativa que já estava em curso, né? Eu falo caramba, tem aqui uma parada que pode ser muito interessante tanto do ponto de vista do fortalecimento dos ... é ... da interlocução dos equipamentos entre si mas também para fortalecer ações desses equipamentos nos territórios, ações integradas, né? Então ações é que envolvam as ações de saúde, mas também ações que ao mesmo tempo sejam pensadas em atender necessidades do serviço social. Que isso esteja articulado com uma programação cultural da Arena de Dicro.” (Fernando Sousa, 24/03/2021)

Apesar da Rede ter começado a partir desse trabalho do programa, Fernando faz questão de destacar que para ele a UPP Social era mais um integrante, e não tinha um lugar de coordenação, embora houvesse disputas locais internas.

“Assim, isso era, era muito claro assim, e num território muito grande, a gente também tinha uma coisa cara ... criar um espaço ... e tinha muita aí já, é ali já entra numas disputas locais, né? Que ah não, não é o, é, não é, a equipe do IPP que coordena a Rede ... a gente não tinha essa né, mas entra nessas disputas, né da gente ser parte e tudo mais, mas cara por conta da característica da equipe e que eu acho que era muito isso a gente ocupava um papel muito importante eu ... é hoje olhando né, na articulação da Rede, porque era gente que circulava de um lado pro outro a gente que tinha essa possibilidade. Você tava lá na Arena Dicro cara, tu tinha que dar conta do dia a dia da Arena Dicro. Então é eu lembro que tinha essa: ‘Ah, quem que criou a Rede?’ Não, foi a equipe do IPP. Foi não sei quem ... tá beleza. Vamos lá, não é isso que é o mais importante, né?” (Fernando Sousa, 24/03/2021)

Foi então a partir dessas interlocuções no território e trocas na Rede que as demandas dos equipamentos eram identificadas, que era também uma demanda entre equipamentos.

“Então eu chegava na Arena, a Taty falava, porra cara a gente tem a programação aqui mas a gente tem dificuldade que as pessoas não veem. Aí a gente chegava na creche a diretora falou porra, a gente tinha que ter mais programação cultural na Penha. Caralho! Eu tô indo lá na Arena Dicro, a Taty está falando para mim que o pessoal não ocupa, aí eu vou na escola, fala que não tem programação cultural, mas porra tem programação cultural lá, aí ia numa outra creche pô, a diretora falava ‘Ah tem um problema de vacinação, meus alunos precisam ser vacinados’, e tudo mais então assim em cada equipamento, a gente chegava e passava a entender que em cada equipamento. As vezes ou não, né? Mas apresentava uma demanda ou uma demanda

diferente, que era uma demanda quase que entre equipamentos. Assim então esse exemplo que eu tô dando é muito bom assim, tipo é eu acho né, que é essa coisa do que eu tô falando, né?” (Fernando Sousa, 24/03/2021)

Outros exemplos, que Fernando trouxe de ações integradas entre os equipamentos foi uma campanha de vacinação de hepatite e anti-tétano articulado entre Clínica da Família e Comlurb, para prevenção dos garís, por acontecerem muitos acidentes de trabalho. As EDIs mensalmente faziam uma reunião com os responsáveis dos alunos e alunas, pela grande quantidade de pessoas, tinham sempre uma dificuldade de achar um local para realização. Articulada com a Arena Dicro, as reuniões passaram a ser no teatro, e sempre com o objetivo de que os responsáveis aproveitassem a programação cultural do dia. Em parceria com a Fundação Parques e Jardins, conseguiram doação de mudas para plantar pelo bairro. O EDI Maria de Lourdes, a rua onde fica o Corpo de Bombeiros, e o CEM foram alguns dos locais em que receberam essa ação.

Apesar desses exemplos apresentados a partir das demandas e articulações entre os equipamentos públicos do território, participavam também da Rede integrantes de projetos culturais e sociais locais como o Guiadas Urbanas, idealizado e fundado por Karolynne do Nascimento Duarte, que conheceu o parque a partir da atuação do projeto no território. Antes do Guiadas Urbanas, Karolynne só conhecia a Penha de passagem pelo bairro, ou por relatos dos seus pais, que chegaram a visitar o parque.

Desde a decisão de optar por estudar arquitetura, Karolynne buscava uma formação que desse uma base para trabalhar em seu território. Sendo assim, escolheu a Universidade Federal Fluminense - UFF, e foi lá que se descobriu urbanista, se apaixonou pelo urbanismo e muito interessada em trabalhar com a cidade. Quando terminou a graduação, tentou fazer algumas pós-graduações, uma delas foi de Gestão Ambiental, e quase no final do curso ela percebeu que não queria trabalhar com gestão, mas trabalhar com o ambiente construído que era o patrimônio. Ela tinha escrito um projeto, que ainda não era o Guiadas Urbanas, mas era um projeto que trazia a apresentação do território, sua história, seus patrimônios afetivos através do turismo. Ela foi orientada por uma amiga a fazer o Curso Técnico em Turismo no Colégio Estadual Antônio Prado Junior. Desde que entrou no curso seu objetivo sempre foi trabalhar com turismo no subúrbio.

Foi no curso que Karolynne conheceu Wilson, seu parceiro de trabalho, que fundou o projeto junto com ela, e foi um grande incentivador e impulsionador. Wilson é nascido e criado no Complexo da Penha, na Rua da Merendiba, na Vila Cruzeiro. Também é Guarda Municipal e na época em que se conheceram trabalhava num setor da Prefeitura do Rio de Janeiro, na área

de turismo, portanto viu no curso uma possibilidade de trabalhar durante a folga. É ali que eles começam a trocar ideias, ele sobre o Subúrbio da Leopoldina, ela sobre o Subúrbio da Central.

“E aí eu só fui conhecer o Parque Ary Barroso nessa minha caminhada pela Penha, né de começar o turismo ali na Penha, já tinha ido na Igreja da Penha em 2011, minha mãe tinha ido quando era criança, mas eu não me lembro, não tenho lembrança disso. E aí 2011 eu vou na Igreja da Penha. Aquela fase de pós ocupação da UPP e tal, aí em 2012, eu começo a fazer o curso de turismo, né? Depois da pós-graduação. E aí como meu projeto era trazer as importâncias históricas e turísticas do território através do Turismo na região do Subúrbio, eu comecei a subir a Penha, o Vilson me leva no Parque Ary Barroso também por conta da Arena, né? A Arena ali tinha uma função muito grande. Acho que se não fosse a Arena, eu acho que não tinha nem visitado o Parque Ary Barroso, né?” (Karolynne Duarte, 28/05/2021)

Inicialmente o Guiadas Urbanas não era um projeto de guiamento, mas um projeto de construção de material mostrando como era o antes e o depois para tentar trazer uma conscientização da população sobre a importância histórica do bairro. O projeto tinha esse caráter mais documental. O nome, criado por Karolynne, surge em função de uma necessidade de fazer um cartão de visitas, como arquiteta e urbanista, sua inspiração foi de querer dar uma guiada pela cidade. Suas primeiras experiências como guia foi na Pequena África quando as professoras Marisa Egrejas e Maria Martha, que tinham uma agência de turismo, a convidou para “correr linha”, que é quando um guia faz tour com outro guia para aprender e experimentar o roteiro, no projeto “Rio de Ruas”. Porém, para fazer esses roteiros Karolynne precisou abrir o CNPJ da empresa com o nome fantasia Guiadas Urbanas. A professora Patrícia Nakamura sugeriu fazer a página no Facebook para poder registrar o nome, e assim com o nome definido e registrado começou o Guiadas Urbanas, com a missão de trabalhar com o turismo cultural suburbano.

Nesse processo de “correr linha”, Karolynne passou a integrar no roteiro a roda do Reconca Rio, de jongo e samba de roda, que acontecia no Arco do Teles na Praça XV, e se inspirou para fazer o roteiro do subúrbio com as rodas de cultura popular do subúrbio. Ela diz que isso remeteu a ela o mesmo movimento que o povo preto fez da Pequena África para os arrabaldes, quando foram removidos por conta da Reforma Pereira Passos. Para ela é muito interessante como se fizesse o mesmo movimento de saída do Centro para Penha e Madureira, ao iniciar seus roteiros de turismo cultural suburbano.

Os primeiros quatro roteiros foram construídos por ela para serem validados pelo público. Inicialmente convidou algumas pessoas que já tinha o contato. Os roteiros não tinham uma ordem específica. Os bairros escolhidos foram Penha, Méier, Cascadura e Madureira. Da Penha com uma roda de capoeira com Mestre Touro no Largo da Penha. O roteiro do Méier

contava com a roda de jongo do Afrolaje. De Cascadura, com o Feijão Cascudo, uma feijoada ao som de charme. E Madureira, num domingo que passava pelo Parque de Madureira e fechava o dia na Feira das Yabás.

Hoje o Guiadas Urbanas se define como um empreendimento de turismo receptivo que desenvolve um negócio social onde o foco é fazer um trabalho de memória e valorização do espaço urbano e periférico da cidade, subúrbio e favela, promovendo afroturismo, turismo cultural suburbano e de base comunitária da cidade. Todo passeio turístico acontece com foco nos atributos locais que são resultados de mapas mentais e afetivos do bairro, e ao final do passeio promovem o contato com a cultura popular, como a vivência em rodas de cultura popular e a visitação de espaços notáveis em práticas ligadas à educação cultural e ambiental.⁴⁶

Bianca Freire-Medeiros (2006) faz uma análise sobre o processo de elaboração e venda da favela carioca como destino turístico, que podem ser promovidos e consumidos de diferentes formas, seja como paisagem física ou social, como destino eco-turístico, e como turismo de aventura ou cultural. Apesar do reconhecimento das favelas como destino turístico, inclusive pelo poder público, isto não significa que o estigma em relação às favelas e aos favelados tenha acabado. Os discursos elaborados pela favela turística são acomodados em múltiplas representações: representações sobre a favela e seus habitantes formuladas pelos turistas, representações dos turistas formuladas pelos moradores, representações da favela formuladas pelos moradores para os turistas - numa espiral contínua de representações.

O foco da autora na pesquisa é investigar o papel desempenhado por empresários, ONGs, lideranças comunitárias e agentes públicos, a fim de não negligenciar a responsabilidade dos agentes promotores na conformação dos desejos e fantasias que moldam o produto turístico como tal. A favela como destino turístico é muito mais complexo, em que não pode ser ignorado o princípio básico da interação humana, que mesmo em contextos de desigualdade há sempre espaço para diálogos mesmo que atravessados por estereótipos e clichês (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Não cabe aqui nesta pesquisa fazer uma análise profunda sobre o trabalho desempenhado pelo Guiadas Urbanas, inclusive por não ter dados suficientes para concluir sobre as percepções dos sujeitos que são atravessados pelo turismo suburbano e de favelas, seja o morador, o turista, ou os grupos culturais. No entanto, a partir das minhas percepções enquanto pessoa que acompanha o trabalho do Guiadas Urbanas, e que já participou de um dos seus roteiros na Penha, avalio que o turismo proposto pelo projeto tem muito mais objetivo de valorizar as heranças culturais e tradições locais como forma de resgatar e afirmar a identidade

⁴⁶ GUIADAS URBANAS. Sobre. Disponível em: <https://www.guiadasurbanas.com.br/sobre> Acesso em: 25 de nov de 2022.

suburbana e favelada, indo na contramão do turismo massificado. Onde há uma relação de diálogo e interação entre visitantes e visitados, em que nem os anfitriões são submissos aos turistas e nem os turistas fazem dos anfitriões meros objetos de consumo, um turismo de base comunitária. Uma modalidade de turismo cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Diferente do que Freire-Medeiros (2006) conclui não acho que o Guiadas Urbanas proponha uma relação de zoológico com a localidade ou uma visão excêntrica da favela como na Rocinha, acho que o Guiadas, se aproxima da proposta de turismo como no Morro da Babilônia, encarado como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável.

O Guiadas Urbanas ganhou o Prêmio Favela Criativa 2015, e tinha o objetivo de capacitar os jovens de favela para serem guias em seus territórios durante as Olimpíadas. No entanto, o edital não tinha o foco em projetos voltados para serem executados durante as Olimpíadas, foi uma escolha dos proponentes do projeto, no caso Guiadas Urbanas. Como o repasse do recurso só aconteceu em 2017, tiveram que reescrever o projeto. O edital foi lançado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro - SECEC-RJ) em parceria com o programa Caminho Melhor Jovem, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, e com a Light, por meio do Programa de Eficiência Energética, da Agência Nacional de Energia Elétrica, e da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro. Os projetos precisavam ser executados em 31 municípios atendidos pela Light e 15 favelas em áreas de UPP, beneficiadas pelo Caminho Melhor Jovem. As linhas de ação eram distribuídas de acordo com três eixos: desenvolvimento territorial, formação e fomento.

Além disso, Karolynne conta que depois das Olimpíadas a situação na região do Complexo da Penha não estava mais muito estável, retornando violência na região. Como a diretora da Escola Municipal Ary Quintela era sua conhecida, uma das escolas no bairro da Penha, ela perguntou se poderia executar seu projeto na escola. Karolynne e Vilson analisaram que seria o melhor caminho para executar o projeto, através da educação. Participaram do projeto os alunos do nono ano do ensino fundamental, no contraturno das aulas, iniciaram com cerca de 40 e 50 alunos e alunas. Com o tempo eles passaram a perceber que muitos iam para o projeto para ficar só de zoeira, ou fugiam para encontrar alguém fora da escola. Por conta disso, passaram a cobrar frequência, e só participariam dos passeios do final do projeto quem tivesse maior frequência. Desse quórum inicial, sobraram 15 e terminaram com 13, devido a duas alunas saírem da escola. Nessa adaptação do projeto, Karolynne e Vilson perceberam que podiam trabalhar muito mais do que apenas os passeios. Uma das atividades é que tivessem

contato com diversas formas de aprender, que pudessem ter contato com outras expressões culturais, para além das que aquele grupo de alunos e alunas tinham acesso. A ideia era fazer atividade com samba de roda, capoeira, jongo, fotografia, capacitar esses jovens para que tivessem contato com outras formas de saber, e caso fosse o desejo, se aprofundarem mais.

Outro ponto interessante desse projeto foi trabalhar a questão do sonho e do pertencimento dos alunos com o território. Do sonho, pois eles perceberam que muitos dos jovens nunca tinham parado para pensar no que poderiam ser. E do pertencimento pois um dos passeios que eles fizeram com os alunos e alunas era pelo bairro da Penha, passando pelo Parque Ary Barroso, e de lá indo para o Parque Eduardo Guinle, em Laranjeiras.

“E aí a gente faz o passeio da Penha, que foi esse passeio que eu coloquei o destino não só da Penha, pegava Penha e o Parque Ary Barroso e de lá a gente ia lá para o Parque Guinle, em Laranjeiras. Eu queria que tivessem acesso a essa experiência do ter e de não ter aquela mesma realidade, na realidade onde eles moravam né, aí eles, eles voltam, eles vão para Parque Guinle, ficam muito impactados, assim no vídeo da escola, você percebe, né? Assim, eles estão caraca aqui tem, aqui tem, aqui tem verde, aqui que tem água, aqui tem patinho, eles vão comparando tudo que não tem no Parque Ary Barroso, né? Isso, eu acho assim que é nítido, né? Assim era lógico que isso ia acontecer, né? Mas assim é interessante ver a expressão deles.” (Karolynne Duarte, 28/05/2021)

Foi a partir dessa experiência que Bruna Pereira, uma das interlocutoras dessa pesquisa, ex-aluna da Escola Municipal Ary Quintela, e que participou do projeto Guiadas Urbanas, se reconhece enquanto mulher, preta, favelada e suburbana.

“Eu aprendi muito sobre o subúrbio com a tia Karol e com o tio Wilson, eu não sabia, confesso que eu não sabia nada sobre o subúrbio, nada, nada. Eu morava no subúrbio mas eu não sabia de nada. Então eles me ensinaram muito sobre o subúrbio, foi aí que eu comecei a ter orgulho da onde eu moro, ter orgulho de ser suburbana, orgulho de ser preta e favelada, então eles me ensinaram muito isso, colocaram isso fixo na minha cabeça. Ai pronto, acabou, a Bruna, se mostra pro mundo, mostra quem você realmente é.” (Bruna Pereira da Silva, 30/06/2021)

Para além das trocas e ações integradas entre os membros da Rede Comunitária Tamo Junto da Penha, a luta pela revitalização do Parque Ary Barroso tornou uma pauta em comum, e assim nasce o “Ary Em Movimento” com a proposta de ocupar o parque com atividades culturais e rodas de conversa para chamar a atenção do poder público. Foram 4 encontros ao longo do ano de 2015, como desdobramento conseguimos instalar novos brinquedos como escorrega e gangorra, consertar o balanço, pintar as mesas e bancos, instalação da academia para terceira idade, manter uma rotina de capina da grama, além de abrir o portão principal de entrada do parque, pelo menos no dia do evento. No entanto, essas foram ações paliativas e que

continuam acontecendo no parque, mas na realidade o que o parque precisa é de uma gestão pública adequada e qualificada, precisa de política pública.

Importante destacar nessas articulações a partir do Ary Em Movimento os limites institucionais, e cooptação do movimento por parte da prefeitura. Na concepção do Fernando Sousa, havia um limite tênue nessa ação de reivindicação, devido a maioria das articulações terem sido feitas por gestores públicos que trabalhavam em equipamentos públicos, e não pela sociedade civil.

“Mas eu acho Taty que assim, que a nossa percepção ... primeiro né? A gente não era funcionário público, mas a gente estava ali enquanto o representante da prefeitura ponto. E a maioria das pessoas, né que estavam envolvidas eram os gestores públicos, né? É independente da relação. É, se era, se era funcionário público ou não, mas cara era gestão pública, né? A Arena, o gestor da arena, a gestora, não é um funcionário público, é um funcionário lá do Observatório, mas cara tá ali como gestor público ponto né? Porque é um equipamento público então era a nossa percepção. É a nossa, então assim, to falando isso porque, é, não era um movimento da sociedade civil reivindicando o Parque Ary Barroso, né reivindicando uma obra, reivindicando a reestruturação, reivindicando qualquer coisa né? Então assim tinha uma sensibilidade, tinha um limite aí muito tênue né? Nosso assim, de como que a gente levava as questões e tudo mais.” (Fernando Sousa, 24/03/2021)

Porém, na minha concepção, apesar do peso institucional que alguns integrantes tinham, a Rede era bem diversa, como mencionado no início do capítulo não tinham apenas instituições e órgãos públicos, mas também lideranças locais, grupos e coletivos.

Já Karolynne Duarte lembrou a tentativa da prefeitura em conquistar um protagonismo na ação articulada pela Rede, pois os resultados alcançados na época foram executados pela Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA. Karolynne chegou a acompanhar a vistoria da secretaria no parque para poder apresentar o que mais precisava.

“E aí, só que nesse processo de encontros do projeto, eu acho que a Rede ao meu ver toma um outro corpo, porque as pessoas que estão na Rede passam a se articular entre si, né? E assim que surgem os movimentos que acontecem na Rede, né? E aí assim algumas ... no final, né? Isso é complicado no final, eu não sei se você sabe dessa história do Ary em movimento que foram quatro encontros, quando chegou no quarto, entre o terceiro e o quarto encontro, eu tive uma visão de que a prefeitura tava armando nesse, nesse projeto, né? É um projeto que a prefeitura era igual a todo mundo, ele era um órgão no meio daquele projeto. E aí no final do, desse projeto do Ary Em Movimento, eu percebi uma articulação da prefeitura de trazer um protagonismo para a prefeitura como se todo aquele trabalho que tinha acontecido ali fosse assim feito pela prefeitura.” (Karolynne Duarte, 28/05/2021)

É nesse contexto que Arthur Lucena, 36 anos, morador das Quatro Bicas, no Complexo da Penha, e criador da página do facebook “Valores da Penha” se aproxima da luta pelo parque, e hoje após a desmobilização da Rede, é uma das lideranças que mais reivindica a revitalização

do parque e uma gestão adequada. Sua relação com o parque na verdade vem desde a infância, uma das memórias que destacou, era de quando precisava ir ao Hospital Getúlio Vargas, e sabia que depois o avô iria levá-lo ao parque para brincar.

“Eu me lembro quando eu passava mal um dos alívios que eu tinha era de saber que eu iria para o Parque Ary Barroso logo depois do Getúlio. Então eu corria, que eu brincava e tudo mais tinha um laguinho ali em cima ainda na minha época. Ainda tem gente que pega, pegou quando tinha pavão, falava que a gente, gente que vinha de São João de Meriti, de muito longe para cá, porque o que é o Parque de Madureira hoje, era aqui era uma referência que tinha circo, tinha Tai Chi Chuan, tinha capoeira tinham três quadras esportivas que foram ocupadas pela UPP...” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Um ponto importante ao narrar essa sua memória da infância, é sobre o quanto é valioso de manter a memória do parque viva, inclusive desse momento de luta pela revitalização do parque, principalmente para as futuras gerações, pois são elas que irão repassar essa memória para os que vierem depois. Arthur, faz um link com seu filho de dois anos, e que o leva ao parque desde os três meses de idade, e sempre faz questão de registrar através de fotografias, ele brincando no momento atual do parque, para que no futuro com a esperança de um parque revitalizado, vivo e verde como antigamente, seu filho não esqueça da luta por essa conquista pelos que vieram antes. No dia da entrevista, ele estava muito emocionado com o fato do portão estar aberto.

A entrevista com Arthur foi realizada presencialmente, no dia 09 de outubro de 2022, enquanto acontecia o Festival Inspirações, no Parque Ary Barroso promovido pelo Observatório de Favelas e Arena Carioca Dicro. Foram dois dias de programação, com atividades infantis, debates, ações ligadas ao meio ambiente e sustentabilidade, música e circo. Um dos destaques desse evento, foi a possibilidade de reabertura do portão principal do parque, pelo menos durante a programação, que tem acesso pela Avenida Braz de Pina, onde tem um fluxo maior de pessoas passando. O entrevistado destacou essa reabertura como um ato bastante simbólico, e lembrou a importância de outras organizações, instituições e lideranças que lutam tanto pela revitalização do parque, e pela reabertura do portão principal de forma contínua.

Arthur é um comunicador ativista do Complexo da Penha, e antes de se envolver mais com a causa do parque, sua primeira experiência com filmagem e fotografia, foi em 2014 num projeto em parceria entre o Instituto Raízes Em Movimento⁴⁷ e uma organização da Bélgica,

⁴⁷ Atua desde 2011 com ações socioculturais no Complexo do Alemão, trabalham numa perspectiva de desenvolvimento humano, social e cultural que possibilitasse aos moradores, parceiros e pessoas de distintos lugares da cidade, experiências múltiplas acerca de questões sociais, culturais e de políticas públicas. O trabalho

em que seis jovens foram selecionados para aprender a filmar, editar e produzir um documentário durante a Copa do Mundo, chamado “Copa Para Alemão Ver”⁴⁸, em que mostrava os impactos desse megaevento no cotidiano das favelas e na cidade do Rio de Janeiro, embarcada na narrativa da pacificação das favelas através da UPP, para que os turistas se sentissem atraídos a visitarem o Brasil. Sendo que na verdade os moradores de favelas tinham que aturar tanques de guerra e tiroteios constantes.

Essa experiência possibilitou ele a exibir o documentário junto com os demais jovens na Bélgica e na Holanda, e foi nesse contexto que recebeu um convite para estudar cinema numa universidade na Bélgica, porém recusou o convite por compreender que não deveria deixar seu território para falar dos problemas em outro lugar no mundo.

“Aí eu falei assim: cara não dá porque eu tô trazendo os problemas da minha comunidade para cá, é a primeira vez que a gente exhibe aqui, teve só uma exibição antes no Alemão, mas foi uma só, mas na Vila Cruzeiro não foi exibida ainda. Então é como se eu tivesse usando os problemas de lá para me promover e sair de lá, sendo que eu quero levar isso para lá que a gente debata a luta e eu só tinha a ideia do documentário, mas não sabia o que eu ia fazer ainda” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Conceitualmente desde o início do século XX as representações de favelas são definidas pelas suas ausências e homogeneização, com novas variáveis como a renda, local ocupado por população de baixa renda, e a definição de “aglomerado subnormal” (MATTOS, 2004). No entanto, essa definição com foco na paisagem, por sua vez, facilitou o reconhecimento da necessidade de reivindicar por mais infraestrutura. Desde então, diferentes intervenções foram feitas nas favelas, fruto de ações organizadas pelos próprios moradores ou por projetos estatais voltados para o reordenamento do espaço urbano. Sendo assim, as favelas adquiriram características diferentes das que estavam presentes em sua definição original, no entanto no imaginário dos moradores da cidade, permanece uma representação das favelas nos termos das apresentadas na década de 1940 e 1950. A representação conceitual transforma-se numa representação estereotipada, e continuam sendo definidos por suas ausências por não serem reconhecidos como espaços legítimos. Todavia, os moradores das favelas não analisam suas vidas somente pelas noções de ausências ou negação, assim como não reconhecem a violência existente como concebida pela maioria dos setores dominantes e médios, eles levam em consideração também os aspectos afirmativos presentes em seu cotidiano. Logo é necessário a

do instituto se articula em torno de duas áreas estratégicas, a primeira voltada para produção de conhecimento, e a segunda para Comunicação e Cultura.

⁴⁸ COPA PRA ALEMÃO VER. Brasil/Bélgica, 2014. Documentário. 12 anos. 50 min. Disponível em: <<https://youtu.be/7CWG0XfbSNw>>

construção de outra representação das favelas para além das ausências mais visíveis. Os moradores então buscam e desenvolvem formas ativas, contrastantes e criativas para enfrentarem as dificuldades do dia a dia (SOUZA E SILVA, 2012).

Um dos incômodos constantes do entrevistado, que já teve sua casa invadida por policiais por duas vezes, é com os tiroteios, com as operações policiais incertas, que deixam os moradores inseguros ao voltarem para casa sem saber o que pode acontecer. Em 2011, Cláudia Sacramento, moradora da Vila Cruzeiro, mãe solo de três crianças, e deficiente física, pois teve paralisia infantil, criou a página Vila Cruzeiro-RJ no Twitter, e depois no Facebook, que hoje tem mais de 130 mil seguidores. Além disso, tem entre seis e sete grupos no whatsapp, que é a principal fonte de informação de tiroteio.

"Tanto é que ela até muda a cor, quando começa a ter operação, a logo normalmente é azul, ela fica vermelha de alerta, quando tem algum risco ainda fica amarela até voltar o azul que é para comunicar que voltou ao normal." (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Claudia chegou a convidar o Arthur para ser um dos administradores do grupo de whatsapp, mas ele achava que era muita responsabilidade. Apesar de ter recusado, ele fazia algumas matérias para a página da Vila Cruzeiro-RJ, e cobertura dos eventos culturais ou dos projetos sociais. Até que chegou um momento em que ele percebeu que era necessário ter uma página em que o foco fosse mostrar as paisagens das favelas. Por mais que a página da Vila Cruzeiro-RJ publicasse também sobre as maravilhas da favela, sobre a história da favela, sobre os moradores, o tiroteio era o que tinha maior audiência. Após a participação no Ary Em Movimento, ele se aproxima da Ana Santos do CEM - Centro de Integração da Serra da Misericórdia, e junto com a Cláudia Sacramento e Daniela Azini, que era professora da Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos que fica na Penha, essas três mulheres o ajudaram a pensar durante dois meses como seria esse projeto.

"Desde o começo, eu já tinha a ideia de que tinham que ter a foto de bom dia, de boa tarde, de boa noite. Mostrando áreas diferentes da favela, que eu sempre admirei muito pôr do sol, olhando as paisagens e tal então tinha que expor isso com o meu telefone, sem câmera fotográfica, sem equipamento profissional, com o meu telefone. E apenas colocando a logo, a logo só vem depois, aliás, eu queria o máximo tirar fotos com telefone para mostrar para as pessoas que você com seu telefone pode ter esse olhar também. Óbvio que tinham técnicas que eu tinha aprendido naqueles três meses de curso lá no Alemão, mas era pouco perto de uma pessoa que foi desenvolvendo na prática, e aí dia 11 de novembro de 2016 surgiu a página da Valores da Penha que a Cláudia que criou, aliás que eu não sabia que ele é a página ainda." (Arthur Lucena, 09/10/2022)



Figura 7 – Página Facebook “Valores da Penha”

Daniela Azini, se tornou no ano seguinte, em 2017, diretora da Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos, que teve naquele mesmo ano um Projeto Político Pedagógico que foi construído a partir das categorias pertencimento e identidade(s). O projeto foi um desdobramento do projeto pedagógico da disciplina de História apresentado pelo professor Wander Pinto de Oliveira. O projeto recebeu o nome “Penha - Ser e Pertencer”, a proposta era valorizar a história local, a educação patrimonial e a cultura local (OLIVEIRA, 2020).

Além da página do Facebook, hoje também tem um grupo no whatsapp, para troca de informações da Penha, com 68 participantes. Corroborando com o trabalho de Marcela Werneck (2019), Arthur faz um trabalho de memória net-ativista, com o objetivo de enaltecer e reconhecer as belezas sobre a favela e os favelados nas redes, e como tática para garantir que seus direitos sejam garantidos, para que evite que seja ameaçado e sofra truculência por policiais no caso da sua atuação na luta pela revitalização do parque. Ele costuma fazer muitas denúncias sobre o Parque Ary Barroso, através da filmagem, fotografia, e até mesmo de lives. A teoria net-ativista compreende que as redes sociais não são apenas uma ferramenta para distribuição de fluxos de informações previamente elaboradas. Mas é a partir dela que estes fluxos informacionais são elaborados. A forma digital da sociedade não significaria uma expansão das práticas democráticas de diálogos, mas sim um surgimento de um novo tipo de ambiente que diferencia as arquiteturas comunicativas sociais das arquiteturas comunicativas da colaboração. São formas de interação comunicativa entre humanos e não-humanos. Ou seja, os trabalhos da memória, realizados por Arthur na página Valores da Penha, por exemplo, não equivale ao

produto das trocas informacionais somente humanas, mas são gerados a partir da fusão de diversos elementos infomateriais.

Werneck (2019) dialoga com os conceitos de empreendedores da memória de Jelin (2002) que utilizam diferentes estratégias de ativação de memórias na esfera pública, que entende os trabalhos de memória como um processo humano ativo e produtivo, fruto de múltiplas interações, que agrega valor e aspira uma transformação. Situando o conceito de memória coletiva de Halbwachs na esfera dos marcos sociais e relações de poder, do que em sua concepção clássica de quadros sociais. A memória coletiva aqui está mais interessada nos processos e nos atores que intervêm nos trabalhos de constituição e formalização da memória. Uma perspectiva mais construtivista defendida também por Michael Pollak (1989).

O autor chama atenção para o trabalho de enquadramento de memória, em que atores específicos detêm o controle da produção das memórias de um determinado grupo ou instituição, tanto no campo estatal como no civil, cujo primeiro estaria mais preocupado com o desenvolvimento de uma coesão nacional, e o segundo busca reforçar identidades mais específicas como de grupos minoritários. Esse controle caberia aos atores que detêm um capital simbólico, que concede um poder para eleger os quadros e pontos de referência memoriais. Detectando essa hierarquia, seletiva e verticalizada no trabalho de enquadramento de memória, ele vai propor uma análise no sentido inverso, de baixo para cima, a partir das memórias individuais que irão revelar as tensões do processo. Outro conceito pollakiano é o de memórias subterrâneas, dos excluídos, marginalizados e minorias, que confrontam silenciosamente as narrativas oficiais, e que emergem quando encontram circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis, quando encontram canais de expressão ou disponibilidade de escuta. Para Werneck (2019) os canais e recursos comunicativos parecem portanto determinantes para ocupar a esfera pública com conteúdos memo-informacionais, surge assim o net-ativismo.

Sem esquecer que há uma ligação entre memória e o sentimento de identidade, ou seja, o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Memória é um elemento constituinte da identidade, duas categorias que são negociadas e que são valores de disputas em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLACK, 1992). Portanto, o trabalho de Arthur com a página Valores da Penha, também é um lugar de reforçar sua identidade favelada e como forma de garantir seus direitos de cidadania.

Arthur em sua entrevista trouxe duas situações em que esteve exposto, e que se não fosse pela filmagem, talvez poderia ter sofrido algum tipo de truculência policial. Uma foi quando o parque recebeu uma visita da Defensoria Pública, em 2019, no Circuito Favelas Por

Direitos, em que os moradores denunciavam que os policiais não deixavam as crianças jogarem bola na quadra do Morro da Caixa D'Água. Os policiais davam tiro nas lâmpadas, para que as crianças não ficassem lá de noite. Como o parque era próximo, a Defensoria também foi lá, e Arthur aproveitou para fazer uma live em frente ao portão principal, dizendo que eles iriam se abrir. Após a live, assim que desligou, os policiais cercaram ele perguntando porque estava fazendo aquilo, se tinha autorização.

“Eu falei assim, esse é meu direito, isso aqui tá errado, não pode ficar aqui ... ‘ah não, vamo ali comigo’. Eu: ‘vamo na Defensoria Pública reclamar com eles, estão ali dentro. Vamos lá, vamos lá’ Ai como é que viram que eu tava peitando, chamando a Defensoria Pública, eles começaram a recuar porque é assim que acontece. Então, você vê que o morador que tem o poder da comunicação, que bota a cara, que usa isso como a principal arma, porque a principal arma que a polícia usa é, como você é desconhecido, você tem medo, o que eu falar sobre você fica como verdade. Como eu tenho um vasto trabalho junto com projetos sociais, com escolas, com os moradores que me reconhecem e eu venho aqui lutar por isso, que é o nosso direito, está sendo, como várias pessoas que já vieram muito antes de mim. E isso ainda ser uma ameaça, entendeu?” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Outro exemplo, foi quando teve uma ação de Natal para as crianças, em dezembro de 2018 no parque, com café da manhã, doação de roupas, brinquedos e almoço. O evento, que tinha autorização da UPP para ser realizado no parque, estava marcado para acontecer entre as nove da manhã e quatro da tarde. Quando chegou próximo ao final do evento, que as mães já estavam indo embora com as crianças, subindo a escadaria do parque, os policiais seguiram elas, fazendo elas de escudo contra os traficantes do Morro da Caixa D'Água, pedindo para que as mães falassem para não atirarem. Os policiais atiraram primeiro na direção do morro, e os traficantes revidaram, iniciando assim uma correria, um desespero, se escondendo dentro da Arena Carioca Dicro. Quando Arthur se encontrou com Renê, um morador do Morro da Caixa D'Água, que também tem um projeto na luta pelo parque chamado “O Parque É Nosso”, e que estava no momento em que as mães foram embora, eles foram lá falar com o comandante para entender o que tinha acontecido. Arthur fez questão de ir filmando.

“Eu e Renê conversando com o tenente, eu filmando e ele lá dentro cheio de policial atrás de mim, dentro da UPP, lá dentro, mas ninguém ousava falar nada, porque eu tava filmando, é o poder da comunicação. E aí enquanto eu filmava ele conversando, aí o Renê tentando entender ele falou assim: ‘não mas é porque - olha só - a gente recebeu uma denúncia’ - e isso tinha sido uma sexta-feira, dia 21 de dezembro de 2018 - ‘na quarta-feira de que tinha uma bomba lá em cima na lixeira’. Porque era na entrada lá de cima. Ai o Renê: ‘porque você não foi ver aquele dia? Porque esperou ver num evento que a gente já tinha combinado com vocês? Ou avisava a gente, que a gente cancelaria um evento.’ Aí ele falou: ‘porque aquela hora não tem nada, não tem nenhum problema.’ Aí eu comecei a ser mais rígido com ele, falei assim ‘não você sabia muito porque você estava fazendo, se vocês seguem mães indo embora’ .. ‘ah você acha que eu tinha intenção?’ ‘Sim, porque se o evento acaba às quatro da tarde,

as mães estão indo embora três da tarde, e vocês seguem elas, não é à toa, fosse seis da tarde ou fosse antes de começar o evento, foi intencional. Porque naquele mesmo dia toda vez que tinha algum evento aqui dia das crianças, Páscoa, a UPP fazia operação no Morro, dias antes ou horas antes até para que as pessoas da favela não viessem para cá.” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Desde o processo de redemocratização apesar da ampliação dos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988, a população das favelas convive com a completa ausência do direito civil mais elementar, que é o direito à integridade física e o direito à vida. Esse processo é acompanhado também pela estigmatização dos mais pobres enfatizando a segregação urbana de seus territórios de moradias. A UPP foi apresentada como uma nova política de segurança pública, apesar de ser uma experiência policial calcada na lógica de guerra, em que há um inimigo em comum, no caso os grupos de traficantes, mas que se confundem com o morador comum. Construindo assim um ambiente de desconfiança mútua, da população da favela em face da polícia, e da polícia em face da população da favela. Os moradores sempre estiveram expostos à chamada “sociabilidade violenta”, noção originalmente formulada por Luiz Antonio Machado da Silva (2008), uma perspectiva da favela pelo ângulo da “violência urbana”, como um território onde falta regulação pública, e onde prevalece a “lei do mais forte” (BURGOS; PEREIRA; CAVALCANTI; BRUM E AMOROSO, 2011).

No contexto do trabalho desenvolvido, a UPP era vista como um futuro incerto no ponto de vista dos moradores, reafirmado pelos autores como um futuro em aberto que poderia ser a manutenção da “velha polícia” marcada pelo desrespeito aos direitos dos moradores, ou que poderia ser uma pedra fundamental num processo de reforma progressiva da polícia (BURGOS; PEREIRA; CAVALCANTI; BRUM E AMOROSO, 2011). Mais de uma década se passou e o que foi relatado em diferentes trabalhos acadêmicos por moradores de favela, assim como este, é a manutenção do abuso policial, num controle ostensivo na vida cotidiana das favelas.

Portanto, nesse espaço praticado, vivido, nesse jogo das relações de poder, em que o instituído, que tem um próprio, ou seja, que tem um poder, que institui a ordem, como argumenta De Certau (1998), consegue pensar estratégias para esse espaço, consegue planejar, consegue criar uma lógica de controle. Ou seja, é uma habilidade, um recurso de quem tem um próprio. O Estado, o mercado, as classes sociais mais favorecidas, são quem costumam criar essa norma. No caso do Parque Ary Barroso, a presença da polícia, e a ausência de gestão implicam nesse controle do espaço.

Entretanto, para De Certau (1998), tão importante quanto o mundo das estratégias, de quem tem um próprio, é o mundo dos sujeitos ordinários, que se apropriam e reinventam o cotidiano através de práticas, modos de fazer com aquilo que é dado pela ordem, reorganizam,

rearrumam. São os que não tem um próprio, não conseguem dominar a relação, então só podem se apropriar, através das táticas, que são as malandragens, as sabedorias, as sagacidades, jogando com suas armas, aproveitando as brechas. E com isso esses sujeitos reinventam o mundo, alteram essa ordem, enfrentam o que está imposto. Analiso que a partir dos fluxos, das trocas, do deslocamento pelo território, do uso dos meios de comunicação para se posicionar, como relatado pelos entrevistados, alteram essa ordem, ressignificando assim esse espaço.

2.2 - E O PODER PÚBLICO?

Nessa nova dinâmica territorial, qual o papel do poder público? Como ele responde às necessidades do lugar? A participação da população local é fundamental para diagnosticar os principais problemas, o Estado sozinho não consegue identificar as principais demandas. São os sujeitos sociais que vivenciam o território, é ali que os encontros, conflitos e identidades são construídos. É importante ter uma escuta ativa do território para garantir um olhar mais diverso dos diferentes problemas, que afetam de modos diferentes, grupos diversos. Sem essa participação popular as políticas públicas não são eficientes. Com a participação popular é possível ser criada ações de mitigação mais eficazes. Garantindo assim a identificação da presença ou ausência de políticas públicas.

Para a Casa Fluminense, organização social da qual faço parte, e que atua com o monitoramento e propostas de políticas públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é necessário seguir o que chamamos de Ciclo das Políticas Públicas⁴⁹: identificação do problema, formulação de políticas, processo decisório, implementação e avaliação.

A gestão do Parque Ary Barroso está sob a responsabilidade da Fundação Parques e Jardins, vinculada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Porém, desde que o Observatório de Favelas assumiu a gestão da Arena Dicró, não havia um gestor ou uma gestora que pudesse ser um canal de comunicação para atender as demandas do parque. O que havia, como já mencionado anteriormente pelo Fernando, era alguma interlocução com um funcionário da Fundação Parques e Jardins, que na época da Rede essa pessoa era o Osias, mais conhecido como Mineiro, que ajudou a plantar algumas árvores pelo bairro, inclusive dentro da Arena Dicró. Atualmente há uma gestora do parque vinculada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Claudia Lena. Durante o governo de Marcelo Crivella (2017 - 2020), a Comlurb

⁴⁹ ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE. Guia Para Agendas Locais 2030 [livro eletrônico] GT 2030, 1ª ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2021. Coleção Agendas Locais 2030.

chegou a ser responsável pelo parque. Antes disso a Comlurb já fazia minimamente a manutenção do gramado do parque, com podas, e tínhamos um canal de comunicação com a gerência responsável por aquela área. Na época em que trabalhei lá, essa pessoa era o Robson.

“Só lembrando que o prefeito Marcelo Crivella, chegou a colocar a Comlurb para administrar o Parque Ary Barroso, antes era Fundação Parques e Jardins que era específica para isso. A sede da Fundação Parques e Jardins fica no Campo de Santana, que é uma área verde de preservação no meio do Centro do Rio, que nem parece o Centro do Rio quando você entra lá dentro. Então como é que você imagina que uma área verde como essa tem a Comlurb para poder administrar entende? Ela tem uma função de limpeza ali, auxiliar de quem tiver administrando.” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Essa ingerência sobre o parque nesses últimos anos dificultou muito a possibilidade de diálogo com o poder público para cobrar uma gestão pública qualificada, inclusive em avançar na disputa da retirada dos equipamentos, principalmente da UPA e UPP, já que eram estruturas provisórias. O parque ficou à mercê de ações paliativas, e minimamente da manutenção da área verde, com alguns períodos de abandono. O que foi conquistado até hoje, como o conserto dos brinquedos das crianças, a instalação de novos brinquedos, a academia para terceira idade, a cobrança de limpeza, da manutenção da grama baixa, da retirada das sucatas das viaturas da polícia, retirada dos entulhos, controle do perímetro de estacionamento de carros particulares dentro do parque, dependeu única e exclusivamente das cobranças e articulações das lideranças locais, moradores, organizações e instituições que atuam no território.

No ano de 2019, a Defensoria Pública fez duas visitas ao Parque Ary Barroso, por conta de uma audiência no Ministério Público, sobre a ocupação indevida da UPP e da UPA. Essa audiência é fruto de um inquérito civil aberto pela Sociedade Amigos do Parque Ary Barroso⁵⁰, em 2015, que tem como lideranças Marlene Brilhante e Flávio Lara, antigos moradores do bairro. Segundo Arthur o Ministério Público determinava em audiência a retirada dos equipamentos, a UPA deveria ir para um espaço que era uma lavanderia no Hospital Municipal Getúlio Vargas, e a UPP para um batalhão.

“Como nós também trouxemos a Defensoria Pública aqui em setembro, dia 12 de setembro de 2019. Dias antes teve uma audiência no Ministério Público, em que ele determinou que fosse começada a retirada de todos os equipamentos. E na época a gestora que administra a UPA falou ‘se eu não tiver como estacionar no parque, vou perder muitos médicos’. E aí o responsável, que eu não me lembro agora qual cargo especificamente, falou assim, é como se dissesse ‘foda-se, mas você não pode colocar ali, é crime’. E aí teve uma outra segunda audiência em dezembro marcada já para que

⁵⁰ Parque Ary Barroso não foi reformado e moradores ficam sem lazer. Extra, Rio de Janeiro, 01 de mai de 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/parque-ary-barroso-nao-foi-reformado-moradores-ficam-sem-lazer-16032888.html> Acesso em: 21 de nov de 2022.

eles mostrassem o que que eles já estavam fazendo para retirar, porque só lembrando não eram só os carros da polícia e carros particulares tinham umas sucatas também. Assim como em 2017, dois anos antes, pegou fogo uma dessas cabines que estão até hoje queimadas. Dia 11 de janeiro de 2017 pegou fogo no ar condicionado e como o teto era de isopor, espalhou tudo.” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

No entanto, não consegui ter acesso a tempo ao inquérito e a ata da audiência, visto que o documento que Arthur tinha arquivado, foi perdido por conta de uma danificação em seu laptop. Através do Arthur tentamos contato com Flávio Lara, que também até a finalização dessa pesquisa não conseguimos retorno. Porém, em uma matéria⁵¹ concedida ao jornal Voz das Comunidades, em junho deste ano, em resposta por meio de nota o Ministério Público informa que a retirada da UPP do local poderia aumentar a criminalidade na região, visto que não haveria um imóvel disponível para sua realocação na mesma área, o que seria mais prejudicial à comunidade, do que sua permanência no parque. Essa informação está sendo verificada pela Promotoria. Com relação a UPA a retirada e reinstalação ainda está pendente, embora já tenha identificado um possível local, porém é necessária uma perícia referente a viabilidade do local, e que aguarda resposta da Secretaria Estadual de Saúde.

As entrevistas diretamente com Marlene Brilhante e Flavio Lara, seriam fundamentais e de grande relevância para essa pesquisa, visto que são moradores antigos no bairro, e mais velhos. Durante o processo de pesquisa, esperei passar o período de isolamento por conta da pandemia, pois avalei que seria mais proveitosa fazer uma entrevista presencial, porém, ao passar esse período não consegui o contato de Dona Marlene, e com Flavio Lara, tive acesso a seu número de telefone, mas não tive sucesso nas tentativas de contato.

Após a visita da Defensoria Pública, no ano seguinte o INEPAC recebeu um ofício da Promotor de Justiça, Pedro Rubim Borges Fortes, da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital, questionando a sobre as condições de conservação do Parque assim como dados sobre existência de sítio arqueológico dentro do perímetro do mesmo. A vistoria foi realizada pelo arqueólogo e historiador Cláudio Prado de Mello, que era o diretor geral do INEPAC, e documentada em ofício.⁵²

O ofício pelo qual tive acesso através do próprio diretor, foi feito um breve estudo, acerca das condições de conservação do parque, com alguns registros fotográficos, e fotos

⁵¹ Abandonado há mais de 10 anos, Parque Ary Barroso na Penha ainda não tem previsão de revitalização. Voz das Comunidades, Rio de Janeiro, 24 de jun de 2022. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/favelas/abandonado-ha-mais-de-10-anos-parque-ary-barroso-na-penha-ainda-nao-tem-previsao-de-revitalizacao/> Acesso em: 21 de nov de 2022.

⁵² INEPAC. Ofício/ INEPAC s/n / 2020. Dados Complementares Sobre Parque Ary Barroso. 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2020.

documentais de acervo. O relatório é bem pontual, constatando as condições precárias em que se encontra o parque, além disso apresentou algumas informações sobre a construção do parque, a história do bairro, e os vestígios arqueológicos detectados no local.

No relatório ele reforça a importância do local onde está inserido o parque para a história e arqueologia do Rio de Janeiro, e reforça que o parque carece de maior atenção do poder público, para voltar a oferecer a população o que oferecia a 55 anos atrás. As vistorias aconteceram em 28 de janeiro e 22 de agosto de 2020, em que foi constatado a precária manutenção no jardim com capim alto em muitas regiões, lixo acumulado em muitas áreas do parque, vias internas com problemas na pavimentação, provavelmente devido ao tráfego de veículos, estacionamento irregulares de viaturas da polícia e veículos particulares, carcaças de viaturas, degradação de áreas verdes e evidente falta de conservação, restos das instalações da UPP que se incendiou em 2017, falta de água nos lagos e ausência de manutenção das quedas e espelhos d'água, sucateamento do sistema hidráulico do parque e interrupção do fornecimento de água, e por fim a irregularidade da construção dos edifícios da UPA e UPP dentro da área do parque.

O relatório aponta que o processo de degradação do parque teve seu início pouco tempo depois de sua inauguração, com alguns momentos de melhora. O diretor coloca a culpa desse processo não só no governo, como também na população. O órgão que tomava conta do parque era a Sursan - Superintendência de Urbanização e Saneamento, mas que foi extinta no início dos anos 70, ficando sem administração, tendo apenas um novo departamento responsável pela manutenção do parque em 1972. O relatório não diz qual departamento. Já os anos 80 marcou o abandono de vários parques na cidade, ficando assim abandonados e sua natureza degradada, junto com a diminuição dos frequentadores do parque. É nessa mesma época que começam os registros de assaltos, estupros, frequência de usuários de drogas e prostituição no Parque Ary Barroso. Ainda assim, mesmo com a metade dos funcionários trabalhando no parque, o mesmo estava bem cuidado. No ano de 1992, o parque passa por sua última grande reforma, mas o relatório não aponta quais foram as principais mudanças, no entanto, houve o retorno de programas para a população como aulas de capoeira, Tai Chi Chuan, shows de Dorinha cantando músicas de Ary Barroso, porém isso não durou por muito tempo.

Antes dessa vistoria, numa outra visita em 2018, já havia sido detectado vestígios arqueológicos no local. Presença de farto material em uma jazida reunindo vidro, cerâmica, louça e metal. Foram identificadas três áreas arqueológicas, uma onde ficam estacionados a maioria dos carros e onde está instalada a Arena Dicró; outra em setor elevado de meia encosta; e uma terceira onde era a casa da Chácara das Palmeiras e que foi edificado o portão principal.

O relatório apresentado pelo INEPAC teve mais o objetivo de levantar uma pesquisa documental mais farta acerca do parque, e de se colocar à disposição para orientações técnicas. Desde então, o processo de retirada dos equipamentos encontra-se parado.

Esse avanço por respostas do poder público, fruto da mobilização pela população local, mesmo que sem muita força política, mas com apoio da Defensoria Pública, aponta um novo momento nessa disputa, e reflete numa tentativa de exigir do governo um reordenamento do espaço público, de forma mais propositiva. No entanto, a meu ver é necessário ser feita uma maior incidência política para que o processo seja conclusivo.

Neste terceiro mandato de Eduardo Paes (2021 - 2024), atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a Fundação Parques e Jardins recupera a sua institucionalidade, com a retomada do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU Rio), que estava parado por cinco anos; atualização da base de dados da autarquia de Praças, Parques Urbanos e Jardins do Rio; e conclusão do mapa arbóreo da cidade, em parceria com o IPP e a Comlurb.⁵³ O Parque Ary Barroso ao longo de 2021 recebeu algumas vitórias, e conta com uma gestora, Claudia Lena. Desde então foram realizadas algumas ações de limpeza, podas, limpeza do esgoto, retirada das sucatas das viaturas, controle do perímetro de estacionamento de carros particulares, conserto da pavimentação, revitalização no entorno do parque. Além disso, o parque voltou a receber uma série de atividades como treinamento funcional e ações sociais em parceria com o CRAS João Fassarella. Alguns passos foram dados na direção da revitalização do parque. Porém, o grande desafio continua sendo a presença de equipamentos como UPP e a UPA dentro do parque.

“E aí a gente continua lutando e hoje a gente começa a dar passos como né em maio teve, começando a retirada dos entulhos que eu fiz uma entrevista com a gestora do parque e ela falou que ia tirar os entulhos, a caixa d'água velha, ia tirar a caixa d'água e abrir o portão como aconteceu essa semana e isso são esperanças assim como a gente vê essas crianças correndo como no dia das crianças antecipado. A gente vai tendo essa esperança de que a nossa geração, essas novas gerações, vão usufruir e que não lembram desse período onde não teve, mas não esqueçam da nossa luta.” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Na entrevista quando perguntado aos interlocutores sobre o que acham da instalação da Arena Carioca Dicró e sua importância para o bairro, no geral as respostas levantavam problemáticas, porém consideram importante ter um espaço cultural dentro do parque. A Arena na maioria das vezes foi o motivo para retornar a frequentar o parque, seja para conhecer, ou

⁵³ Fundação Parques e Jardins faz balanço de suas ações em 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/parques-e-jardins/fundacao-parques-e-jardins-faz-balanco-de-suas-acoes-em-2021/>> Acesso em: 20 de out de 2022.

para trabalhar. Dedicarei o último capítulo dessa pesquisa para desenvolver melhor uma análise sobre o equipamento, e pensar a cidade a partir da Cultura. Separei alguns trechos das entrevistas com os interlocutores e interlocutoras aqui, mas que serão melhor analisados também no último capítulo.

“e aí depois eu lembro né que aí teve a reforma, teve a obra da Arena Dicro e aí aquele espaço foi revitalizado digamos assim, que aí eu fui algumas vezes, algumas exposições até contigo, lá né que você marcou, fui algumas apresentações eu gostei assim do espaço, mas eu já senti que já tinha se transformado bastante né” (Orlando Fernandes Junior, 26/11/2020)

“Com relação a Arena né, que também é uma outra questão porque a Arena ela não poderia estar ali também, assim como não poderia estar nem a UPP, nem a UPA, porque também foi ... para se construir aquela Arena algumas árvores, elas foram, elas foram tiradas daquele local, elas foram derrubadas, mas de certa forma eu acredito que é um equipamento que dialogou com o parque né, para ocupação do Parque. Eu acho que apesar da da irregularidade dele ser construído ali também existiu também um ponto positivo, né? Para pensar como se fosse assim, bem, bem assim, é como se todo Parque precisa de uma, de um banheiro, um lugar de banheiro, né? Mais ou menos isso, então vou construir um banheiro. Então naquele caso o parque precisou de uma área cultural.” (Karloynne Duarte, 28/05/2021)

“Então a última vez que ... a única vez na vida que eu entrei no parque, as únicas vezes foi para ir na Arena Dicro já depois de velha. Apesar de morar ali, o parque, dava para ver o parque da minha casa, eu, criança não ia. Eu pedia muito para ir, mas meu pai dizia que “ah vai para que? Só se for para tomar pipoco” (Juliana Sampaio, 24/06/2021)

“Vou ser muito sincera, no início da Arena eu falei assim ‘poxa, não vai servir de nada’, porque era uma coisa que eles não chamavam as crianças de onde eu moro para conhecer, mais pra frente eu falei ‘poxa eu vou lá pelo menos pra conhecer, pra ver como é que é, eu quero se aprofundar de uma coisa que está dentro da minha comunidade, aí eu falei, pô vou lá’. Foi ali que eu comecei a fazer teatro, eu faço teatro ali já tem cinco anos, aí foi quando eu comecei a conhecer, foi quando eu falei ‘poxa, realmente, é um lugar que eu posso aproveitar ao máximo, que eu posso’. É um lugar que ... é uma área de lazer também, muito importante, é um lugar que você se sente aliviado. Então pra mim, no início foi um baque meio que estranho, mas depois eu fui me acostumando, fui gostando, aí to lá até hoje fazendo o meu teatro. (Bruna Pereira, 30/06/2021)

“A Arena Carioca Dicro era para estar dentro da Vila Cruzeiro, no meio da favelas ali dando espaço para todos os movimentos culturais que tem ali, os projetos e tudo mais, como não está, nós devemos lutar para que esse espaço tenha cada vez mais dentro da favela para que um dia nós podemos fazer um plebiscito e perguntar a comunidade ‘Vocês acham necessária, esse espaço está aqui ainda ou quer que esse espaço seja mais arborizado?’ Ou se resgate a área de preservação, a área mais rica de ... de flores , de plantas, de ervas como era antes? (Arthur Lucena, 09/10/2022)

“A Arena foi um lugar que eu frequentei relativamente bem também a uns anos atrás, claro que de uns anos pra cá ficou meio ... sei lá né ... por conta também de desmobilização na cultura e tudo mais, a Arena ficou, pelo menos pra mim ficou um pouco mais distante por conta de programação não tanto o quanto que já teve, aí

frequentei muito a Arena ali dentro do parque, pra diversas coisas, inclusive pra nada, pra chegar lá e também bater papo , sentar lá na recepção , no barzinho, na lanchonete que tem ali , sentar naqueles móveis de pallet lá e tal, ou ver as peças mesmo de teatro , do teatro , do ... caraca , do Veríssimo, que lotou quando estreou a peça dele lá , po sensacional .. (André Luiz Silva Souza, 30/11/2020)

Às vésperas de completar dois anos de governo do Eduardo Paes, e de ter lançado o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (2021-2024), que contou com a participação popular, através de enquetes, fóruns e consultas ao Conselho da Cidade, a prefeitura deveria de estabelecer um processo de monitoramento regular e sistematizado, com prestação de contas a cada semestre. Porém, não há nenhum canal oficial que possa fazer uma avaliação da execução e implantação das metas, projetos e iniciativas, nem se o orçamento está sendo executado de forma descentralizada e territorial como prometido.

Quando o assunto é sobre parques urbanos, revitalização das praças e parques infantis não estamos falando só sobre bem-estar, e mais áreas de lazer pela cidade, falamos também sobre proteção ao meio ambiente, mudanças e impactos climáticos, e que não estão desconectados das questões de direitos sociais. Nesse sentido, precisamos lutar por justiça social, ambiental ou climática⁵⁴, sem ignorar as diferenças e intersecções que atravessam os corpos das pessoas. É preciso fazer esse debate a partir das questões de gênero, raça e território. (LOUBACK E LIMA, 2022)

O movimento de justiça ambiental vai na direção de combater a narrativa de que todas as pessoas sofrem de forma semelhante os impactos ambientais. As questões ambientais estão necessariamente relacionadas às questões sociais e de lutas por direitos das populações socialmente marginalizadas. Passa a existir uma conexão entre a pauta ambiental e racial, o que passa a ser definido como racismo ambiental, ou seja, qualquer prática ou política que afete de forma desigual indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor. Já o conceito de justiça climática, é um desdobramento da justiça ambiental, que evidencia essa desproporção dos impactos das mudanças climáticas sobre determinados grupos sociais. Esse movimento de justiça climática está em construção, e pode ter diferentes significados, mas que não se esgota unicamente em uma questão ambiental, é uma pauta de inclusão social e de economia. O que está em discussão quando se fala sobre justiça climática é falar sobre direitos urbanos. (LOUBACK E LIMA, 2022)

⁵⁴ Os conceitos de justiça ambiental, racismo ambiental e justiça climática tem sua origem em países e movimentos de pessoas do Norte Global, porém isso não invalida a aplicação desses conceitos em estudos dos países do Sul Global, mas é necessário um olhar crítico e sua adaptação.

2.3 ALÔ, ALÔ, REALENGO. AQUELE ABRAÇO

Ao olhar para os subúrbios e periferias da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo sua heterogeneidade e especificidades de cada território, um ponto em comum é a desigualdade dos investimentos e da aplicação de políticas públicas. Um caso, com uma linha do tempo diferente mas com disputas territoriais um tanto similares, para tentar garantir e preservar áreas verdes e espaços públicos para que sejam ocupados com arte e cultura está a luta pela implementação do Parque Realengo Verde.

O objetivo é transformar o último terreno plano do bairro ainda arborizado em um parque. Entretanto, há uma disputa com o mercado imobiliário no local, mais especificamente militar-imobiliária. Neste terreno está instalada uma antiga Fábrica de Cartucho tombada por lei municipal e um campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Em 2014, o terreno passa da União para a Fundação Habitacional do Exército - FHE. Além disso, durante os dois primeiros mandatos de Eduardo Paes, ele autorizou o uso da área para manejo de resíduos pela FOZ 5. Hoje há uma disputa do espaço para impedir a construção de um condomínio fechado, “Residencial Realengo Verde”, com apartamentos de 66m² a 76 m², com 2 ou 3 quartos e 1 vaga de garagem. (AGENDA REALENGO 2030, p. 17)

A luta pelo Parque Realengo Verde começa em 2004, em que diversos colaboradores queriam revitalizar esse espaço público até então ocioso. Mas foi a partir de 2019 que surge a Ocupação Parquinho Verde, a partir da produção do evento “Lata Ocupa”, proposto pelo Grupo Cultural Lata Doida com o apoio da Casa Fluminense para revitalizar esse espaço urbano. Em 2021, houve uma mobilização popular via financiamento coletivo da plataforma Benfeitoria, pelo programa Bossa Nossa, com mais de 257 benfeitores para seguir revitalizando o Parquinho Verde e promovendo o Festival Avante Parquinho Verde. Além disso rolou a implementação de teto verde, composteira e horta comunitária. Desde então diversas reuniões e encontros com a Secretaria do Meio Ambiente foram realizadas para firmar a posição dos moradores em relação à implementação do Parque Realengo Verde em 100% do terreno atual. Nessa disputa a prefeitura inicialmente promete o parque, sem o condomínio, no entanto, segue licenciando o condomínio da Fundação Habitacional do Exército. (AGENDA REALENGO 2030, p. 10-11)

Desde então, a partir dos atravessamentos provocados pela luta desse parque, os moradores realenguenses vem se organizando de forma coletiva para ampliar a sua participação nos debates de políticas públicas. Com o apoio da Casa Fluminense e do Instituto Clima e Sociedade construíram o Curso de Políticas Públicas de Realengo, e se dividiram em grupos de trabalho temáticos com participação aberta ao público para pensar propostas de políticas

públicas para Realengo, construindo assim a Agenda Realengo 2030⁵⁵. A agenda conta com 30 propostas divididas em cinco eixos - Justiça Socioambiental; Habitar para além de morar; Qualidade de Vida; Cultura e Territorialidade; e Participação Social. Desejasse que essa Agenda possa ampliar o diálogo com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com as Secretarias Municipais, com a Subprefeitura da Zona Oeste, e também com os mandatos de Vereadores, Deputados Estaduais e Federais na busca por melhorias significativas para o bairro de Realengo. (AGENDA REALENGO 2030)

A Agenda Realengo 2030 é fruto de uma difusão da metodologia da Agenda Rio 2030⁵⁶, da Casa Fluminense, a partir das potencialidades e desafios territoriais, publicada a cada dois anos, acompanhando o ciclo eleitoral, com escuta ativa, diagnóstico e levantamento de dados, desenvolve um conjunto de propostas para ajudar a orientar gestores públicos no desenho de políticas públicas e ações concretas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ. A Agenda Rio 2030 junto com outras publicações da organização como o Relatório de Monitoramento da Agenda, 12 Agendas Locais⁵⁷, além das parcerias com instituições, especialistas e associados da Casa Fluminense, dá continuidade ao movimento de implementação e territorialização crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Urbana dos países-membros da ONU. A edição de 2022 traz uma novidade em relação a reordenação e formulação das propostas, que antes eram separadas em 10 eixos temáticos de atuação - habitação, emprego, transporte, segurança, saneamento, saúde, educação, cultura, assistência social e gestão pública - agora elas estão divididas em uma abordagem interseccional e intersetorial, a partir das justiças econômica, racial, de gênero e climática.

Seja na Penha, em Realengo, Queimados ou em São Gonçalo. Na Baixada, no Leste, ou no Rio Inteiro, a população suburbana e periférica quer fazer parte do processo democrático, e ninguém mais do que nós que habitamos e vivenciamos os problemas no território para dizer o que precisamos e o que queremos.

“Se juntamos os saberes da população com os saberes e a capacidade de realização do poder público, podemos avançar muito enquanto coletividade. Penso que a

⁵⁵ AGENDAS LOCAIS 2030. Agenda Realengo 2030: agenda de desenvolvimento local. 1 ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendaslocais>> Acesso em: 20 de out 2022

⁵⁶ AGENDA RIO 2030. 1ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendario>> Acesso em: 20 de out 2022

⁵⁷ Já foram publicadas 12 Agendas Locais: Plano Santa Cruz 2030, Agenda Queimados 2030, Agenda Japeri 2030, Carta da Maré, Agenda São Gonçalo 2030, Agenda Vila Kennedy 2030, Agenda Caxias 2030, Agenda Belford Roxo 2030, Agenda Magé 2030, Agenda Itaboraí 2030, Agenda Nossa Meriti.

participação popular no processo de construção das políticas públicas pode ser especialmente efetiva em territórios como os subúrbios, as periferias, as favelas e a Zona Oeste como um todo⁵⁸.” (Roberta Freire, moradora de Bangu, graduanda em Ciências Sociais e aluna do Curso de Políticas Públicas de Realengo)

Esse é o caminho ético para se chegar a uma cidade aberta defendido por Richard Sennett (2018), alcançando assim um equilíbrio harmonioso entre *ville* e *cité*, entre “construir” e “habitar” em prol de uma boa vida urbana. Para o autor não tem uma receita de bolo para uma implantação harmoniosa de uma cidade com pessoas. Mas tentar alcançar esse equilíbrio entre urbanistas e urbanitas pode permitir flexibilizar a *vile*, dando brechas para a apropriação espontânea por “nós” e pelos “outros” em comunhão, construindo espaços permeáveis de encontros cheios de atritos.

Ao pensar no Parque Ary Barroso e em todas as mudanças sofridas desde a sua criação, com uma nova configuração arquitetônica que tiveram como consequência o rearranjo e novas disputas territoriais, e que mesmo tornando-se um espaço menos convidativo e atrativo, os moradores persistem em frequentá-lo, e insistem em lutar para que um dia ele possa voltar a ser pelo menos um tanto do que já foi. Percebo que há uma reapropriação, uma ressignificação, um reencantamento por esse espaço e que muitas vezes passa pelo fato de ter um equipamento cultural nesse lugar. Nesse sentido, as contribuições de Jane Jacobs para pensar nos usos dos parques de bairro serão fundamentais para seguirmos com essa pesquisa no próximo capítulo (JACOBS, 2011).

⁵⁸ AGENDAS LOCAIS 2030. Agenda Realengo 2030: agenda de desenvolvimento local. 1 ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. p.41. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendaslocais>> Acesso em: 20 de out 2022

CAPÍTULO 3 - ESSE RAMAL FAZ INTEGRAÇÃO COM A CULTURA

Desembarcando na última estação dessa pesquisa proponho fazer uma reflexão sobre os possíveis caminhos que poderiam contribuir para um equilíbrio mais harmonioso para viver na cidade, como sugerido por Sennet; e pensar soluções para as problemáticas de um parque como defendido por Jacobs. Para trilhar esse caminho vislumbro que a cultura tem um papel central para encontrar soluções culturais criativas que reinventam o cotidiano da cidade. Para tal, irei me basear em bibliografias como Teixeira Coelho e Victor Vich. Ao longo do capítulo farei uma reflexão sobre o projeto das Lonas e Arenas Culturais, aprofundando sobre a gestão da Arena Carioca Dicró, sua relação com o território, e com os demais equipamentos instalados no Parque Ary Barroso. Por fim, apresentarei os desafios de gestão de equipamentos culturais dando ênfase na mobilização de público e na distribuição dos equipamentos na cidade do Rio de Janeiro. Finalizarei o capítulo narrando sob o ponto de vista dos interlocutores e interlocutoras da pesquisa qual a importância de ter um equipamento cultural como Arena Carioca Dicró no subúrbio carioca.

Jacobs diz que se as pessoas não vão ao parque pelo seu uso genérico ou por impulso, é preciso convertê-lo em um parque específico. Nesse sentido, uma diversidade de usos deveria ser introduzida de forma deliberada dentro do próprio parque. Na perspectiva de um parque quais seriam os produtos indispensáveis especiais para que as pessoas pudessem realmente querer ir frequentá-lo? A autora, a partir da observação de alguns parques americanos problemáticos obtém algumas dicas, dentre elas a presença de uma piscina, quadras esportivas, concha acústica, lago para pesca, festas, peças de teatro, shows, aluguel de bicicletas, espaço para fazer churrasco, pista de patinação de gelo, mesmo que esses artigos de primeira necessidade sejam atividades concentradas em horários específicos do dia, ou sejam atividades menores (JACOBS, 2011). Aterrissando essa observação na realidade dos principais parques do subúrbio carioca, como a Quinta da Boa Vista, Parque Madureira, e Campo de São Cristóvão, sede da Feira de Tradições Nordestinas, tendo a concordar com a autora, visto que a presença de um museu, um zoológico, concha acústica, quiosques, pista de skate, e gastronomia são atividades relevantes o suficiente para que as pessoas frequentem os parques.

É na tentativa e no erro, é na vivência e nas combinações das variadas atividades que podem indicar o que realmente funciona como artigos de primeira necessidade em qualquer parque problemático. Para a autora só a paisagem bonita e a vista panorâmica não funcionam como artigo de primeira necessidade, talvez “devessem”, mas funcionam apenas como complemento. Os parques urbanos nada significam se não estiverem em comunhão com seus

usos reais e concretos, pelo contrário passam a imagem de grandes vazios urbanos, supérfluos, mal localizados, monótonos e incômodos de usar. Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários, mais natural e orgânica será a frequência da população nos parques, recebendo assim em troca a sensação de prazer e alegria, ao invés de vazio, medo e insegurança (JACOBS, 2011).

Na perspectiva do Parque Ary Barroso vários desses conjuntos de atividades eram praticados espontaneamente pelos seus usuários. Com as mudanças no espaço, parte dessas atividades perderam o sentido de praticar no parque, enquanto outras tentavam resistir, como por exemplo a prática de Tai Chi Chuan e de capoeira por determinados grupos. Há um consenso entre os interlocutores e as interlocutoras desta pesquisa que a motivação para retornar a frequentar o parque foi participar da programação cultural da Arena Carioca Dicró, programação esta que será tratada mais à frente. Antes de adentrar sobre a importância de equipamentos culturais públicos no subúrbio, cabe aqui retomar o debate sobre cidade com um novo componente que é a cultura.

3.1 CULTURA PARA PENSAR A CIDADE

Vou trazer aqui as contribuições de Teixeira Coelho (2008) e Victor Vich (2015) para pensar uma nova ideia de política cultural onde a cultura é central para as políticas públicas e que busca encontrar soluções culturais criativas para o cotidiano da cidade (COELHO, 2008). Importante ressaltar que os dois não deixam de lado a ideia de cultura a partir das linguagens artísticas, mas uma nova perspectiva precisa ser formulada apropriada aos novos tempos. A cidade é a primeira e decisiva esfera cultural do ser humano, é necessária uma nova simbiose entre cultura e cidade.

“A renovação e expansão dos recursos culturais da cidade; o apoio às instituições culturais centrais; a criação de recursos culturais de porte cotidiano criando uma malha cultural sólida; a definição de modos culturais criativos de relacionamento com os equipamentos e problemas urbanos; o estímulo à cidade culturalmente diversa; a opção pelo desenvolvimento humano ainda mais que pelo desenvolvimento econômico; o cuidado no respeito e na multiplicação dos direitos culturais, renovados com criatividade; o apoio à ideia de uma nova cidade transformada que com seu exemplo possa mover o mundo; a definição do que podem ser os indicadores dessa nova gestão cultural da cidade; a nova institucionalidade da cultura solicitada pelos novos desafios; a sustentabilidade do processo cultural e, finalmente mas não em último lugar, o papel da sociedade civil no novo arranjo da cultura na cidade que deve tornar realidade uma política cultural de proximidade — esses são alguns dos vetores da discussão que ora se propõe e que se pode resumir numa frase: traduzir a cultura em vetor da vida cotidiana.”(COELHO, 2008, p.9)

A cidade deixou de ser inevitável e passou a ser necessária, um desejo natural, hoje grande parte da população mora nos centros urbanos. Mas o tal direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre, que está ligado ao direito à vida urbana, transformada e renovada, concretizada em uma sociedade organizada em outras bases sem ser a capitalista, com moradia e transporte digno, com um entorno que ofereça as conveniências e atrativos da cidade, de um imaginário do centro da cidade, nos bairros e periferias, ainda não foi plenamente alcançado. As pessoas lutam por isso, e como atender às suas reivindicações é a grande questão.

“O modo tradicional, na verdade nunca suficientemente implementado, baseava-se no modelo de sociedade que tinha na economia o centro de tudo, com o demais girando em órbitas menos ou mais afastadas do centro, conforme a natureza da questão. A fortaleza econômica deveria criar as condições para o que se convencionou chamar de serviços públicos e infraestrutura urbana. Esses são, aliás, dois dos cinco vetores propostos à Terceira Via pelo sociólogo britânico Anthony Giddens e que, de resto, consubstanciam um lugar comum da administração pública.” (COELHO, 2008, p.63-64)

Porém, algo a mais, algo de novo se faz necessário, e esse diferencial na administração pública hoje é a cultura, ou de modo mais amplo, a esfera do imaginário. Para que essa lógica se apresentasse com força foi preciso alterar o modo de considerar a estruturação das relações sociais, uma inversão de posição da economia e cultura.

“Se economia e cultura não inverteram suas respectivas posições, de infraestrutural para superestrutural e vice-versa, não há dúvida de que o melhor pensamento reconhece hoje, no mínimo, que cultura e economia ocupam uma mesma plataforma e que a segunda é a tradução da primeira em termos materiais assim como a primeira não deixa sob algum aspecto de ser a consequência da segunda.” (COELHO, 2008, p.64)

Países que colocaram ainda mais a cultura como mola propulsora da administração pública, como no caso da França, ao criar o Ministério da Cultura no final da década de cinquenta do século XX, viram o poder aglutinador e propulsor do desenvolvimento material e humano na sociedade. Mesmo em países como no caso dos EUA em que a política cultural não tem tanto a mesma importância na administração pública, mas tem uma dinâmica cultural e artística promovidas por diferentes sujeitos sociais privados levou a esfera do imaginário a ocupar um lugar decisivo no cotidiano da cidade, em especial na cidade de Nova York. Em 2008, um estudo, do Center for an Urban Future, indicava que 8% da força de trabalho da cidade vivia dos modos de produção da cultura. Essa é a porcentagem responsável pela imagem mundial da cidade, de ser capital mundial da cultura. É essa imagem que atrai recursos e pessoas para a cidade, e são essas pessoas e recursos que aumentaram o capital cultural da

cidade, num ciclo virtuoso, que tem tudo para continuar crescendo mesmo que se abata uma crise econômica na cidade (COELHO, 2008).

No Brasil, a indústria criativa é responsável por 2,91% do PIB em 2020, valor comparável à produção total do setor de construção civil e superior à produção total do setor extrativista mineral. Assim como empregou 935 mil profissionais, um aumento de 11,7% comparado a 2017. Número que se torna ainda mais relevante ao considerar que no mesmo período, o mercado de trabalho brasileiro registrou uma contratação de -0,1%. Isso evidencia a solidez do mercado criativo mesmo diante das relevantes oscilações político-econômicas e sociais que marcaram os últimos anos (MAPEAMENTO INDÚSTRIA CRIATIVA, 2022, p.8). Mesmo com dados tão relevantes, o que se vê nos últimos anos tanto na esfera federal e estadual, com alguns avanços na esfera municipal, é uma maior atenção dada a outros setores. Comprovado, por exemplo, com a extinção do Ministério da Cultura, veto à Lei Aldir Blanc 2 e Lei Paulo Gustavo (revista graças a mobilização do setor cultural junto com parlamentares), censura à cultura, criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, e sucateamento de equipamentos culturais.

O autor segue defendendo que cultura não é só linguagem, cultura também é garantir transporte público digno, prestação de serviços públicos essenciais, ou como propõe Anthony Giddens, responsabilidade individual reforçada. Ou como sugere Nestor Canclini, cidadãos organizados em rede e participando do que é oferecido. “Cultura é uma cidade arquitetonicamente sugestiva, que saiba harmonizar as necessidades evidentes de preservação do patrimônio com a acolhida do novo indispensável à vitalização do imaginário” (COELHO, 2008, p.66).

É uma forma de traduzir em ações as recomendações da Agenda 21 Da Cultura, um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural, como por exemplo o artigo 35:

“Convidar criadores e artistas a comprometerem-se com as cidades e com os territórios, identificando problemas e conflitos da nossa sociedade, melhorando a convivência e a qualidade de vida, ampliando a capacidade criativa e crítica de todos os cidadãos e, muito especialmente, cooperando para contribuir à resolução dos desafios das cidades.”⁵⁹

⁵⁹ Agenda 21 da Cultura: um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Barcelona, 8 de maio de 2004. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/176477/mod_page/content/10/agenda21.pdf> Acesso em: 27 de out de 2022. A Agenda 21 foi aprovada no Fórum Universal das Culturas, em Barcelona, no ano de 2004, como um documento orientador das políticas públicas de cultura e como contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade.

Um dos perigos e grande desafio é não instrumentalizar, de forma manipulável, a cultura para que fique a serviço de gestores e planejadores. Para se somar a essa reflexão trago as contribuições de Victor Vich (2015), sobre os desafios das políticas culturais para que se torne um dispositivo central para provocar mudanças nas relações sociais existentes.

O autor compartilha um pensamento e ação que vem de uma tradição latino americana⁶⁰ que posiciona a cultura como um agente de transformação social e revela as dimensões culturais de fenômenos aparentemente não culturais. A proposta é desculturalizar a cultura, ou seja, a cultura como recurso para intervir na transformação social, desconstruir a cultura com elementos da própria cultura. (VICH, 2015)

Para tal é preciso questionar as teorias que definem a cultura como algo isolado, independente e autônomo, separado da esfera política e econômica, um discurso da modernidade. Para o autor, a melhor definição da cultura vem da antropologia contemporânea, um dispositivo socializador a partir do qual nós seres humanos nos constituímos como tal. A cultura produz sujeitos, além de produzir e reproduzir relações sociais. Produz desejos, leis, e práticas, a partir dos quais são geradas as estruturas de pensamento e as subjetividades que as habitam. É ela quem codifica nossas ideias a respeito da diferença sexual, racial, nossas relações com a natureza, citando alguns exemplos (VICH, 2015).

Sendo assim o objetivo das políticas culturais para além de fomentar a produção simbólica e a democratização da cultura, deve apontar para algo novo, como tentar desconstruir os imaginários hegemônicos, e os símbolos da cultura geralmente são um lugar de resposta (VICH, 2015).

Vivemos numa sociedade desigual, onde suas principais divergências podem ser entendidas como problemas culturais, como a corrupção, o autoritarismo, o machismo, o racismo. Ou seja, problemas relacionados ao estilo de vida. O autor parte da premissa que a cultura é um dos principais espaços onde essas práticas se enraízam, no qual esses poderes autoritários se estabelecem. Mas a cultura também é o espaço onde tudo pode ser radicalmente questionado. Logo ele compreende a cultura como um lugar de resposta à hegemonia oficial, onde o imaginário é trabalhado. Em muitos países, há investimentos em transporte, segurança, mas não há investimento público e iniciativas para combater esses problemas culturais,

⁶⁰ O autor se refere às contribuições que começam desde os estudos de Paulo Freire, Fals Borda, e Augusto Boal, assim como as contribuições acadêmicas no campo das políticas culturais como Nestor Canclini, Jesús Martín Barbero, George Yúdice, Doris Sommer, Diana Taylor; e dos estudos decoloniais na América Latina como Catherine Walsh, Santiago Castro Gómez, Walter D'Ávila, e Aníbal Quijano.

promovendo novos modelos de identidade sob novos ideais, que possam reformular nossas ideias sobre justiça social (VICH, 2015).

As políticas culturais devem intervir a partir de duas estratégias: entendendo as lógicas de poder e abrindo mais espaços para que as identidades excluídas acessem o poder, que representem a si mesmas, participando como atores e atrizes; e promovendo outras representações culturais que desestabilizam os imaginários hegemônicos, o padrão. O poder produz discursos, mas os discursos também desestabilizam o poder (VICH, 2015).

Nesse sentido, os objetos simbólicos, os objetos culturais servem como dispositivos para criar novos sentidos, novas relações sociais, e serem capazes de neutralizar o poder. Portanto, o trabalho em cultura deve ser transversal em todas as políticas de governo, pois para uma mudança política ser efetiva e verdadeira, é necessário ao mesmo tempo uma mudança cultural que deve estar enraizada nos desejos e práticas cotidianas das pessoas. Uma política cultural bem-sucedida entende a cultura como a geração de um processo e não de um evento, além disso é capaz de se articular com atores e atrizes diversos. As políticas culturais devem ter clareza sobre onde intervir, porque fazê-lo e quais são os objetivos a alcançar. Entendendo aqui intervir, como introduzir ou expor algo, tornar visível um tema latente na sociedade. A partir disso cabe uma nova definição do gestor cultural (VICH, 2015).

Vich considera o gestor cultural não como simples administradores de projetos, ou encarregados em gerenciar eventos, mas são agentes culturais, ativistas que estão integrados com os problemas locais, e que a partir deles realizam seu trabalho. O gestor cultural vai tanto mapear a produção cultural local, quanto diagnosticar os problemas sociais para propor com eles novas intervenções simbólicas, gerenciar sobretudo a desconstrução de imaginários hegemônicos e a produção de novas representações sociais. O autor considera o trabalho que um gestor cultural similar ao de um curador de galeria, encarregado em selecionar objetos simbólicos e de construir com eles um roteiro de acordo com as temáticas que se optou em intervir. O gestor deve, portanto, organizar, reposicionar e enfatizar, assim como ativar processos de discussão pública e de mudança política (VICH, 2015).

Por exemplo, se um local apresenta um alto índice de violência contra a mulher, a maioria das atividades culturais realizadas deveriam estar dedicadas a intervir nesse assunto, através de ciclos de cinema, exposições artísticas, teatro, intervenções de rua, conferências, congressos, música, textos. Atividades relacionadas entre si que possam se desenvolver durante um longo período para tratar do tema em questão. O autor insiste que essa proposta de pensar política cultural não deve interferir nos programas de fomento à produção cultural, ele só nos apresenta uma nova maneira dos bens e serviços culturais circularem, e que os gestores culturais

possam ser curadores e investigadores permanentes da realidade social. O grande objetivo é tentar ativar processos de mudança utilizando a potência dos símbolos e fazendo-os circular sob novos critérios curatoriais (VICH, 2015).

“as políticas culturais não servem exatamente para resolver os problemas sociais, mas consistem sobretudo, ‘na intenção de reformular os problemas em si mesmos, em modificar o quadro ideológico no qual os problemas foram percebidos até o momento.’” (VICH, 2015, p.19-20)

Concluindo, as políticas culturais são dispositivos na construção de uma maior cidadania. Desculturalizar a cultura portanto refere-se a arrancar a cultura de uma suposta autonomia e utilizá-la como recurso para intervir na transformação social (VICH, 2015).

Nesse sentido, a partir das contribuições desses autores, retomando a análise do Parque Ary Barroso, e o papel da cultura para pensar suas problemáticas, a partir da Arena Carioca Dicró, se faz necessário retomar o projeto das Lonas e Arenas Culturais na cidade do Rio de Janeiro.

3.2 ARENA CARIOCA DICRÓ COMO FIO CONDUTOR E FERRAMENTA DE TÁTICAS NO TERRITÓRIO

Recapitulando, as Arenas Culturais são equipamentos públicos de cultura, co-geridos pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, e organizações da sociedade civil, consideradas um projeto mais moderno, inspirado nas Lonas Culturais. Sendo que diferente do processo de criação, instalação, e implementação das Lonas, que iniciou como uma reivindicação da comunidade junto com agentes culturais locais representantes de organizações sociais locais, e que foi um projeto político articulado de “baixo para cima” (FERRAN, 2007), as Arenas tiveram um processo de construção de “cima para baixo”. Não digo aqui a respeito da gestão do equipamento em si, mas da sua instalação, visto que por exemplo, no caso da Arena Dicró que foi construída dentro de um parque, sem um processo de escuta, inclusive para definição do seu nome. Ao menos homenagearam um grande artista, intérprete e compositor da música popular brasileira, que foi morador da Zona da Leopoldina, Carlos Roberto de Oliveira, mais conhecido como Dicró.

“Nesta medida, as Lonas Culturais são como um elo de ligação entre diferentes grupos sociais. Num primeiro momento, entre artistas e moradores de subúrbios, em seguida entre o setor público e as organizações e, num terceiro momento, entre as organizações e a comunidade e a cidade como um todo.” (FERRAN, 2007, p. 136)

O objetivo das Lonas Culturais era de descentralizar os equipamentos de cultura, viabilizar o acesso à cultura, contribuir para formação de plateia, e promover a transformação social e a melhoria da qualidade de vida (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005). Podemos dizer que dentre alguns desafios de gestão como o baixo recurso financeiro para manutenção e administração do espaço, e o sucateamento em alguns períodos, estas são as mesmas razões para o sucesso do equipamento, além de estimular o surgimento de novos artistas. Os subúrbios passaram a ter uma nova centralidade cultural na cidade.

O processo de construção das Lonas Culturais pode ser identificado durante três grandes períodos: o primeiro período, de 1993 a 1995, a fase inicial em que as reivindicações pelas lonas da Eco-92 foram liberadas e implementadas em Campo Grande, Bangu e Realengo, período também do aumento de pedidos de outras Lonas em outras áreas da cidade, de solicitação de maior infraestrutura, e de pleitear por apoio financeiro da prefeitura. O segundo período, de 1996 a 1999, é referente a criação do projeto institucional Lonas Culturais visando a construção de uma rede, foi nesse período inclusive que as lonas passam a ser denominadas oficialmente como “lonas culturais”, da ampliação do conhecimento das lonas não só pelos moradores dos subúrbios como também despertaram a atenção dos políticos e passaram a integrar oficialmente a rede municipal de teatros. As novas unidades já contam com uma infraestrutura maior como camarim, bar, sala de administração, e banheiros. O terceiro período, a partir dos anos 2000, conta com uma maior divulgação por parte da imprensa e um aumento da frequência de público, fator favorável para as organizações conseguirem um aumento da verba, que passou de 60 mil reais anual para 180 mil reais (FERRAN, 2007, p.137). No último chamamento público para a escolha de organização da sociedade civil para celebração de Termo de Colaboração, visando à cogestão da Lona Cultural Municipal Herbert Vianna - Maré, em 2021, tendo em vista o momento da pandemia tanto os parâmetros do Plano de Trabalho para a execução da cogestão, quanto o valor da mesma, precisaram ser revistos, de forma a adequar-se às restrições orçamentárias que a secretaria enfrenta. Sendo assim, o repasse anual que era de 300 mil reais precisou ser reduzido para 219 mil reais.⁶¹

Não pretendo aqui fazer uma análise do projeto das Arenas Culturais, visto que ainda há poucos estudos, e que o objetivo aqui é mais de compreender como foi construída a gestão especificamente da Arena Carioca Dicró. Minha reflexão se dá a partir da minha experiência como produtora no equipamento, referente ao período e 2014 a 2016, e das interlocutoras da pesquisa, Ana Paula Gualberto, produtora da Arena Dicró no período de 2017 a 2021, e Gisele

⁶¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO. Edital de Chamamento Público nº 05/2021.

Jacob, atual coordenadora de produção do equipamento, mas que foi produtora do mesmo equipamento nos primeiros anos de funcionamento, 2012 a 2014. A *live* “O Valor Do Encontro com Isabela Souza”⁶², transmitida no Instagram da Arena Dicró no dia 29 de agosto de 2020, mediada pela coordenadora na época, Rebeca Brandão, também irá auxiliar essa análise. Isabela Souza é diretora do Observatório de Favelas, e foi coordenadora institucional da Arena Dicró no período de 2012 a 2016. Também utilizarei bibliografias complementares sobre gestão pública de equipamentos culturais, e outros documentos disponíveis sobre a Arena Carioca Dicró e o Observatório de Favelas.

O Observatório de Favelas, completou em 2022, 21 anos de atuação com programas, projetos e atividades que apontam caminhos para superar as desigualdades e fortalecer a democracia a partir da afirmação de favelas e periferias como territórios de potências e direitos. A organização conta com três espaços físicos, a sede, o Galpão Bela Maré e a Arena Carioca Dicró. Seus projetos estão divididos nos eixos Comunicação, Direito À Vida e Segurança Pública, Educação, Políticas Urbanas, e Arte e Território, o qual a gestão da Arena Dicró faz parte. O Observatório de Favelas faz a gestão da Arena já há dez anos. Seu objetivo é garantir que esse equipamento cultural seja um espaço público cultural de produção, difusão, formação e mobilização cultural; de sociabilidade para público de todas as idades; de encontro de cenas; e de fortalecimento de trajetórias principalmente de trabalhadoras e trabalhadores da cultura, moradores e/ou provenientes de favelas e periferias. Parte significativa do trabalho que está sendo desenvolvido visa garantir a realização e o fomento aos processos artísticos gratuitos ou a preços acessíveis aos moradores da região da Penha e adjacências. A Arena Carioca Dicró, funciona de terça a domingo, as atividades oferecidas estão organizadas em sete eixos: aulões, oficinas regulares, curso livre, programação artística, participação ampliada, residências artísticas, e diálogos⁶³. Como anteriormente mencionado, as Lonas e Arenas possuem um modelo de co-gestão entre Secretaria Municipal de Cultura e organização da sociedade civil, porém cada uma apresenta um plano de trabalho específico, de acordo com os critérios previstos no edital de chamamento público.

Valores como espírito de equipe, favela como potência, proximidade com o público, não hierarquização entre linguagens artísticas, produtos culturais e artistas, excelência, e vínculo territorial atravessam o trabalho da gestão, como descrito no site.

⁶² Live O Valor do Encontro com Isabela Souza. Arena Carioca Dicró, 29 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CEfT8djp8dz/>> Acesso em 20 de outubro de 2020

⁶³ OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Relatório Anual 2021. Disponível em: <<https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-Institucional-2021-OF.pdf>> Acesso em: 05 de nov de 2022.

“Somos muitos, somos a Região da Leopoldina inteira e para além e nosso desafio é insistir em processos diversos de formação, mobilização, difusão e produção cultural. Ao olhar a planta da Arena vê-se um teatro, um restaurante e uma recepção, mas no cotidiano o que se experimenta neste espaço é um conjunto de experiências que por vezes transcendem o cotidiano do ir e vir de um teatro e adquire vínculos culturais de afeto, cuidado e zelo com o espaço.”⁶⁴

Sobre equipamento cultural entende-se como “edificações destinadas a práticas culturais” (COELHO, 1997, p. 164), teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, museus, dentre outros. São espaços fundamentais para promoção, fruição, valorização e criação das práticas artísticas. Além disso, do ponto de vista social, inserem as práticas culturais no conjunto das práticas do cotidiano dos indivíduos, transformando-se em importantes espaços de sociabilidade assim como são extensões dos espaços públicos, e são ambientes com potencial de influenciar na construção de valores e dos padrões de sociabilidade. Por fim, do ponto de vista econômico, mobilizam a cadeia produtiva cultural e se associam com outras dimensões econômicas, como o turismo e o comércio. (SANTOS; DEVEL, 2018)

Os equipamentos culturais apresentam desafios das mais diferentes ordens. Os desafios econômicos, de manutenção do espaço, a não interrupção das atividades e a lógica de trabalhar por projeto que predomina na forma de financiamento público destinado às atividades culturais. Um segundo desafio é a fidelização de público, seja pela dificuldade em acessar o espaço, por questões de segurança ou de transporte público, ou pela mudança de padrões de sociabilidade. A má distribuição dos equipamentos públicos, desafios de ordem curatorial e de baixa representatividade política do segmento cultural. Esse conjunto de desafios atravessam o trabalho dos gestores culturais. (SANTOS; DEVEL, 2018)

Santos e Devel (2018) propõem uma estratégia de gestão cultural que considere o território e suas originalidades identitárias. Situando as potencialidades identitárias no centro dos processos de gestão, pode ser um conhecimento importante para superar as adversidades e criar equipamentos culturais desejados, atuantes e comprometidos com a transformação social. Os autores propõem:

“o estabelecimento de uma relação alinhada entre a identidade dos equipamentos culturais e as características identitárias dos territórios nos quais estão localizados como princípio central de suas estratégias de gestão em prol do seu desenvolvimento organizacional, do fortalecimento das ações de cooperação interorganizacional e, por fim, de um maior impacto das instituições culturais no desenvolvimento local” (SANTOS; DEVEL, 2018, p.14)

⁶⁴ ARENA CARIOCA DICRÓ. Sobre. Disponível em: <<https://arenacariocadicro.org.br/sobre/>> Acesso em: 05 de nov de 2022.

O processo de territorialização da gestão acontece em três etapas: conscientização, construção e alinhamento.

“A primeira diz respeito a conscientização, por parte de cada equipamento, dos aportes possíveis que o seu entorno pode fazer para a definição de sua visão, cultura e imagem, elementos estes que, devidamente alinhados, lhe garantirão uma identidade organizacional territorializada. A segunda etapa refere-se a como aplicar os mesmos princípios para a construção de uma estratégia baseada na cooperação entre equipamentos culturais e outros atores que compartilham o mesmo território com o propósito de construir um a identidade interorganizacional territorializada. Por fim, a terceira etapa propõe como o alinhamento entre as dimensões organizacional e interorganizacional, em torno do território, concorre para a articulação entre desenvolvimento cultural e territorial.” (SANTOS; DEVEL, 2018, p.16)

Antes de assumir a gestão da Arena Carioca Dicró, por meio de seleção via edital de chamamento público, a primeira experiência de gestão de equipamento cultural foi com o Galpão Bela Maré, fundado no ano de 2011, com o objetivo de disputar a narrativa da cidade a partir dessa gestão.

“Eu acho que com o Bela o Observatório de Favelas inaugura a possibilidade política de disputar a cidade a partir da arte, a partir da cultura ... da gestão de equipamentos culturais, na verdade, não a partir da cultura, a partir da arte e da cultura a gente já fazia desde o Imagens do Povo, e é bem antigo, o Imagens do Povo tem 19 anos, então eu acho que com o Bela na verdade tem essa grande virada de gerir equipamentos culturais a partir dessa nossa ... desse nosso conjunto de metodologias, a partir dessas nossas perspectivas conceituais, teóricas e metodológicas, pode ser uma estratégia de ação, de disputa por narrativa mesmo, nessa conjuntura contemporânea, eu acho que foi centralmente isso, a gente sempre falou e a gente segue falando isso que nós não somos ... nosso DNA não é de uma organização produtora, nós não somos no DNA produtores culturais, nós não somos no DNA gestores culturais de equipamentos culturais, em algum momento a gente entendeu estrategicamente que a partir dessa nossa história, desse conjunto de investimentos que a gente fazia que essa era uma possibilidade política de disputa por narrativa mesmo.”⁶⁵ (Isabela Souza)

No mesmo ano em que assumiu a gestão da Arena Carioca Dicró, em 2012, o Observatório de Favelas elaborou e produziu o projeto Solos Culturais, que era um projeto de formação de cem jovens em cinco favelas diferentes em produção cultural e pesquisa social. O projeto aconteceu ao mesmo tempo no Complexo da Penha, no Complexo do Alemão, na Cidade de Deus, na Rocinha e em Manguinhos. Isabela Souza na época foi contratada para ser articuladora do projeto na Penha. Assim se inicia a relação com os sujeitos do território.

⁶⁵ Live O Valor do Encontro com Isabela Souza. Arena Carioca Dicró, 29 de ago. de 2020. Minutagem: 15min50s - 17min15s. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CEfT8djp8dz/>> Acesso em 20 de outubro de 2020.

Isabela: (...) e ai eu acabei me transformando né, sendo escolhida para ser articuladora do Solos Culturais na Penha, no conjunto de favelas da Penha, foi um projeto que aconteceu ao mesmo tempo na Penha, no Alemão, na Rocinha, na CDD, em Manguinhos, foram cinco territórios num primeiro momento, depois a gente fez na Maré, e ai me chamaram para ser da Penha, e ai eu nem entendia muito bem porque me escolheram, me chamaram para ser da Penha assim, e ai eu fui articuladora do Solos lá ..

Rebeca: isso ai foi em que ano Isa?

Isabela: 2012, o Solos, e aí foi lá que eu conheci muita gente, o Tiago, a Livia, o Henrique, muitos dos nossos ... é .. o Veríssimo, a Ana Santos, muitos dos parceiros...

Rebeca: muita gente que está nos assistindo inclusive.

Isabela: muita gente que acompanha e que com quem a gente vem construindo desde de 2012, que também foi quando a gente assumiu a Arena, a gente .. eu conheci nesse contexto e aí eu fiquei articuladora do Solos durante quatro meses e aí em junho, eu soube exatamente no mês que a gente assumiu, eu soube que a gente tinha ganho essa licitação pública para gerir esse equipamento público cultural (...)⁶⁶

Como explicitado por Isabela Souza, o Observatório de Favelas assume a gestão em junho de 2012, e por ela ser a pessoa da organização que circulava pela Penha por conta do projeto Solos Culturais, a instituição optou por colocá-la na função de coordenadora institucional da Arena Dicró, junto com Walter Macedo Filho, que assumiu a função de coordenador geral, e que tinha experiência com o Sesc São Paulo, na gestão cultural.

A gestão cultural da Arena Dicró foi marcada desde o início pela importância de manter o diálogo sempre aberto com o território, pelo atendimento ao público de qualidade, pelo cuidado com o espaço, entendendo a função do gestor como um zelador do espaço.

“Primeira coisa que a gente fez, e essa foi uma diretriz da direção do Observatório naquele momento foi antes do dia de abertura, no dia 16, antes do horário público de abertura, a gente convidou todas as lideranças que a gente tinha mapeado em termos de rede, então é óbvio que eu não posso falar “ah a gente convidou todas as lideranças”, não né, a gente ... pode ser ... muito provavelmente a gente não convidou algumas pessoas que hoje são chaves no nosso trabalho e que por a gente não estar ali há tanto tempo a gente não sabia, nós não somos uma organização da Penha, isso é claro assim dentro do nosso trabalho, então como a gente estava chegando ali, a gente tinha todo esse anseio e esse desejo de construir “com”, antes de abrir eu lembro que foi sei lá duas horas mais cedo a gente convidou as lideranças que a gente tinha mapeado principalmente fruto desse fluxo mesmo no Solos Culturais né, que a gente já estava lá desde março e tal, com encontros regulares, uma juventude muito forte , mobilizada por esse projeto, pra conversar e falar o que a gente tava querendo ali, e aí eu lembro que então a diretoria do Observatório falou coisas parecidas com isso que eu tô dizendo aqui sobre esse desejo de que o que a gente estava construindo ali, além de fazer uma diferença, a maior diferença possível para aquele território, ter essa pretensão também de criar uma metodologia que pudesse ser escaladas, com muito respeito, cuidado e carinho com o que as pessoas e as instituições vinham construindo ali dentro de suas possibilidades, mas abrindo realmente a porta para as pessoas que tavam recebendo a gente na verdade né, ali naquele espaço.”⁶⁷ (Isabela Souza)

⁶⁶ Ibidem, Minutagem: 12min24s - 13min41s.

⁶⁷ Ibidem, Minutagem: 20min10s - 21min55s.

Essas são de fato características que permeiam a sua gestão, no entanto, no que se refere ao diálogo com o território apesar de frequente, como por exemplo sua participação da Rede Comunitária Tamo Junto da Penha, e na realização do Conselho Consultivo, como veremos mais adiante, há quem duvide da sua eficácia e veja limitações, como será pontuado por Arthur Lucena nos próximos parágrafos.

A Arena Carioca Dicro é vista pela coordenação como um território artístico. Um dos eixos centrais da gestão é o eixo das residências artísticas, que tem como objetivo criar condições para que grupos artísticos do território possam ocupar o espaço. Esse trabalho começou com o Teatro da Laje, grupo de teatro da Vila Cruzeiro, que tinha um investimento financeiro por conta do projeto ter conquistado o edital do Programa de Fomento às Artes, da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, essa metodologia foi expandida mesmo que sem os recursos financeiros que estavam envolvidos na residência artística do Teatro da Laje.

Essa necessidade de garantir o espaço e a estrutura necessária para que grupos artísticos do território possam ocupá-los, leva a um debate sobre a importância de fomentar os espaços de arte e cultura em territórios onde historicamente esses espaços não foram fomentados. Para Isabela Souza, os equipamentos fora dos eixos centrais da cidade respondem sobre direitos fundamentais, não só sobre cultura. Os equipamentos culturais territorializados não respondem às urgências apenas do direito cultural, eles são comprometidos com as realidades dos próprios territórios.

“Então na Arena a gente tem a Penha e todas as suas peculiaridades, na Maré são outras peculiaridades, outras urgências, outras redes colocadas e eu acho que o que eu vejo de equipamentos e experiências similares às nossas ... eu acho que essas lives também foram muito interessantes por isso, porque a gente apresenta à sociedade a possibilidade de ter um leque de referências não centrais para pensar gestão e produção cultural a partir de perspectivas territorializadas, que são incansáveis na luta pela garantia de direitos fundamentais e eu acho que isso é muito importante a gente marcar, não há a possibilidade de um teatro ou uma escola de dança, para ser uma coisa bem que tem em todo lugar, que tá num território favelado ou periférico no contexto do Brasil hoje, fazer só isso, assim, isso não existe, quem acha que isso existe está fora de um contexto”⁶⁸(Isabela Souza)

Outro campo dentro da gestão do equipamento que evidencia a importância de manter o trabalho articulado com o território é o campo da mobilização e articulação, representado por uma pessoa do território que trabalha na equipe, que tem a função não apenas de falar do trabalho da Arena Dicro e articular com o poder público as iniciativas, mas principalmente

⁶⁸ Ibidem, Minutagem: 43min44s - 44min49s

estabelecer um canal com o território, fazendo um fluxo tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro.

“(...)eu lembro que bem no comecinho a gente fazia isso, você me levou a uma série de reuniões da Rede Comunitária da Penha, a Rede Tamo Junto, um salve para o pessoal da Rede Tamo Junto, mas eu acho que o trabalho de mobilização e articulação vai além disso, eu acho que ele passa muito por o que você acabou de falar, que é entender o que o território está vivendo e tá ansiando de alguma forma e se relacionar com essas pautas, a gente inúmeras vezes se coloca à disposição das escolas da 4ª CRE pra pensar em programações que sirvam de apoio à programação ao conteúdo escolar, a gente também faz isso com outros parceiros como o pessoal da assistência social(...)”⁶⁹ (Rebeca Brandão)

A gestão da Arena Dicró sempre prezou por manter esse vínculo com o território, seja através da escuta do público ou na composição da sua equipe, tanto eu, quanto Ana Paula e Gisele temos ou construímos algum tipo de relação seja com o bairro, com o parque ou com a Arena. E todas somos suburbanas, da Penha, de Irajá e da Abolição. O que do meu ponto de vista faz uma baita diferença, ter essa identidade suburbana que atravessa o sentimento de pertencimento e a construção do trabalho a ser desenvolvido. Digo isso a partir da experiência que tive numa outra Arena Cultural do subúrbio, em que trabalhei como coordenadora de produção, mas que era gerenciado por uma organização social de São Paulo que tinha uma lógica elitista de “levar cultura” para o território ao invés de reconhecer e potencializar as produções culturais locais, criando uma série de dispositivos que muitas vezes dificultavam o trabalho dos produtores e produtoras.

Mesmo diante de todo esse trabalho de gestão atentos a importância de construção de vínculo com o território, ainda é muito comum ouvir das pessoas que estão indo pela primeira vez na Arena Carioca Dicró, depois de dez anos, dizer que nunca tinha ouvido falar do equipamento, que não sabia que existia, que moram ali do lado mas nunca soube. Arthur Lucena, apesar de compreender a importância da presença do equipamento instalado ali, como já relatado no capítulo anterior, destaca em sua fala a dificuldade que existe de diálogo da Arena Carioca Dicró com a favela.

“Mas a grande dificuldade é o diálogo que existe entre Arena Carioca Dicró, o Observatório de Favelas, com a favela. Eu, em quase seis anos, eu cheguei até discutir isso com uma antiga produtora cultural daqui. Que eu na época, março de 2019, começo de 2019 que eu tive essa discussão com ela no grupo da Valores. Eu, em dois anos e meio, era mais conhecido pelas escolas, do que a Arena Carioca Dicró. Que não frequentava os espaços, que não ia nas escolas. Só levava papel lá com a programação e acabou. Eu ia lá dentro conversar com as professoras, trazer projetos de capoeira, de dança, disso, aquilo outro e tudo mais, articulava pra dialogar isso,

⁶⁹ Ibidem, Minutagem: 46min25s - 47min9s

além de divulgar também cobrir os eventos que a própria escola fazia. ” (Arthur Lucena, 09/10/2022)

Fernando Souza, também tinha essa percepção da dificuldade de trazer o público das favelas para o dia a dia da Arena Carioca Dicró.

“É, ao mesmo tempo né, tinha uma coisa naquele momento também da gente entender a Arena Dicró como um espaço importante, como um equipamento público que tinha lá a programação, mas que também tinha dificuldades, eu acho assim, pelo menos a gente lia dessa forma, sacou Taty, tinha dificuldade de trazer o público, trazer o público das favelas para o seu dia a dia. A minha percepção, a percepção que eu tinha por vezes assim, em alguns eventos até maiores, é que você tinha às vezes, muita gente dos bairros do entorno né, da Penha, dos bairros dos arredores da Penha, e do asfalto, vamos dizer assim da Penha, mas das favelas, nem sempre ... não era tão frequentado vamos dizer assim pelas favelas, e não to falando aqui que não havia um esforço de comunicação e tudo mais (...)” (Fernando Souza, 24/03/2021)

Apesar de ser importante relatar esse ponto de vista e ao mesmo tempo ser frustrante pra mim enquanto produtora que já fui desse equipamento, e mesmo hoje em dia, perceber que ainda a Arena Carioca Dicró é distante de muitas pessoas, vale a pena levantar aqui alguns desafios no que diz respeito ao público.

Sem dúvida, aproximar o público das favelas é um desafio cotidiano e estrutural para a gestão, principalmente por um dos grandes motivos estar relacionado ao fato dos moradores de favelas e periferias não ter uma relação de pertencimento com esses equipamentos culturais, por acharem que não tem o direito de entrar e usufruir desse espaço.

“ausência física, estrutural de um equipamento de cultura nas regiões de periferia, ela já acontece há tanto tempo, e de uma maneira digamos tão assim, colocada no senso comum né, natural, naturalizada na verdade, que as pessoas se acostumam a não ocupar e frequentar esses espaços. Até por ele . por um dos grandes motivos, é que as pessoas que são moradoras de periferia elas não tem uma relação de pertencimento com esses espaços né, os espaços culturais eles estão muito vinculados a questão de erudição né ... quando fala que a pessoa é culta né, que a pessoa é erudita , ouve música clássica, vai para o teatro, e essa não é a realidade de quem mora na Penha. Então, quando vai falar assim, naturalmente já distancia do público né. Eu acho que esse é um desafio que está dado não só na Arena Dicró, mas na grande maioria enfim das Lonas e Arenas, que é o que a gente tem de equipamento de cultura nas regiões de periferia né, e tem alguns outros teatros, a gente vai falar de repente lá na Baixada do Teatro Raul Cortez, aquele teatro de Marechal, acho que é o Teatro Arthur Azevedo o nome. Eu acredito que sejam realidades que as gestões também passam por situações semelhantes, entendeu?” (Ana Paula Gualberto, 14/07/2021)

A Arena Carioca Dicró sempre disponibilizou o acesso ao wi-fi gratuito que tinha cobertura no pátio externo, mas que também conseguia pegar fora da Arena ficando perto da grade lateral. Um dia, um grupo de meninos que deviam ter entre 9 e 12 anos, estavam todos grudados na grade, com seus celulares na mão, tentando navegar na internet através do wi-fi da

Arena. Nós perguntamos porque eles não entravam e ficavam dentro da Arena, sentados nos pallets que ficam disponíveis para o público para sentar ou deitar, tipo uma espreguiçadeira. Os meninos nos olharam e perguntaram: Mas a gente pode entrar? Creio que tentar desenvolver no público uma relação de pertencimento, de que usufruir daquele equipamento é dele por direito, é um trabalho e responsabilidade dos produtores e produtoras que atuam em equipamentos culturais localizados nos subúrbios, favelas e periferias.

Me recordo de algumas ações que fizemos para fora dos muros e grades da Arena. Uma delas foi o Clube de Leitura realizado em algumas escolas da Penha, que era realizado mensalmente, em parceria com a escritora Heloísa Seixas, que em uma das suas visitas ao espaço se encantou e se colocou disponível para contribuir de alguma forma com o projeto de gestão da Arena. Outra foi um cortejo com a Escola Livre de Palhaço pelo Morro da Caixa D'Água, que participava se não me falha a memória, do Festival Internacional de Circo, que tinha apresentações na Arena Dicró. Lembro que a apresentação era de tarde na área externa da Arena e que o cortejo foi realizado pela manhã um pouco antes do almoço, com a intenção de convidar as crianças e seus familiares para assistirem ao espetáculo circense. O resultado foi o melhor possível, tivemos um público majoritariamente formado por moradores da favela. Esse tipo de ação de mobilização de público não dependia apenas da gestão do espaço, acreditamos que é uma via de mão dupla, em parceria com as produções artísticas que passavam por lá, principalmente aquelas que não são do território.

Uma outra prática adotada pela gestão, era disponibilizar um manual de divulgação para os produtores de acordo com a lógica do bairro. Faixas e carro de som, por exemplo, são veículos de comunicação bem característicos do subúrbio. Não bastava a divulgação via redes sociais, e produção de filipetas, se não houvesse distribuição. Também, compartilhávamos uma lista com os contatos de telefone e email das escolas e creches, unidades do CRAS e organizações locais que desenvolvem trabalho com crianças e adolescentes.

A gestão também coloca em prática as mesmas estratégias de divulgação. Folders são impressos com a programação mensal, e distribuídos pelas escolas. Faixas e carro de som também são produzidos e contratadas, no entanto, por conta do baixo recurso orçamentário, havia uma seleção de quais produções iríamos divulgar por meio desses veículos. Lembro que a gente chegou a criar um jingle em parceria com o Resistência Cultural, um dos coletivos de Vigário Geral, que ocupam a Arena, para circular no carro de som. Hoje veremos adiante que outras estratégias se somam com o intuito de mobilizar o público.

Dentro os outros desafios colocados que refletem especificamente a realidade da Arena Carioca Dicró está o fato, primeiro do equipamento estar localizado num local que já era completamente negligenciado pelo poder público, e segundo pela presença da UPP.

“mais especificamente aqui na Arena Dicró, sem dúvida nenhuma é a questão da UPP, acho que ne .. assim, antes da UPP, vem a negligência do parque em si , né, que é isso né, coloca o lugar como um lugar não seguro né, como um lugar perigoso, e aliado a isso nessa esquizofrenia, como se não precisasse de mais né , aquele comercial da polishop né “e não é só isso” , ainda tem a UPP pra ajudar a atrapalhar, ajuda a atrapalhar, porque estamos rodeados de comunidades, é o público que a gente gostaria que frequentasse aqui, que ele estivesse aqui dentro, mas ele não se sente acolhido principalmente por estar do lado da UPP, e é isso, é uma coisa que justamente não colabora no nosso trabalho aqui.” (Ana Paula Gualberto, 14/07/2021)

Um outro ponto que apareceu no relato de Fernando Souza, era que no início da gestão da Arena Carioca Dicró havia uma certa resistência por parte de lideranças e associações de moradores, em frequentar esse espaço, pelo fato do equipamento ser gerido por uma organização social que não era da Penha, mas sim da Maré. Apesar do entrevistado não oferecer informações mais profundas a respeito dessas disputas institucionais, compreendo ser importante pontuar essa resistência no início da gestão.

Gisele Jacob pontua que sobre a frequência de público hoje para ela há uma maior compreensão de que o projeto das Lonas e Arenas não é um projeto que sempre vai ter casa lotada e artistas de maior visibilidade, até porque não tem recurso financeiro suficiente para isso. É ótimo ter casa lotada, mas também é muito bom quando tem um espetáculo de teatro com uma bilheteria de 15 ou 20 pessoas, e que dentre essas pessoas, se uma estiver indo pela primeira vez, mesmo morando de repente a anos próximo dali, e tenha se encantado pelo espaço, e queira voltar mais vezes, isso é um indicador de sucesso.

"Tem muito teatro do Leblon que não consegue fazer isso, entendeu? E tá no espaço privilegiado que tem metrô perto, que tem sabe facilidade para chegar, que tem ... enfim que é o lugar de, vamos dizer aí de usar esse termo, talvez não seja melhor mas assim de maior visibilidade mesmo para a cidade, entendeu? E eu fico super feliz quando a gente faz um espetáculo com 15 pessoas com 20 pessoas.” (Gisele Jacob, 01/11/2022)

Diante desses desafios, a relação do território sempre atravessou a gestão da Arena Carioca Dicró, esse sempre foi um comprometimento do Observatório de Favelas, desde se articular em rede, como foi a experiência da Rede Tamo Junto da Penha, quanto aprimorar sua estratégia de gestão ao longo desses dez anos. O principal eixo de recebimento de pauta nas Arenas Culturais era através do Programa de Fomento Às Artes, edital público que previa que

os projetos selecionados circulassem por Lonas e Arenas Culturais. No último ano de gestão do segundo mandato de Eduardo Paes, em 2016, o edital foi publicado, os projetos foram selecionados, mas não houve o pagamento dos recursos financeiros para execução. Quando Marcelo Crivella (2017-2020) assumiu a prefeitura, ele não garantiu o pagamento deste edital, além de iniciar um processo de sucateamento dos equipamentos culturais. Esse processo ficou conhecido como o “calote do fomento”. Isso obrigou a gestão da Arena Carioca Dicró a rever sua estratégia de ocupação do espaço pelas produções e mobilização de público.

“A gente foi muito estimulado a desenvolver atividades justamente pra aproximar cada vez mais os projetos do entorno nesse eixo de residência artística que é a galera que tava fazendo arte, mas não tinham o suporte para construção artística, enfim, por não ter espaço em casa, local para ensaio, tudo mais, tanto que foi isso né, eu cheguei na Arena Dicró através de um projeto de residência que tava aqui e me chamou como produtora, né.” (Ana Paula Gualberto, 14/07/2021)

Ocorreu uma reestruturação da metodologia da gestão do espaço, e é nesse momento que é criado os eixos de trabalho, as atividades oferecidas passam a estar organizadas em sete eixos: aulões, oficinas regulares, curso livre, programação artística, participação ampliada, residências artísticas, e diálogos. Aqui cabe destacar dois eixos que na visão das gestoras fizeram total diferença, que são de participação ampliada, e de residências artísticas.

A participação ampliada é mantida através de reuniões do conselho consultivo, que acontecem trimestralmente, em que participam parceiros, moradores, líderes comunitários e artistas independentes.

“Não é um espaço para a gente falar da Arena, é um espaço para a gente, para todo mundo falar, para a gente falar do entorno e todo mundo ganhar, né, com possíveis melhorias e tudo mais e às vezes até espaço de desabafo” (Gisele Jacob, 01/11/2022)

O eixo de residência artística está dividido em três processos. Vivências, ocupação contínua de grupos que desenvolvem seus trabalhos artísticos na Arena Dicró, tendo o equipamento como suporte de suas criações, como contrapartida os grupos apresentam propostas como oficinas, ensaios abertos e shows. Ensaios Abertos, cessão do espaço para ensaios, captura e sessão de registros audiovisuais, além de consultoria por profissionais especializados. E o “#LABDICRÓ - para projetos fermentados que precisem de um forinho!”, periodicamente é aberto um chamamento público para residências artísticas de um mês em que os grupos desenvolvem seus projetos com apoio de workshops, consultorias, espaço para ensaio, além de uma apresentação final.

“Eu vejo hoje tipo assim realmente como a caipirinha do rolé, a caipirinha de limão, porque isso serviu para realmente a galera se sentir acolhida e sentir que aqui era a casa deles né, e mais que isso né, colocar o protagonismo dessas pessoas, e eu fico vendo quanto que isso é importante, quando por exemplo eu vejo as meninas do passinho, que estão sempre aqui, da Cia do Passinho, e elas olham pra mim, e elas me veem como uma inspiração né, olham pra Marina, a Gisele, que passou aqui, porque elas ... é, é, assim, a gente é parecida com elas né, somos mulheres pretas, que moramos na periferia, temos histórias da periferia. Então quando elas veem a gente nesse lugar de tomada de decisão, também é uma referência para essas pessoas que estão aqui ocupando esse espaço né. Então, eu acho que tipo assim, o caminho tem sido esse da gente estimular o protagonismo, não é o acesso, é construção coletiva com essa galera, deles se sentirem pertencentes ao espaço sobretudo como propositores, não só como público né, como propositores de atividades. Eu acho que esse é um caminho que tem funcionado muito bem e eu acho que tipo, é dai pra frente entendeu.” (Ana Paula Gualberto, 14/07/2021)

Outro ponto destacado por Gisele Jacob nessa reestruturação é cultivar as relações de parceria com as instituições do entorno. É com essas parcerias como com Arte Transformadora, o CEM - Centro de Integração da Serra da Misericórdia, o Museu dos Meninos, o Instituto Raízes Em Movimento, dentre outros que fazem também com que a Arena consiga chegar ao público.

Arte Transformadora é o projeto que a Bruna Pereira faz parte e que foi idealizado pelo seu pai, Renê, a partir do aniversário de dez anos da filha mais nova. A ideia era comemorar o aniversário no Parque Madureira, mas provocado e questionado pela filha do porque que tinha que comemorar o aniversário num parque mais longe, se tinha o Parque Ary Barroso perto de casa.

“Ai meu pai se emocionou muito quando ela falou isso, eu também me emocionei demais, porque realmente o parque estava muito abandonado, quando a gente fez a festa dela, muito, muito mesmo, então a gente se juntou com as crianças, limpamos lá para arrumar tudo direitinho, foi ali no dia do aniversário dela que chamou muita gente para o parque, porque ninguém nunca ia imaginar, um parque abandonado, vai ter festa ali dentro? Sem lógica, sem cabimento, então chamou muita gente, foi ai que meu pai começou com esse projeto, com essas crianças. foi no dia do aniversário dela. Ah vou montar um projeto com essas crianças, ai ele montou, ai hoje ele já tem mais de sessenta crianças no projeto dele, graças a Deus, e cada vez mais só vai chegando criança, só chegando crianças, e ele lembra muito, ele fala “poxa, esse projeto é por conta do aniversário da minha filha, minha filha ela me deu uma ideia” (Bruna Pereira, 30/06/2021)

Bruna conta que seu pai sempre a incentivou a valorizar a cultura local, as opções culturais do bairro. O projeto começou primeiro a partir do vínculo com o parque, mas que depois extrapolou para a Arena Carioca Dicró.

“Então a primeira vez que a gente deu uma iniciativa em relação a esse projeto, foi quando a gente lotou a Arena Dicró num espetáculo que tinha, a gente lotou mesmo, tanto em cima quanto embaixo. tinha um espetáculo lá, se eu não me engano foi um

espetáculo de criança, eu não lembro, não recordo muito o nome do espetáculo, foi aí que a gente começou a levar as crianças para lá. Aí as crianças começaram a ver cinema, que antes tinha cinema, aí foram na Batalha do Passinho que tem lá ainda, alguns responsáveis dessas crianças começaram a ir para dança de salão, começaram a fazer outras atividades dentro da Arena. Então eu fui ... acabei também acompanhando, antes tinha aula de circo, eu fazia aula de circo, tinha aula de violão também fazia a aula de violão, então eu fui acabando aproveitando os cursos que também tinham lá.” (Bruna Pereira, 30/06/2021)

Gisele Jacob reforça também em seu relato a importância de se relacionar com o território a partir das vivências e das relações sociabilidade. Para a gestora não tem como trabalhar num equipamento cultural periférico e não se relacionar com o entorno. Sua relação com a Penha começa de fato quando vai trabalhar na Arena Carioca Dicró em 2012, é aí que ela aprofunda as relações com o público, com o morador, com as instituições, com os artistas, com as escolas. E também passa a ter uma maior vivência pessoal pelo bairro e adjacências, começa a frequentar outros espaços de sociabilidade, como por exemplo o Cacique de Ramos, os bares da região e os forrós. Gisele Jacob também já trabalhou em outros equipamentos culturais como o Centro de Arte Hélio Oiticica, a Biblioteca Parque, e o Sesc de Ramos, quando retoma sua atuação na Zona da Leopoldina e aprofunda ainda mais suas relações institucionais e pessoais com a região.

Por fim, ao perguntar sobre a relação da Arena Carioca Dicró com os demais equipamentos instalados no parque, a gestora apresentou um panorama de como foi construída e como está essa relação hoje. Um ponto de avanço, olhando para dez anos atrás, é o fato de agora ter uma pessoa responsável pela gestão do parque, que está atrelada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Claudia Lena, que sempre está presente nos Conselhos Consultivos da Arena. Um fator importante, que com a figura dessa gestora conseguiu progredir, é o perímetro disponibilizado no parque para estacionamento de carros particulares. Apesar de não haver uma fiscalização efetiva, o combinado é que os carros particulares dos policiais sejam estacionados no início da entrada do parque, e que na subida para Arena nenhum carro seja mais estacionado. Quando tem evento, a equipe de produção reforça esse aviso com o público. Gisele Jacob avalia a relação com a gestora bem produtiva e sempre solícita para atender outras demandas como a limpeza no parque e podas de árvores. A abertura permanente do portão ainda não foi viável.

Com relação a UPP, apesar dos casos já pontuados ao longo dessa dissertação, e alguns períodos mais conturbados do que outros, como a intimidação de policiais com o público, o impedimento de atividades como do passinho e eventos de funk, e de frequentar o equipamento cultural com armas de grande porte, como fuzil, a Arena Carioca Dicró, representada

institucionalmente pelo Observatório de Favelas que tem um entendimento e um acúmulo muito grande sobre compreensão de segurança pública, e da violência, conseguiu construir e manter uma relação de acordos com os diferentes comandantes que passam pela Coordenação da UPP, através de ofícios assinados pelo capitão ou tenente que esteja no comando se responsabilizando por esses acordos. Uma das grandes questões era a entrada dos policiais com fuzil, principalmente durante o horário de almoço, em que eles apoiavam seus armamentos e coletes nas pilastras ou em cima da biblioteca de paletes que tinha no Boteco do Parque. Foi depois de muito trabalho, muito diálogo que conseguiu se estabelecer que nenhum policial entra armado dentro da Arena.

“O que eu vejo é que é uma relação de construção mesmo sabe, de manutenção dessa relação. Porque os tenentes, capitão, tudo eles estão mudando, cada período é um tenente diferente, é um capitão diferente. E aí o que que a gente faz, a gente sempre tá em contato com essa pessoa responsável. Então desse um ano, um ano e meio mais ou menos que eu estou na Arena , a gente já passou por três, quatro entre tenente e capitão, vou dizer, vou colocar ponto focal, né da base administrativa da UPP. Então, e aí a gente tem sempre um documento, um ofício, com todos os ... com o que o capitão assina, o Capitão vigente assina se responsabilizando.” (Gisele Jacob, 01/11/2022)

Na visão dela, se não fosse essa experiência da organização, nesse trato em lidar e dialogar com representantes da segurança pública, e por sua relevância institucional no assunto, poderia ser uma relação muito mais atropelada.

“E isso tem um ofício, e isso, e a manutenção desses ofícios são feitos até hoje, então quando sei lá no ano que vem se a gente não tiver o capitão e o tenente que a gente tem contato hoje, se for um outro a gente vai pegar todos esses papéis ... e isso eu ... foi uma ação que eu vi entrando na gestão, porque eu vi o quanto que fez a diferença, porque é isso embasa o nosso trabalho né, isso embasa e protege também o que a gente construiu até agora. Não dá para dizer que quem tá ali a frente tem um entendimento total.” (Gisele Jacob, 01/11/2022)

Com o CRAS João Fassarella existe uma relação mais aproximada já tem um bom tempo, apesar de uma quebra com a pandemia, mas desde a reabertura do equipamento é mantido uma grade de horário, toda quarta e quinta-feira de duas às cinco, para reuniões do grupo de idosos. O CRAS usa o espaço tanto para promover oficinas ou para socializar mesmo entre o grupo.

“Eu não sei se deu para pegar é o quanto essa presença desse grupo reforça essa questão de uso do espaço público, né? Porque é o que a gente tava falando no início, assim no meio da entrevista essa dificuldade que as pessoas têm de olhar para um equipamento como aquele e se sentir pertencente, sentir fazendo parte daquilo. Mas é porque muitas vezes é aquela dimensão de ‘não isso não é para mim’, ‘eu não posso

entrar' ou 'eu tenho que me sentir convidado a entrar', ou 'tem que ser só a partir de sei lá de uma ação', ou só .. e não o espaço tá aberto, né de terça a domingo. Então eu acho que o uso é ... e a manutenção desse uso, né? A abertura de espaço para essas reuniões com CRAS reforça essa questão de uso do espaço público, né? Que muitas pessoas, infelizmente por várias questões, ainda tem uma dificuldade em acessar e entender que aquele espaço também é delas, né?" (Gisele Jacob, 01/11/2022)

Já com a UPA a relação não é tão próxima, apesar do gestor responsável sempre ser convidado para participar do Conselho Consultivo, e que apesar de ter respondido ao convite, ainda não compareceu. Assim como a UPP, a UPA também tem uma rotatividade grande de responsáveis, e às vezes a equipe da Arena Dicró acabam ficando sem saber. Um ponto levantado por Gisele Jacob é compreender também que talvez as instituições que trabalham com saúde não tenham tanta disponibilidade para estar tão presentes assim em outros espaços, fazendo a manutenção dessas relações.

Retomando a provocação de Victor Vich de desculturalizar a cultura, e da definição do gestor cultural como um curador que mapeia tanto a produção cultural local como faz um diagnóstico dos problemas sociais para propor intervenções simbólicas, pergunto para Gisele Jacob qual a sua percepção sobre como que a gestão de um equipamento cultural no subúrbio pode contribuir para pensar soluções criativas para o desenvolvimento o território? E mais especificamente sobre a Arena Carioca Dicró, como ele pode contribuir na luta pela revitalização do Parque Ary Barroso?

Inicialmente a gestora se questionava sobre se a gestão deveria estar pensando sobre os problemas sociais locais, ou se não deveria estar mais preocupado em aperfeiçoar, aprimorar ou pensar em novas atividades culturais. No entanto, ela vê sim a importância de se falar sobre, e o quanto desafiador é isso. No caso da Arena Carioca Dicró, que é gerenciada por uma organização que um dos seus pilares é a redução das desigualdades sociais, e ainda que a Arena Carioca Dicró esteja inserida dentro do eixo de Arte e Território, e que enquanto equipamento cultural obviamente que vai prevalecer as ações de arte e cultura, sempre estará olhando para a diminuição das desigualdades. Logo, não tem como estar dentro de um parque, e não se preocupar com o que está acontecendo, por que a gestão pode contribuir e colaborar seja em atuações mais efetivas ou dialogando, portanto para ela há sim um papel de responsabilidade. Como por exemplo o Festival Inspirações que trouxe o debate da justiça ambiental, com uma mesa composta por mim para falar sobre as memórias do parque, e Dona Josefa, do Complexo do Alemão, voluntária do Vegeta Pernambucana, que faz um trabalho com biodigestor. Ou durante a pandemia que articulado com o projeto Arranjo Local, a Arena serviu de base para armazenamento de doações de cestas básicas.

Ou por exemplo resgatando algumas das produções artísticas que passaram pela Arena e que introduziram temas latentes que tinham como proposta trazer um novo olhar sobre o assunto. Como *Jumbo*⁷⁰, espetáculo teatral da Companhia Teatral Baú da Baronesa, que abordava a relação entre quem está na prisão e quem vive fora das grades, colocando o público no papel de detentos que recebem a visita de sete mulheres. O nome da peça faz referência à sacola que essas mulheres levam aos presídios com alimentos, roupas e produtos de higiene pessoal. E *Cidade Correria*⁷¹, realizado pelo Grupo Teatro Da Laje e Coletivo Bonobando, em que o público é levado a conhecer a cidade do caos, a cidade contradição, a cidade maravilhosa, a cidade do carnaval. O espetáculo é fruto do processo criativo dos jovens atores e atrizes de territórios populares da cidade, a partir das práticas cotidianas na cidade dessa juventude. O Grupo Teatro da Laje é da Vila Cruzeiro, e foi o primeiro grupo residente da Arena Carioca Dicró.

Concluo este tópico sobre a gestão da Arena Carioca Dicró que apesar de todos os desafios que estão colocados pelo local em que foi instalada, as relações com o território, as dificuldades e tentativas de aproximar mais o seu público-alvo, e as relações com os demais equipamentos que poderiam contribuir para que mais pessoas acessem ao parque e consequentemente acessem a Arena, ao invés de afastar, o Observatório de Favelas compreende o seu papel e sua responsabilidade em fazer uma gestão participativa, democrática, acessível, comprometidos e articulados com o território. Além da importância que esse equipamento tem de atender uma lacuna e uma ausência na Zona da Leopoldina de equipamentos culturais públicos, e de entender o potencial em pensar novas centralidades culturais na cidade. Próximo tópico que irei desenvolver neste capítulo.

3.3 CULTURA COMO ARTIGO DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Neste tópico meu objetivo é apresentar um panorama sobre a distribuição dos equipamentos culturais da cidade do Rio de Janeiro, a importância de ter esses equipamentos distribuídos de forma mais descentralizada e democrática pelos subúrbios, e por fim como que

⁷⁰ *Jumbo na Arena Carioca Dicró*. Voz Da Comunidade, Rio de Janeiro, 27 de set de 2013. Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/favelas/complexo-da-penha/jumbo-na-arena-carioca-dicro/>> Acesso em: 10 de nov de 2022.

⁷¹ *Cidade Correria: espetáculo volta em cartaz e pede ajuda em “vaquinha coletiva”*, 26 de jan de 2017. Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/cidade-correria-espetaculo-volta-em-cartaz-e-pede-ajuda-em-vaquinha-coletiva/>> Acesso em: 10 de nov de 2022.

os interlocutores dessa pesquisa veem a importância de ter um equipamento cultural público como a Arena Carioca Dicró instalada na Penha.

Apesar do foco ser nos equipamentos culturais, não podemos esquecer dos demais espaços de sociabilidade e de tradição cultural do bairro e adjacências, como a Festa da Igreja da Penha, as rodas de samba, as escolas de samba, o Cacique de Ramos, os clubes de bairro, os grupos tradicionais de capoeira, as festas juninas de rua, o baile funk da Chatuba da Penha, e mais recentemente o Baile da Gaiola. Que sempre ocuparam uma centralidade muito grande na cena cultural da cidade, antes até mesmo da construção de equipamentos como as Lonas e Arenas Culturais.

Não tem como seguirmos essa análise sem antes destacar que ao falar sobre a importância da distribuição dos equipamentos culturais de forma descentralizada, falamos sobre a garantia dos direitos culturais resguardados na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷² e na Constituição Brasileira⁷³, mas que estão longe de serem efetivamente praticados. O Artigo 215 da Constituição Brasileira diz que o Estado garantirá a todos o “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, que se compromete em apoiar e incentivar “a valorização e a difusão das manifestações culturais”, “a diversidade étnica regional” e a “democratização do acesso aos bens de cultura”. E como diz Marilena Chauí (2016) esses direitos vão além da fruição, da produção, do investimento, do acesso, é também o direito de participar da elaboração das políticas culturais, definindo coletivamente prioridades e orçamentos. É a prática da cultura como exercício de cidadania. Portanto, é uma das áreas que merece atenção, pois para além da sua dimensão simbólica e cidadã, também é importante para o setor da economia.

Antes mesmo da pandemia vivíamos tanto a nível federal quanto a nível municipal um período de retrocessos graves, no campo da cultura, tanto conceituais quanto orçamentários, que levaram a um processo de descontinuidades, ausências e autoritarismos. Para Eliane Costa (2018), é o momento de pensarmos a cultura em diálogo com a cidade, e “o município é uma esfera estratégica e privilegiada para a efetivação das políticas públicas, pois é ali que se dão as práticas culturais do cotidiano” (COSTA, 2018, p.68). A gestão cultural municipal deve dar atenção ao território, que na perspectiva de Milton Santos, é o território usado, a partir do seu uso social, território vivido, onde os indivíduos se encontram e dão sentido.

⁷² Os direitos culturais integram o Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico de seus benefícios.”

⁷³ Artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Brasileira. Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Na cidade do Rio de Janeiro o processo de construção das políticas culturais tem pouca estruturação regulamentada e muita descontinuidade. O Plano Municipal de Cultura que deveria direcionar as políticas culturais nos próximos dez anos ainda não foi enviado para apreciação do legislativo, o Fundo Municipal de Cultura apesar de aprovado no final de 2020, ainda não foi implementado na prática e o Conselho Municipal de Cultura por muitas vezes é desconsiderado. Há muito o que se construir para a implementação efetiva do Sistema Municipal de Cultura no Rio de Janeiro. Somado a isso, para que a construção das políticas culturais sejam efetivas é preciso que sejam elaborados a partir de dados e de forma participativa, com gestores, pesquisadores, técnicos, artistas, professores de artes, pessoas interessadas em aprimorar o apoio público à cultura na cidade. Mas o Rio de Janeiro, vivia o que se costumava chamar de “deserto de dados”, no entanto esse cenário vem mudando seja por conta da frustração da cadeia produtiva da cultura, por conta da redução das verbas, seja porque tem mais agentes querendo participar das decisões, ou porque o estudo sobre políticas públicas aumentou.⁷⁴

“Informações como o número de ingressos vendidos em uma sessão de circo ou a remuneração mínima para um contrarregra, o número de salas de espetáculo por bairro ou o público que frequenta um museu, são indicadores fundamentais para a criação de políticas. Eles também são necessários depois, para o monitoramento e a avaliação das políticas criadas. E são importantíssimos no relacionamento do poder público com a sociedade, pois é por meio deles que os gestores poderão prestar contas do que foi realizado; é através do acompanhamento dos indicadores que podemos fazer um controle social daquilo que é de todos.” (COSTA, 2018)

De modo geral, trabalhar com indicadores no Brasil, sobretudo quando tratamos de territórios periféricos, é complexo e exige muita responsabilidade e compromisso. Dada a escassez dos dados, ou porque muitas vezes estão desatualizados, como por exemplo, a execução do Censo Demográfico que deveria ter acontecido em 2020, mas foi postergado para o ano vigente. Além das dificuldades de obter dados adicionais via Lei de Acesso À Informação (LAI) que apesar de estar em vigor há dez anos, ainda é difícil utilizar a ferramenta para obter dados. E ainda quando os dados estão disponíveis em bases públicas das três esferas de governo percebe-se uma falta de confiabilidade dos mesmos, por conta dos números conflitantes entre as bases. Estes foram alguns dos desafios enfrentados na construção do Mapa da Desigualdade 2020⁷⁵ da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, produzido pela Casa Fluminense, e que

⁷⁴ Cultura como exercício de cidadania. Tribuna Rio, Casa Fluminense, Rio de Janeiro, 02 de set de 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/cultura-como-exercicio-de-cidadania/>> Acesso em: 10 de nov de 2022.

⁷⁵ MAPA DA DESIGUALDADE 2020. Ver em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

apresentarei alguns dos seus indicadores para verificarmos o atual cenário das desigualdades estruturais e emergenciais das cidades que precisamos estar atentos, antes do panorama da distribuição dos equipamentos públicos culturais especificamente da cidade do Rio de Janeiro.

Os indicadores do Mapa da Desigualdade estão alinhados com os eixos e valores da Agenda Rio 2030, e consequentemente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Dois indicadores que norteiam uma análise mais estrutural, são os indicadores de “Renda Média” e “População Negra”.

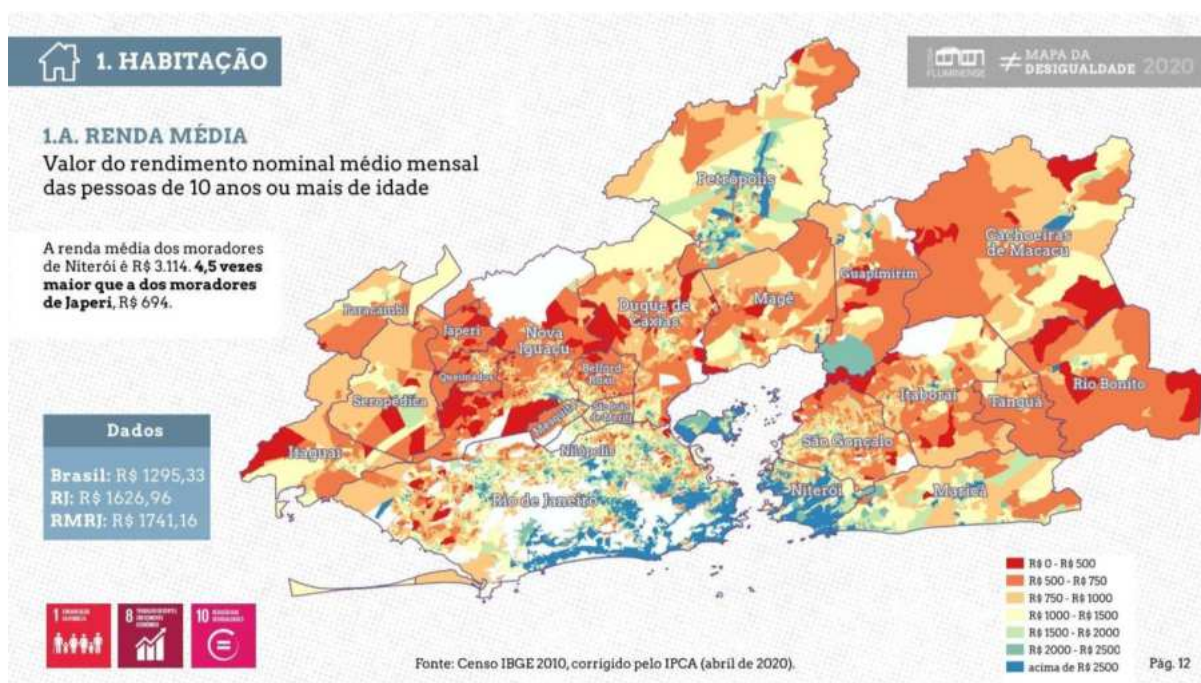


Figura 8 - Mapa da Desigualdade 2020 – Habitação – Renda Média

Podemos verificar que quanto mais distante da capital menor é o valor da renda média mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Coincidentemente ou não, verificamos no mapa abaixo referente ao percentual de população preta ou parda em relação ao total de habitantes que a concentração maior dessa população também está localizada nos demais municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e fora do eixo Centro e Zona Sul. No município do Rio de Janeiro 51,70% da população é negra.

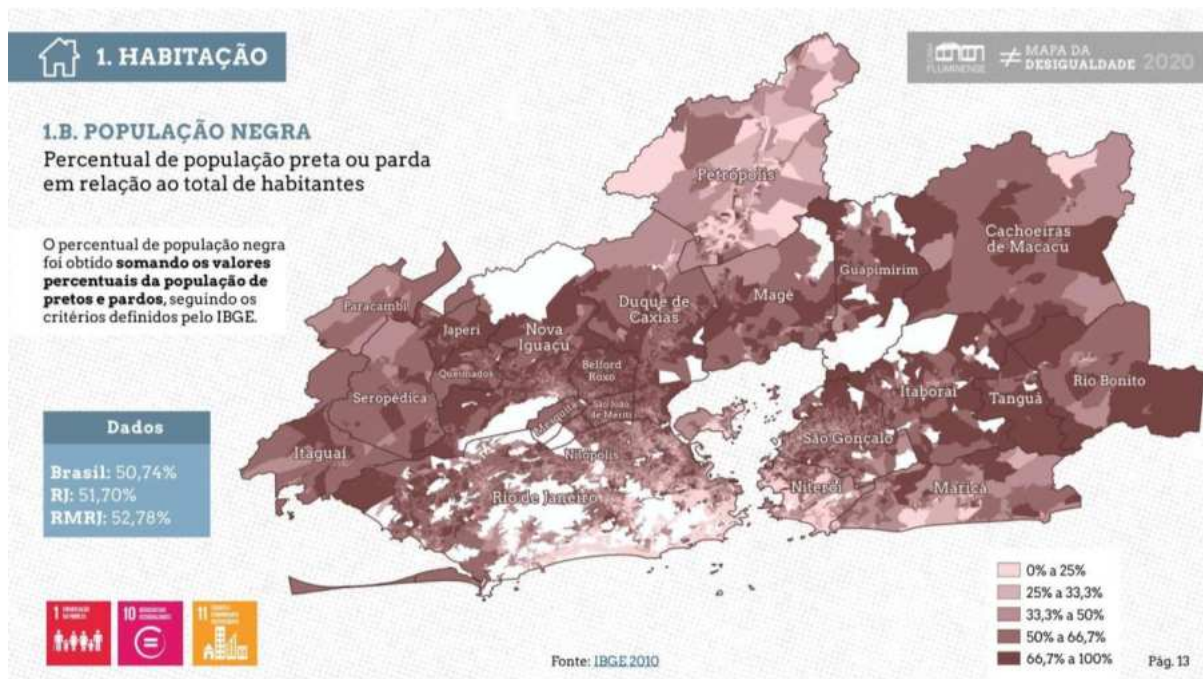


Figura 9 - Mapa da Desigualdade 2020 – Habitação – População Negra

Ao olhar os indicadores da cultura - Orçamento Para A Cultura; Museus; Cinema e Acesso à Internet - a lógica de quanto mais distante da capital mais precários são os investimentos e os acessos aos bens culturais permanecem.

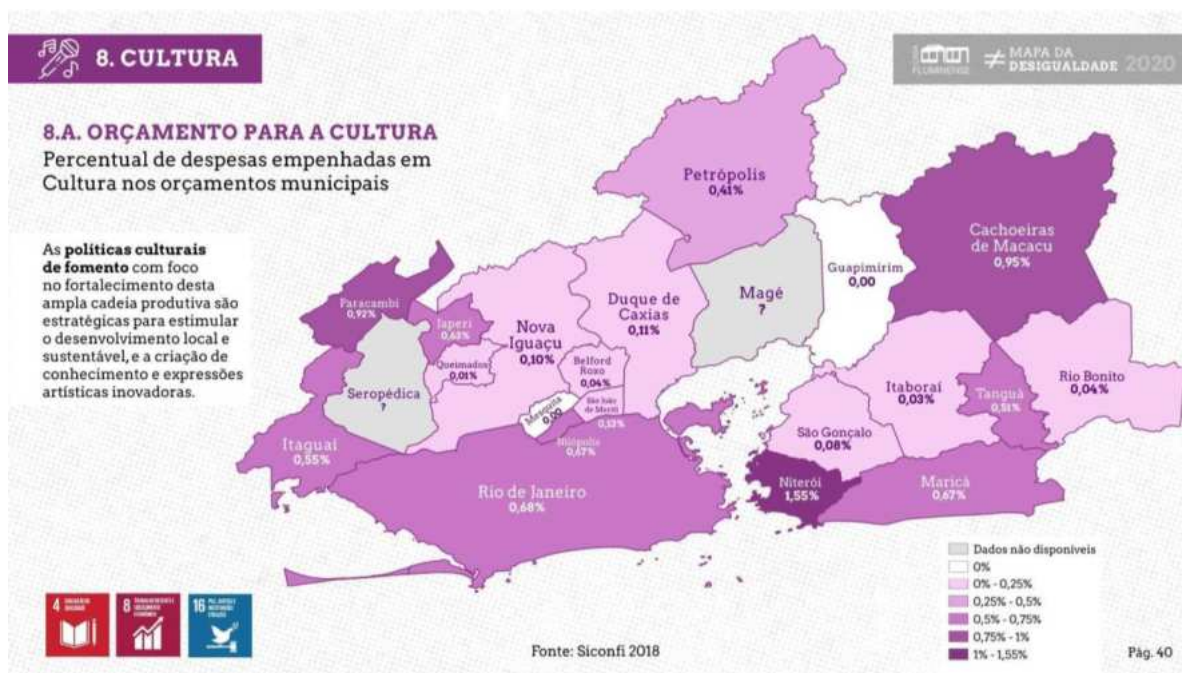


Figura 10 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Orçamento Para Cultura

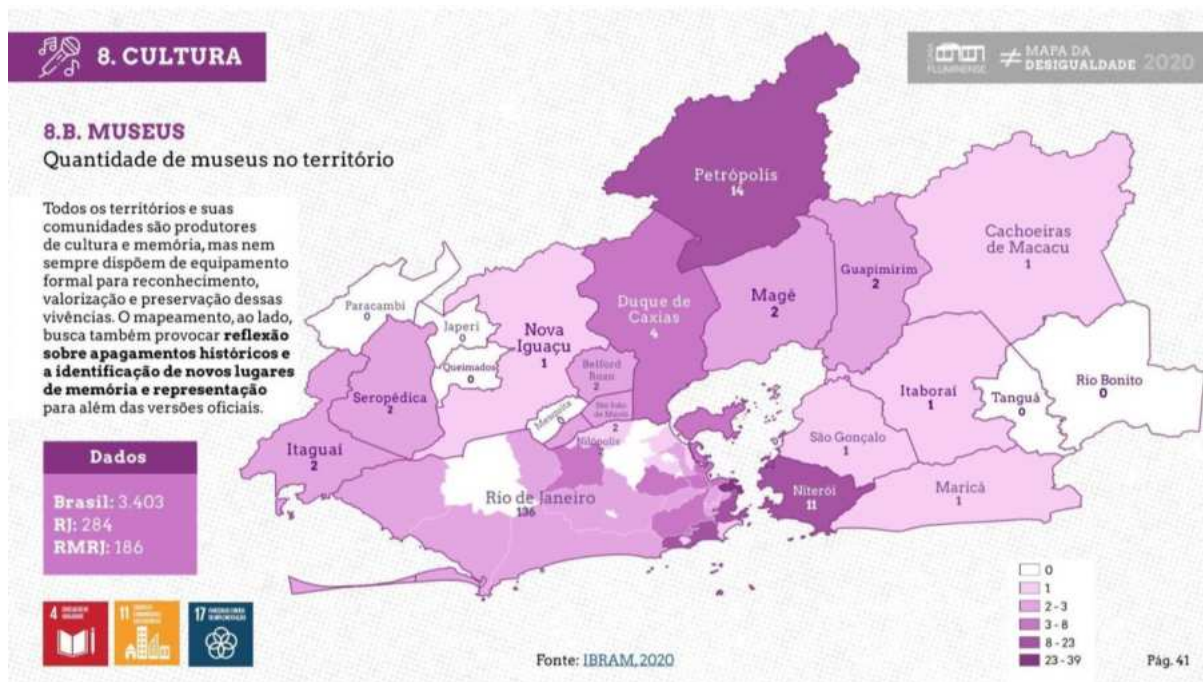


Figura 11 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura - Museus

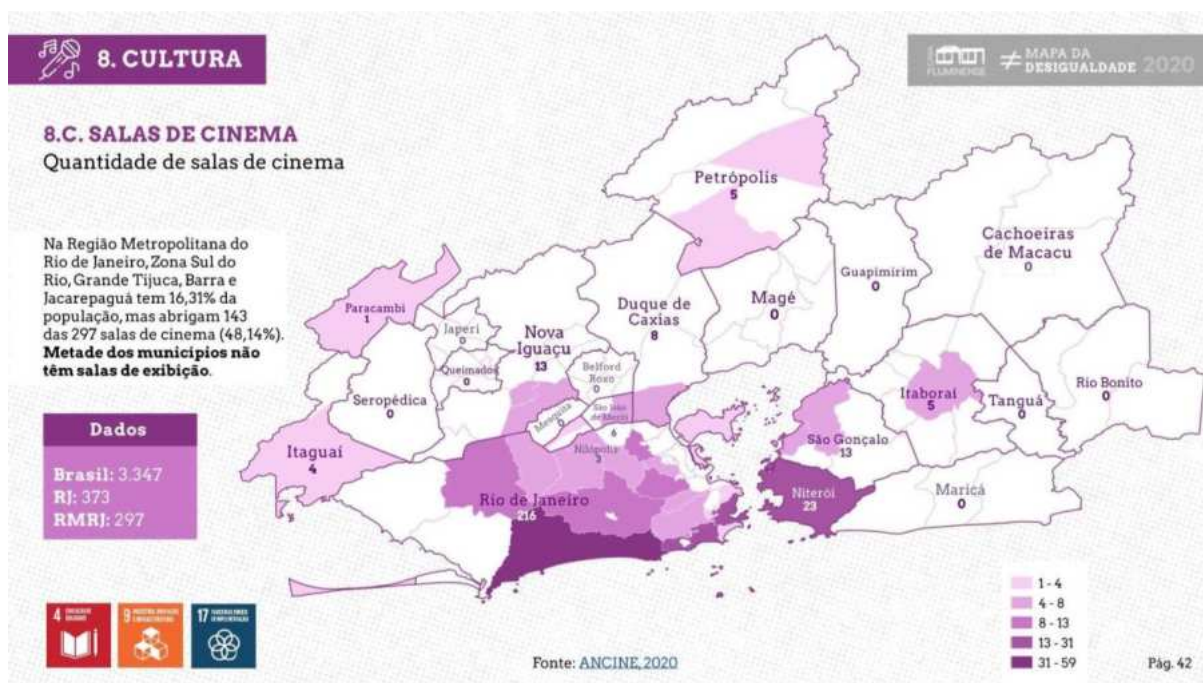


Figura 12 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Salas de Cinema

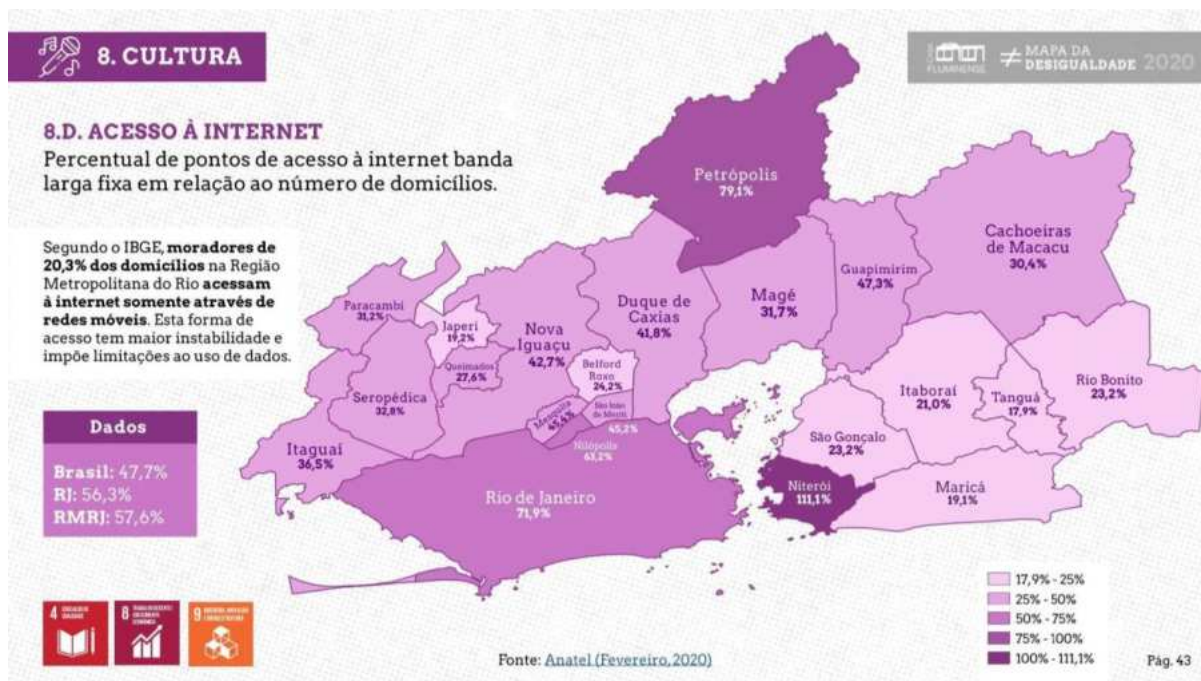


Figura 13 - Mapa da Desigualdade 2020 – Cultura – Acesso À Internet

O município do Rio de Janeiro, que possui cerca de 6.320.446 habitantes, tem 161 bairros, divididos em 33 Regiões Administrativas (RA), que são distribuídos em 05 Áreas de Planejamento (AP). A AP1 formada pelas RA's: Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Paquetá e Santa Teresa; a AP2 formada pelas RA's: Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel e Rocinha; a AP3 formada pelas RA's: Ramos, Penha, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta, Pavuna, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Vigário Geral e Maré; a AP4 formada pelas RA's: Jacarepaguá, Cidade de Deus e Barra da Tijuca e; a AP5 formada pelas RA's: Bangu, Campo Grande, Guaratiba, Realengo e Santa Cruz.

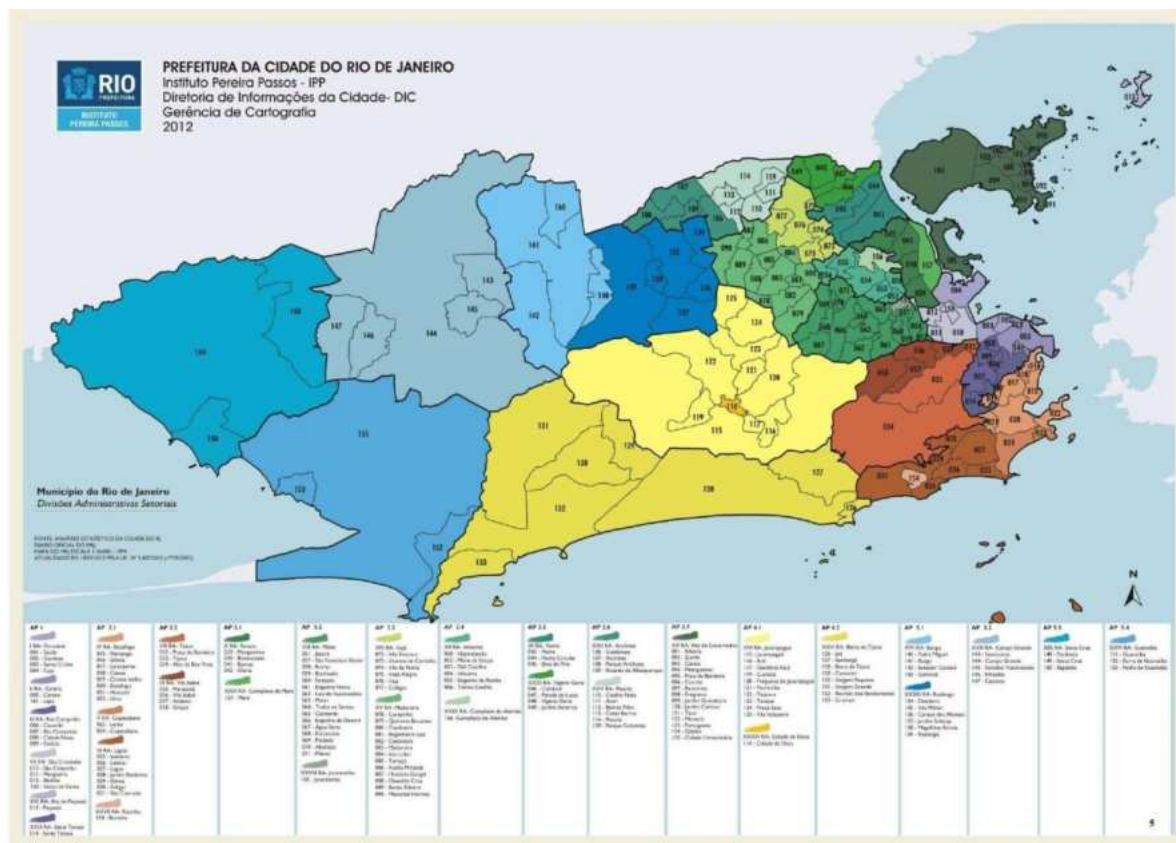


Figura 14 – Mapa Cidade do Rio de Janeiro por Área de Planejamento - Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

No entanto, ao verificarmos a distribuição de equipamentos culturais pela Área de Planejamento em contraponto a quantidade da população, percebemos as desigualdades existentes, pois onde esses equipamentos estão concentrados não são os locais onde reside a maior parte da população carioca, que são na Zona Norte (AP3) e Zona Oeste (AP4 e AP5) do Rio de Janeiro.

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS POR ÁREA DE PLANEJAMENTO

ÁREA DE PLANEJAMENTO	TOTAL	Arquivos	Bibliotecas	Bibliotecas comunitárias	Teatros/ Lona Culturais/ Arenas	Cinemas	Centros Culturais	Museus
AP1	186	1	38	1	30	8	28	41
AP2	275	1	28	11	52	22	30	34
AP3	88	0	13	10	14	10	4	11
AP4	40	0	1	3	9	9	3	2
AP5	33	0	4	5	5	2	1	6

ÁREA DE PLANEJAMENTO	Pontos de Cultura	Pontos de Leitura	Galerias de arte
AP1	22	3	15
AP2	29	8	60
AP3	21	4	1
AP4	7	1	5
AP5	6	3	0

Figura 15 - Fonte: Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 2013

VOLUME POPULACIONAL POR ÁREA DE PLANEJAMENTO

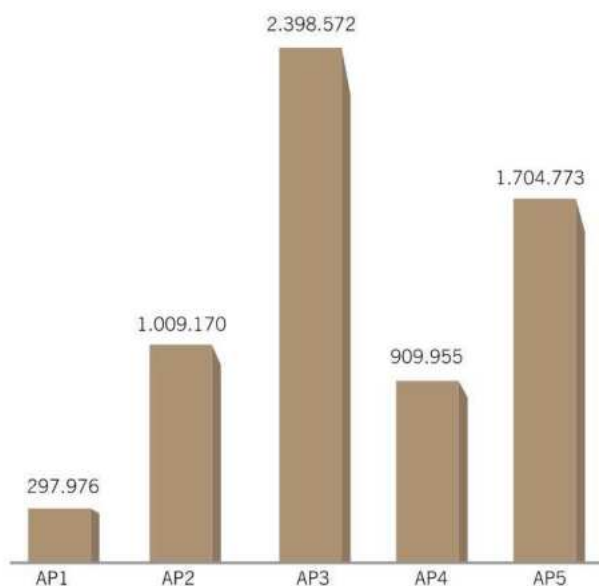


Figura 16 - Fonte: Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 2013.

Como observamos no indicador da quantidade de salas de cinema na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, das 297 salas de cinema, 143 estão abrigadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, Grande Tijuca, Barra da Tijuca e Jacarepaguá que concentram 16,31% da população (MAPA DA DESIGUALDADE, 2020, p.42). Concluo que mesmo que o projeto das Lonas e Arenas tivesse o objetivo de descentralizar a distribuição dos equipamentos culturais, não são suficientes, ao levar em consideração a extensão territorial dos subúrbios cariocas e o número de habitantes. É exatamente por este motivo que devemos cobrar pela manutenção qualificada desses espaços nos subúrbios, pelo fomento e descentralização do orçamento da cultura, compreendendo as mais diversas expressões culturais suburbanas como potência. Como disse Costa (2018) é preciso que a gestão pública tenha um olhar territorializado.

Ao perguntar aos interlocutores e interlocutoras da pesquisa, tanto para moradores, lideranças locais quanto para as gestoras sobre a importância de ter a Arena Carioca Dicró no Parque Ary Barroso, a partir de diferentes pontos de vista, todos e todas foram unânimes em destacar o quão positivo é tê-lo ali.

Juliana Sampaio, destacou que a presença da Arena Dicró como um incentivo para ir ao parque, como foi o caso dela. Inclusive que as atividades culturais poderiam até ser mais exploradas fora da Arena, ao ar livre, no parque em si. Por fim, diz que como a UPA e a UPP não combinam com o espaço, e faz um comparativo com outros parques como por exemplo o

Parque Lage, que não se vê esse mesmo tipo de ocupação, pelo contrário, é um lugar ocupado pela alta gastronomia, que promove o emprego local e a geração de renda, um lugar agradável com segurança.

Orlando Fernandes Junior, sempre considerou a Penha limitada em relação ao acesso à cultura, que apesar de considerar o Parque Ary Barroso como uma opção de lazer, na sua opinião não tinha muita infraestrutura, e com a chegada da Arena Carioca Dicró houve uma melhora, principalmente em ter um espaço de teatro, com palco amplo, uma estrutura boa para ver shows e espetáculos de qualidade, e muitas vezes gratuito, além de ampliar seu repertório cultural. No entanto, Orlando traz um contraponto, de que talvez para ele tem facilidade para acessar o parque, por já conhecer e ter frequentado antes da Arena por muito tempo, talvez por isso ele considere o equipamento um achado, e uma oportunidade para o bairro. E que talvez para uma pessoa que não conheça, não tenha ouvido falar, nunca tenha ido lá, pode não ser visto como algo tão positivo, dado que a entrada lateral por exemplo é escura. Ele tinha esperança que com a obra do BRT próximo ao parque, fosse ficar mais bonito e amigável para as pessoas andarem por lá, porém na sua visão piorou nesse ponto.

André Souza, diz que tanto o parque quanto a Arena tem uma importância muito grande para o bairro, porém para ele é uma importância potencial e não real, porque na prática as pessoas frequentam pouco, não sabem que estão funcionando, não sabem exatamente o que a Arena tem a oferecer, e por isso não fazem uso da potência cultural que tem ali. O parque mais do que a Arena tem uma memória afetiva dos moradores do bairro. E que quando tiver um movimento de revitalização mais estruturado, talvez as pessoas comecem a retornar para esse espaço de encontro, de lazer, de cultura, que é fundamental para a Penha. Acaba que as pessoas vão em busca de outros espaços de cultura e lazer, que também são importantes, como o Parque de Madureira, a Quinta da Boa Vista, ou até mesmo a feira livre de rua, o baile, mas que no ponto de vista dele são restritivos, é sempre a mesma coisa.

“A Arena e o parque quando exploradas as suas potências todas oferecem diversidade né, inclusive diversidade num nível que sugere que você a partir dali frequente outros lugares em outros espaços da cidade, por exemplo outros teatros, talvez você comece a frequentar outros. Por exemplo, esse trabalho muito sinistro desse do Veríssimo do Teatro da laje que foi levar maior galera do teatro ali na Arena, galera que nunca ligou pra teatro, ou nunca foi, e ali era um teatro né, não é tipo a apresentação do teatro da laje na praça, na escola, era um teatro, pra você se arrumar, ocupar um espaço cultural, e talvez dali surgiu uma vontade de frequentar um teatro” (André Luiz Silva Souza, 30/11/2022)

Um ponto que apareceu nos relatos de lideranças que participam de movimentos na luta pela revitalização do parque, é o fato de que para que se tenha construído a Arena Carioca Dicró

ali foi necessário a retirada de árvores, e modificação na sua topografia, logo ela, assim como os demais equipamentos contribuíram para a degradação do parque. Todavia, o equipamento cultural, assim como o CRAS João Fassarella dialogam com o parque, pois tem uma função social, e que se não fosse a Arena Dicró, talvez tivéssemos perdido todo o parque, para a UPA ou para a UPP. Já que a Arena está ali, devemos lutar por ela e dar sentido a ela.

“Eu acho que a gente precisa entender que o parque, ele foi construído para ser uma área de lazer, de contemplação para a gente entrar ali fazer uma caminhada, sentar no banco, olhar o céu, respirar, escutar o barulho dos passarinhos cantando, era basicamente isso. E a gente não tem isso, né? A gente não tem isso lá no parque, né? Agora a gente tem um pouco, digamos um parquinho, né? Quando vai lá na Arena cedo ali caminhar, tem acaba tendo algumas atividades, não agora na pandemia, mas é quando tinha. Mas eu acho que é isso assim, nesse sentido acho que equipamento de saúde e de segurança não deveria estar dentro de um parque que tem a função de contemplação e de lazer. Não posso entrar ali e ficar estressada, porque pode ter um tiro. Eu não posso ficar ali, porque de repente sei lá alguém doente vazou alguma coisa? Chegou lá no parque, sei lá, você imagina na pandemia, eu quero ficar longe de uma UPA.” (Karolyne Duarte, 28/05/2021)

Para as gestoras da Arena Carioca Dicró, para o Observatório de Favelas há um entendimento consolidado de que não foi uma escolha da gestão que o equipamento estivesse localizado dentro do parque, inclusive se pudessem escolher, a Arena não estaria ali, visto que há poucos espaços de qualidade para lazer, para prática de esportes. No entanto, já que está, como dar pertinência e sentido a ele, sem deixar que vire um elefante branco.

Concluo portanto este capítulo, de acordo e confirmando o que Jane Jacobs propõe, pois já que as pessoas deixaram de ir ao Parque Ary Barroso de forma deliberada, a presença de um equipamento cultural, da Arena Carioca Dicró, de alguma forma reintroduziu no cotidiano do bairro retornar a frequentar o parque. Cultura aqui é artigo de luxo, é artigo de primeira necessidade, como diz a autora. Ou como propõe Victor Vich, herdando o pensamento de Gramsci, enfatiza a necessidade de entender a cultura como novo poder; acima de tudo, de começar a tomar o poder da cultura. Em última instância, desculturalizar a cultura implica em um recuo estratégico: simbolizar o político, democratizar o simbólico.” (VICH, 2015, p.20)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final desse trajeto sobre trilhos constatando que o Parque Ary Barroso ocupa um lugar de muitos afetos e importâncias para os moradores e frequentadores do parque, que pude perceber através dos interlocutores e interlocutoras desta pesquisa, que usufruíram do parque em diferentes momentos das suas vidas, com alguns períodos de distanciamento mas retornando, com uma certa frequência ou não, a frequentar o parque através da programação cultural da Arena Carioca Dicró. Ao mesmo tempo, mesmo sem entrevistar pessoas que nunca frequentaram o parque, ou que atualmente não se sintam confortáveis em frequentá-lo pude verificar a partir dos relatos alguns dos motivos que os afastam. Seja por conta da presença da polícia no local, por não conhecerem a Arena, ou por acharem que esse não é um espaço que tem o direito de frequentar.

O Parque Ary Barroso apesar de um bem tombado não é preservado, e de acordo com bibliografia pesquisada o ato do tombamento não garante a sua preservação, a estrutura do INEPAC é operativamente incapaz de fiscalizar sozinho as vastas e complexas áreas. Sendo assim, é necessário que os diferentes níveis do governo, as comunidades locais e as organizações da sociedade civil trabalhem em conjunto, a fim de garantir uma maior fiscalização e preservação do bem tombado. Para que a proteção patrimonial seja efetiva há de ter um reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens tombados.

A falta de diálogo com a comunidade local ao instalarem os equipamentos públicos - CRAS, UPA, UPP e Arena - tendo como consequência o afastamento e a diminuição do público no parque, mesmo que antes o parque já estivesse abandonado pelo poder público, comprova a lógica de Jane Jacobs, de que a existência do parque por si só não garante um bom desempenho, e que são as pessoas que dão utilidades aos parques e fazem dele um sucesso, caso o contrário o condenam ao fracasso. Ao mesmo tempo essa reconfiguração, essa ruptura do parque com o projeto urbano original, propõe a construção social de um espaço aberto cheio de conflitos e tensões, como desenvolvido por Richard Sennett, no seu conceito de uma ética da cidade aberta.

A respeito das articulações possíveis para revitalização do parque no território, e manutenção da memória, a partir das estratégias e táticas adotadas individualmente e coletivamente, por grupos, redes, instituições e indivíduos, com base na experiência da Rede Tamo Junto da Penha, considero muito importante as ações como o Ary Em Movimento, mesmo que pontual. Além disso, mesmo com a desmobilização da rede, a luta continua mesmo de forma mais individualizada, como a Valores da Penha, e o Parque É Nosso, ou por lideranças mais velhas, como Flavio Lara, e que em alguns momentos se encontram, como por exemplo

as ações junto ao Ministério Público. Os interlocutores e as interlocutoras desta pesquisa, também mostram a importância de manter a memória do parque viva a partir de seus fazeres, a partir dos seus trabalhos, seja através da comunicação ou do turismo, por exemplo. Fazendo um trabalho de net-ativismo como propõe Marcela Werneck, e um turismo de base comunitária onde prevalece a valorização das heranças culturais e tradições locais, e onde uma relação de diálogo e interação entre visitantes e visitados, em que nem os anfitriões são submissos aos turistas e nem os turistas fazem dos anfitriões meros objetos de consumo, um turismo de base comunitária. Uma modalidade de turismo cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora conforme definição proposta por Bursztyn; Bartholo e Delamaro.

São as táticas e estratégias, de Michel de Certeau, desenvolvidas no espaço praticado, vivido, por aqueles que tem um próprio, ou seja, que tem um poder, que pensam estratégias para criar uma lógica de controle e por aqueles que não tem um próprio, que não conseguem dominar a relação, os sujeitos ordinários, que através das suas táticas, das brechas, reinventam o mundo e alteram a ordem.

Quanto ao poder público, apesar de algumas ações pontuais no parque, no novo mandato de gestão do atual Prefeito Eduardo Paes, não há um avanço propositivo e em diálogo com o território para recuperar com qualidade a vivência no parque. É importante que o parque tenha a garantia de segurança, no entanto, não cabe a polícia militar esta função. Tantos outros parques da cidade tem seu espaço bem cuidado, bem zelado e com segurança garantida pela proteção dos bens municipais, função esta exercida pela Guarda Municipal. Acredito que se ao menos a coordenadoria da UPP fosse retirada do parque, o portão principal fosse aberto, a segurança fosse exercida pelo o órgão de direito, junto com a manutenção da área verde, e outras decisões tomadas a partir da escuta do território, o Parque Ary Barroso poderia novamente ser um espaço de referência de área de lazer para o bairro e Complexo da Penha.

Finalizo a pesquisa propondo uma reflexão sobre os possíveis caminhos que poderiam contribuir para um equilíbrio mais harmonioso para viver na cidade, retomando Sennet; e pensar soluções para as problemáticas de um parque como defendido por Jacobs. Conforme a autora propõe, se as pessoas não vão ao parque de forma deliberada, é preciso convertê-lo em um parque específico. O que seria indispensável para que as pessoas pudessem frequentá-lo? Aqui o artigo de primeira necessidade será a cultura. A cultura tem papel central para encontrar soluções criativas que reinventam o cotidiano da cidade. Cultura aqui como um recurso para intervir na transformação social, para desconstruir os imaginários hegemônicos, ou seja, desculturalizar a cultura como propõe Victor Vich.

Aqui a Arena Carioca Dicró, desempenha um papel relevante, visto que nos relatos dos interlocutores e interlocutoras destacaram a importância desse equipamento cultural, tanto como motivo para retornar ao parque, quanto para dar conta de uma lacuna e ausência de equipamentos culturais desse porte no Subúrbio da Leopoldina, mesmo com as problemáticas levantadas. Sobre a gestão desempenhada pelo Observatório de Favelas, visto todos os desafios que estão colocados pelo local em que a Arena foi instalada, as relações com o território, as dificuldades e tentativas de aproximar mais o seu público-alvo, e as relações com os demais equipamentos que poderiam contribuir para que mais pessoas acessem ao parque e consequentemente acessem a Arena, ao invés de afastar, verifico que há uma compreensão do seu papel e sua responsabilidade em fazer uma gestão participativa, democrática, acessível, comprometidos e articulados com o território.

Compreendo também que a gestão da Arena Carioca Dicró pode contribuir e colaborar com atuações mais efetivas ou dialogando em prol da revitalização do Parque Ary Barroso, visto que é gerenciada por uma organização social que um dos seus pilares é a redução da desigualdade. E que suas ações a fim de contribuir para essa diminuição serão pensadas a partir do eixo Arte e Território. Acredito que um maior engajamento do Observatório de Favelas nessa causa, pode trazer um peso político nessa luta, no sentido de fortalecer e apoiar as lideranças, grupos e organizações que já atuam.

Retomo aqui que esta pesquisa é fruto da minha experiência de trabalho, tanto durante minha atuação no Observatório de Favelas, quanto atualmente na Casa Fluminense. Que é uma organização que levanta dados, mobiliza e fortalece lideranças locais, e propõe soluções. Olhando para a construção dos capítulos eles seguiram o mesmo fio condutor, ao contextualizar a construção do bairro da Penha e do Parque Ary Barroso, no capítulo 1; narrar a experiência de mobilização em torno da causa a partir da Rede Comunitária Tamo Junto da Penha, no capítulo 2; e pensar soluções criativas para reinventar a cidade a partir da cultura, no capítulo 3.

Com isso encerro minha pesquisa com o desejo de atuar cada vez mais de forma propositiva na luta pela revitalização do Parque Ary Barroso. Seja através da produção cultural, seja através de ferramentas metodológicas, como por exemplo, a construção de uma Agenda Local da Penha, construída de forma coletiva, para poder incidir politicamente nos espaços de poder e tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABANDONADO HÁ MAIS DE 10 ANOS, PARQUE ARY BARROSO NA PENHA AINDA NÃO TEM PREVISÃO DE REVITALIZAÇÃO. **Voz das Comunidades**. Rio de Janeiro, 24 de jun de 2022. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/favelas/abandonado-ha-mais-de-10-anos-parque-ary-barroso-na-penha-ainda-nao-tem-previsao-de-revitalizacao/> Acesso em: 21 de nov de 2022.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Jorge Zahar Ed., 1987a.

A CHAVE DA GAIOLA: O FUNK COMO ARTE LIBERTADORA DE CORPOS NA FAVELA. Rio On Watch. Rio de Janeiro, 12 de fev de 2021. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=53519>> . Acesso em 24 de jul de 2021.

AGENDA 21 DA CULTURA: UM COMPROMISSO DAS CIDADES E DOS GOVERNOS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL. Barcelona, 8 de maio de 2004. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/176477/mod_page/content/10/agenda21.pdf> Acesso em: 27 de out de 2022.

AGENDAS LOCAIS 2030. **Agenda Realengo 2030: agenda de desenvolvimento local**. 1 ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendaslocais>> Acesso em: 20 de out 2022

ALBERGARIA, Rafaela; NUNES, João P. Martins; MIHESSEN, Vitor. **Não Foi Em Vão: mobilidade, desigualdade e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, 2019.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARENA CARIOCA DICRÓ. **Sobre**. Disponível em: <<https://arenacariocadicro.org.br/sobre/>> Acesso em: 05 de nov de 2022.

Artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Brasileira. Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar**. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. **O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas**. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98

Caderno Panoramas - Região de Planejamento | Ramos - RP3.1, Inhaúma - RP3.4, Penha - RP3.5. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos.

CASA FLUMINENSE. Infográfico da Desigualdade 2017. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/06/infograficos2017.pdf> Acesso em: 25 de nov de 2022.

_____. Guia Para Agendas Locais 2030 [livro eletrônico] GT 2030, 1ª ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2021. Coleção Agendas Locais 2030.

_____. AGENDA RIO 2030. 1ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendario>> Acesso em: 20 de out 2022

_____. MAPA DA DESIGUALDADE 2020. Ver em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade>

CAVACO, A.; VASQUES, V.. **Preservação E Gestão Da Paisagem Tombada**. Belo Horizonte, 4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2016.

CERTEAU, Michel de. **Capítulo IX, Relatos de espaço**. IN: A invenção do cotidiano, tomo 1. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Teixeira (org.). **A Cultura Pela Cidade**. São Paulo, Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

COPA PRA ALEMÃO VER. Brasil/Bélgica, 2014. Documentário. 12 anos. 50 min. Disponível em: <<https://youtu.be/7CWG0XfbSNw>>

COSTA, Eliane. Gestão cultural e territorialidades urbanas. In: CARNEIRO, Juliana; BARON, Lia (orgs.). *Gestão cultural*. Niterói: Niterói Livros, 2018.

CULTURA COMO EXERCÍCIO DE CIDADANIA. Tribuna Rio, Casa Fluminense, Rio de Janeiro, 02 de set de 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/cultura-como-exercicio-de-cidadania/>> Acesso em: 10 de nov de 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 21 de jun 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=39666> Acesso em: 04 de ago de 2021.

_____. 14 de fev de 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=36452> Acesso em 04 de ago de 2021.

_____. 11 de fev de 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=24656> Acesso em: 04 de ago de 2021.

_____. 26 de set de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=parque%20ari%20barroso&pasta=ano%20196&pagfis=51997> Acesso em: 05 de ago de 2021.

_____. 18 de set de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&Pesq=parque%20ari%20barroso&pagfis=51716> Acesso em: 05 de ago de 2021.

_____. 26 de set de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&Pesq=parque%20ari%20barroso&pagfis=52003> Acesso em: 05 de ago de 2021

ENTREVISTA AGENDA RIO COM DAYANA DE SOUZA: O GIRO QUE O RIO PRECISA DAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Casa Fluminense**. 08 de abr de 2020. Disponível em: <<https://casافلuminense.org.br/entrevista-agenda-rio-com-dayana-o-giro-que-o-rio-precisa-dar-na-assistencia-social/>> Acesso em: 10 de set de 2022

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858 / 1945 - Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERRAN, Marcia de Noronha Santos. **Co-gestão nas Lonas Culturais: entre movimento cultural e instrumento político**. Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.90, p. 28-39, 2001.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Firjan, 2022

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro:CPDOC,2006.

FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS FAZ BALANÇO DE SUAS AÇÕES EM 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/parques-e-jardins/fundacao-parques-e-jardins-faz-balanco-de-suas-acoes-em-2021/>> Acesso em: 20 de out de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982

_____. Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981. Artigos 9 e 10.

GUIADAS URBANAS. **Sobre**. Disponível em: <https://www.guiadasurbanas.com.br/sobre> Acesso em: 25 de nov de 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: HEIDRICH, A. L. [et al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas-Porto Alegre: Ed. ULBRA-Ed. da UFRGS, 2008. p. 19-36. (Conferência que Haesbaert fez em 2004 no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre)

HISTÓRIA DOS BAIRROS. ARMAZENZINHO. Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://apps.data.rio/armazenzinho/historia-dos-bairros/>> Acesso em: 08 de ago de 21.

INEPAC - Instituto Estadual de Patrimônio Cultural. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/343> Acesso em: 25 de out. de 2020.

_____. Lista de bens tombados do INEPAC. Disponível em <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0>> Acesso em: 06 de ago de 2021.

_____. Ofício/ INEPAC s/n / 2020. Dados Complementares Sobre Parque Ary Barroso. 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção Cidades)

LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia Maria R.T.. **Quem Precisa de Justiça Climática no Brasil?** Rio de Janeiro, 2022.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: editora Moraes, 1991.

MARTINS, Gizele; BRUM, Mario. **Da redemocratização ao Rio pós-2016: o “entulho autoritário” da ditadura foi jogado nas favelas?** In: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro (orgs.). *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, c2021.

MATTOS, Romulo Costa. **A “aldeia do mal”. O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Apresentação**. Disponível em: <<https://of.org.br/>> Acesso em 03 de set. de 2022.

_____. Live O Valor do Encontro com Isabela Souza. Arena Carioca Dicró, 29 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CEfT8djp8dz/>> Acesso em 20 de outubro de 2020

_____. Relatório Anual 2021. Disponível em: <<https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-Institucional-2021-OF.pdf>> Acesso em: 05 de nov de 2022.

O DIA D DA GUERRA AO TRÁFICO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 de nov. de 2010. Caderno Especial. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ocupacao-do-alemao-em-2010-contou-com-600-homens-blindados-da-marinha-9001633>> Acesso em: 24 de out. de 2020

O’Dwyer G, Konder; MT, Reciputti LP, Lopes MGM, Agostinho DF, Alves GF. **O processo de implantação das Unidades de Pronto Atendimento no Brasil**. Rev Saude Publica. 2017;51:125.

OLIVEIRA, Wander Pinto. **Rolé na Penha: Uma experiência de memória e história local no ensino de História em uma Escola Municipal na Vila Cruzeiro - RJ. 2020.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009

PARQUE ARY BARROSO NÃO FOI REFORMADO E MORADORES FICAM SEM LAZER. **Extra.** Rio de Janeiro, 01 de mai de 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/parque-ary-barroso-nao-foi-reformado-moradores-ficam-sem-lazer-16032888.html> Acesso em: 21 de nov de 2022.

PENHA GANHA TEMPLO DE CONSUMO COM TRAPICHE CARIOCA. Disponível em: <<https://jornaisantigos.wordpress.com/2019/09/01/penha-ganha-templo-de-consumo-com-trapiche-carioca/>> Acesso em 24 de jul de 2021.

PENHA TERÁ ARENA COM CINEMA AO AR LIVRE, DIZ PREFEITO EDUARDO PAES. **G1.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/12/penha-tera-arena-com-cinema-ao-ar-livre-diz-prefeito-eduardo-paes.html>> Acesso em: 03 de Set de 2022

PLANO DIRETOR DA FLORESTA URBANA DA PENHA. Rio de Janeiro, XI Região Administrativa, 2007.

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2021-2024). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/>> Acesso em: 12 de ago de 2021.

POLLACK, Michel. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROCESSO DE TOMBAMENTO 03/300.419/65,Dec."E"857. Lei de Acesso À Informação.

PREFEITURA INAUGURA ÁREA DE LAZER REFORMADA NA VILA CRUZEIRO. Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 29 de set de 2018. Disponível em: <<http://www.pcrj.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8493971>> Acesso em 24 de jul de 2021.

RENNAN DA PENHA FALA SOBRE NOVO BAILE E FIM DA GAIOLA: ‘REPRESSÃO DA POLÍCIA’. **Jornal O Globo.** Rio de Janeiro, 25 de nov de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/rennan-da-penha-fala-sobre-novo-baile-fim-da-gaiola-repressao-da-policia-25290121>> Acesso em 07 de mai de 2022

SABREN - Sistema de Assentamento de Baixa Renda. Disponível em: <<https://www.data.rio/apps/sabren/explore>> Acesso em: 08 de Ago 21

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V.. **Rompendo o isolamento**: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anos 90, Porto Alegre, v. 27 – e2020011 – 2020

SANTOS, Carlos Nelson F dos. **Preservar não é tombar; renovar não é pôr tudo abaixo**. Ensaio & Pesquisa, 1986.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DEVEL, Eduardo. **Gestão de Equipamentos Culturais com Base na Identidade Territorial**. Vitória (ES): Revista Gestão & Conexões, v.7, n. 2, jul/dez 2018.

SANTOS, J.; MATTOSO, R.; GUILHON, T. **Diálogos suburbanos**: identidades e lugares na construção da cidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local**: algumas categorias de análise. Cadernos Ippur. Rio de Janeiro, Ano XIII, nº2 , 1999, p.15-26

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO. Edital de Chamamento Público nº 05/2021.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SÉRIE BAIRROS CARIOCAS. MULTIRIO, 2015. Disponível em <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1004-penha-terra-de-fe-e-de-musicalidade>> Acesso em: 08 de ago de 21.

SIMAS, Eduardo Nogueira Bello. **Tem Meio Ambiente Na Favela? Ambientalismo Na Serra da Misericórdia**. Rio de Janeiro, UERJ, 2007. Dissertação: Mestrado em Ciências Sociais

SOUZA E SILVA, Jailson de. **Um espaço em busca de seu lugar: As favelas para além dos estereótipos**. In: SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O Novo Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

TEIXEIRA, Simonne. **Um Olhar Sobre O Papel Do Instituto Estadual Do Patrimônio Cultural/Inepac Na Construção Da Identidade No Estado Do Rio De Janeiro**. Goiás, IV Simpósio Nacional de História Cultural, 2008.

UPA DA PENHA É ABERTA ENCERRANDO POLÊMICA ENTRE ESTADO E PREFEITURA. **Extra**. Rio de Janeiro, 16 de out de 2008. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/upa-da-penha-aberta-encerrando-polemica-entre-estado-prefeitura-593674.html>> Acesso em: 03 de set 2022

VICH, Victor. **Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais**. pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos Em Cultura. Ano 5, número 8, semestral, out/2014 a mar/2015.

WERNECK, Marcela. **Memória e denúncias sobre violência do Estado na democracia: o patrimônio net-ativista das mães e familiares de vítimas**. Tese de Doutorado - Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 2019.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos Sociais Do Patrimônio Cultural E Natural**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152 - out. 2009

ENTREVISTADOS:

Ana Paula Gualberto, 14/07/2021

André Luiz Silva Souza, 30/11/2020

Arthur Lucena, 09/10/2022

Bruna Pereira da Silva, 29/06/2021

Fernando Sousa, 24/03/2021

Gisele Jacob, 01/11/2022

Juliana do Carmo Sampaio, 24/06/2021

Karolynne dos Nascimento Duarte, 28/05/2021

Orlando Fernandes Junior, 27/11/2020